



Universidade Federal
de Campina Grande

**CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

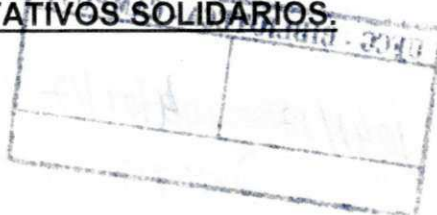
**OS LAÇOS SOCIAIS, RECIPROCIDADE E SOLIDARIEDADE NA AGROVILA
LAGOA DO JOGO – REMÍGIO/PB: UM ESTUDO A PARTIR DOS FUNDOS
ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.**

**Fabricia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio
Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

FABRICIA MILENA GRISI DE ARAÚJO FULGÊNCIO

**OS LAÇOS SOCIAIS, RECIPROCIDADE E SOLIDARIEDADE NA AGROVILA
LAGOA DO JOGO – REMIGIO/PB: UM ESTUDO A PARTIR DOS FUNDOS
ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.**



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob orientação da Prof^a. Dra. Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – PB
2014



F9631 Fulgêncio, Fabrícia Milena Grisi de Araújo.
Os laços sociais, reciprocidade e solidariedade na
agrovila Lagoa do Jogo - Remígio/PB : um estudo a partir
dos fundos rotativos solidários / Fabrícia Milena Grisi de
Araújo Fulgêncio. - Campina Grande, 2014.
126 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Humanidades, 2014.
"Orientação : Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".
Referências.

1. Relações Sociais. 2. Agrovila Lagos do Jogo. 3.
Identidade. 4. Reciprocidade. 5. Capital Social. 6.
Dissertação - Ciências Sociais. I. Gomes, Ramonildes Alves.
II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande
(PB). III. Título

CDU 316.47(043)

FABRICIA MILENA GRISI DE ARAÚJO FULGÊNCIO

**OS LAÇOS SOCIAIS, RECIPROCIDADE E SOLIDARIEDADE NA AGROVILA
LAGOA DO JOGO – REMIGIO/PB: UM ESTUDO A PARTIR DOS FUNDOS
ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ramonildes Alves Gomes (UFCG/CH/PPGS – Orientadora)

Dra. Mércia Rejane Batista (UFCG/CH/PPGS – Ex. Interno)

Dra. Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB/CCHLA/PPGA – Ex. Externo)

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**



*A todos os agricultores e
agricultoras da Agrovila
Lagoa do Jogo*

AGRADECIMENTOS

Fazer um curso de mestrado em outra cidade teve seus desafios e dificuldades. Viajar toda semana de João Pessoa a Campina Grande para assistir aula tornou-se rotina. As idas e vindas pelas rodoviárias, às corridas de moto taxi para chegar a Universidade em tempo hábil foram inúmeras, mas sempre dando certo e agora completo esse ciclo.

Eu agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por todos os livramentos (que eu acredito que foram muitos) nesses dois anos e pouco de curso.

Agradeço em especial a cada um que contribuiu de alguma forma, indireto ou diretamente, para que eu pudesse realizar o meu mestrado em Campina Grande. Aos professores do PPGCS por todo esforço e competência ao ministrar as disciplinas para a minha turma do mestrado. Aos colegas de sala, que apesar do meu pouco convívio sempre mostraram disposição e solidariedade em ajudar. Aos funcionários da secretaria do PPCGS.

Agradeço particularmente a Raquel que fez minhas idas e vindas de JP-CG diminuírem significativamente, cedendo seu apartamento para quando eu precisasse ficar em Campina para dormir, nossas relações passaram além dos muros acadêmicos, e eu só tenho a agradecer toda a acolhida e conversas jogadas fora.

Ao tio Marcos pelas incontáveis caronas todas as semanas.

Em especial a professora e orientadora Ramonildes Gomes por toda paciência e dedicação na orientação deste trabalho, por todas as trocas de email quando o nosso encontro era com menos frequência, pela riquíssima contribuição intelectual que me fez ser capaz de concluir a dissertação.

Por ultimo, mas não menos importante, a todos que constituem o meu universo de pesquisa. Todos os agricultores e agricultoras de Lagoa do Jogo os quais já tenho imenso carinho, e sempre se dispuseram a me receber em suas casas, pelos almoços e “cafezinhos” oferecidos, pelas conversas e acolhimento. A todos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, em especial a Giselda por sua prontidão sempre que precisei. E a Dilei (liderança do MST) que contribuiu muito com os dados para a pesquisa. A todos meu muitíssimo obrigado.

RESUMO

O texto desta dissertação se apoia em conceitos que nos ajudam a refletir sobre relações sociais diversas que permeiam a vida de indivíduos e grupos de maneira geral e, particularmente dos assentados da agrovila Lagoa do Jogo, no Projeto de Assentamento Oziel Pereira, município de Remígio – PB, conceitos como reciprocidade, solidariedade, cooperação e capital social se constituíram em pilares para sustentar os nossos argumentos. O objetivo principal é observar e analisar o modo como às relações sociais se operacionalizam entre os agricultores da agrovila tomando como referencia o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, mas considerando também outras dinâmicas de reciprocidade, solidariedade e cooperação presentes na agrovila, portanto, o modo como as relações e práticas sociais opera na agrovila Lagoa do Jogo foi observada principalmente em torno do arranjo social dos Fundos Rotativos Solidários. Os FRSs são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária para ser (re) investida na própria comunidade e em benefício dos que cooperam com o arranjo. Nossa hipótese explicativa é que para um funcionamento exitoso do Fundo Rotativo Solidário as práticas de solidariedade e reciprocidade são fundamentais, pois quanto mais fortes forem os laços vivenciados no cotidiano de um grupo maior será o sucesso no funcionamento do arranjo social e das atividades praticadas coletivamente. A metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa empírica foi à etnografia, baseado em observação participante e entrevistas qualitativas. A pesquisa nos revelou que há práticas coletivas na agrovila, mas que os laços sociais de cooperação e reciprocidade estão enfraquecidos, influenciando diretamente no funcionamento dos Fundos Rotativos.

Palavras-chave: Agrovila Lagoa do Jogo; Fundos Rotativos Solidários; Relações sociais; Reciprocidade; Capital Social.

ABSTRACT

The text of this dissertation gets support in concepts which help us to think about several social relationships that take part of the life of individuals and groups in general way and, particularly of the farmers which live on Lagoa do Jogo Hamlet, at Projeto de Assentamento Oziel Pereira, municipality of Remígio - PB, concepts such reciprocity, solidarity, cooperation and social earning have built themselves in buttress for to support our arguments. The objective main is to observe and to analyze the way as the social relationships are worked out between the farmers getting as reference the working of the Revolving Funds Solidarity, but considering others works of reciprocity, solidarity and cooperation present in the hamlets too, thus, how the relationships and social practices operates in Lagoa do Jogo hamlet was observed mostly around the social arrangement of Revolving Funds Solidarity. The FRSs are solidarity financial tools to communities which practice their self management, forming a volunteer saving for to be (re) invested in the own community and beneficial for the people that cooperate with the arrangement. Our explanatory hypothesis for a successful operation of the Revolving Fund Solidarity practices of solidarity and reciprocity are key, because the stronger ties are experienced in the daily life of a group greater success the functioning of the social arrangement and activities practiced collectively. The methodology used to develop empirical research was to ethnography, based on participant observation and qualitative interviews. . Although, the searching has showed that exist collective practices on hamlet, the social ties of cooperation and reciprocity are weakened, influencing directly in the working of the Revolving Funds.

Keywords: Lagoa do Jogo Hamlet; Revolving Funds Solidarity; Social Relationships Reciprocity; Social Earning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: - Fatores determinantes para o capital social.....46

FIGURA 2 – Localização do município de Remígio/PB.....55

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Definições de Capital Social.....30

QUADRO 02: Identificação dos agricultores e agricultoras moradores da agrovila Lagoa do Jogo e entrevistados durante a pesquisa.....80

LISTA DE SIGLAS

ASA – Articulação do Semiárido

ASPTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

COOPTERA – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba

COOPAP – Cooperativa agrícola e agropecuária do Assentamento Oziel Pereira

FRS – Fundo Rotativo Solidário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA - Projeto de Assentamento

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades

PAPPS – Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários

PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	22
Reciprocidade e solidariedade: laços e enlaces	22
1.1- Acerca das relações de reciprocidade: Princípios e teorias	22
1.2– O conceito de Capital Social: Um capital promotor de sociabilidade	29
1.3– O arranjo social que supõe a reciprocidade: Fundos Rotativos Solidários....	39
1.3.1- As Interfaces entre o Capital Social e o Fundo Rotativo Solidário.	45
CAPÍTULO II	50
O Projeto de Assentamento Oziel Pereira: uma descrição ampliada do espaço social da Agrovila Lagoa do Jogo	50
2.1- A constituição dos assentamentos rurais no Brasil: breve contextualização..	50
2.1.1- A Constituição do Assentamento Oziel Pereira: histórias, narrativas e trajetórias.....	55
2.2 – Reciprocidades e cooperação: o já vivido no Assentamento Lagoa do Jogo. .	64
2.2.1 – A experiência dos Fundos Rotativos Solidários.....	68
CAPÍTULO III	79
Relações e práticas sociais experimentadas na agrovila Lagoa do Jogo	79
3.1 – As práticas e relações vivenciadas no presente: reciprocidade e solidariedade	82
3.1.1- O cotidiano dos agricultores de Lagoa do Jogo	82
3.1.2 - O conflito entre a Agrovila Lagoa do Jogo e Agrovila do Cajá	95
3.1.3 - A relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio	100
3.2 – A trajetória atual dos Fundos Rotativos Solidários na Agrovila Lagoa do Jogo.	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação se apoiará em conceitos que nos ajudam a compreender e explicar as relações sociais que se passam na agrovila Lagoa do Jogo¹, tais como reciprocidade, solidariedade e cooperação, como também o conceito de capital social. Os conceitos mencionados acima são pensados aqui, a partir de uma perspectiva relacional em direção à experiência empírica, a qual será observada e analisada no cotidiano e na realidade de pequenos agricultores. A pesquisa de campo será o principal fundamento para o desenvolvimento do trabalho. O interesse é ressaltar as relações sociais na comunidade pesquisada, relações estas que serão abordadas na perspectiva dos próprios agricultores/assentados.

O trabalho realizado para a construção dessa dissertação foi feito a partir da análise de um arranjo social presente na Agrovila Lagoa do Jogo, os Fundos Rotativos Solidários². Os FRSs são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta em prol da vizinhança. O Fundo Rotativo Solidário como uma política pública de corte social é datada de 2005, com a criação e articulação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS). No campo governamental uma série de articulações ocorreram entre 2003 e 2004, envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a então recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi quando elaboraram e implementaram o PAPPS, com a finalidade de apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do BNB (GUSSI; FILHO; ALMEIDA, 2011).

O PAPPS resgata como metodologia os Fundos Rotativos Solidários³, uma prática antiga das comunidades camponesas, baseada na dimensão comunitária da

¹ Lagoa do Jogo é uma agrovila do Assentamento Ozziel Pereira, localizado na zona rural do município de Remígio, interior da Paraíba.

² Arranjo social como um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais desenvolvendo atividades que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

³ Em abril de 2005, foi lançada pelo BNB, em parceria com a SENAES e as redes da economia solidária, a primeira chamada pública de apoio a projetos do PAPPS por meio de carta-convite e outros "avisos" para toda a região Nordeste. Esses projetos ocorreram em janeiro de 2008 e julho de 2010. Os recursos são de caráter não reembolsável, provenientes do Fundo de Desenvolvimento

reciprocidade, da dívida e da moralidade. As escolhas e decisões de alocação dos FRSs são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, e com o apoio de instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

O principal objetivo definido para este exercício de pesquisa foi analisar como os Fundos Rotativos, enquanto um arranjo social atua na agrovila, fomentando as práticas sociais, reforçando ou enfraquecendo laços, informando ou não a produção de diferentes capitais que alterariam as condições de vida dos indivíduos e grupos na agrovila. Para tanto, pretendemos analisar a preponderância das relações sociais e práticas sociais entre os agricultores da agrovila, assim como suas interações e efeitos, a fim de ressaltar como estas se processam no cotidiano e no domínio social do assentamento.

A aproximação com o campo empírico e com o objeto de pesquisa surgiu no período em que cursei a graduação, através do projeto de iniciação científica (PIBIC)⁴. A pesquisa financiada pelo CNPq e BNB⁵ compreendia dois assentamentos da região semiárida da Paraíba, no município de Remígio e outro no município de Casserengue. O interesse para o levantamento da hipótese de trabalho do mestrado surgiu devido à diferenciação do funcionamento dos Fundos Rotativos entre os dois assentamentos. Na época da pesquisa as atividades do FRS em Lagoa do Jogo (Remígio) estavam funcionando melhores do que o assentamento Santa Paula (Casserengue), nesse sentido parecia que o acúmulo de capital social tendia ser maior em um dos assentamentos, levando ao bom funcionamento do arranjo social e das práticas sociais. Inclusive essa era a proposta do projeto de mestrado apresentado na seleção para mestrado, uma comparação do funcionamento do FRS nos assentamentos, mas devido à falta de tempo mudamos nossa proposta de pesquisa para a atual.

Regional (FDR), formado com parcela de lucro do BNB. A outra fonte é da própria SENAES. Nas duas primeiras chamadas foram contemplados 50 projetos, somando R\$ 4,8 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões do BNB/FDR e R\$ 2,5 milhões da SENAES. No Aviso de julho de 2010, foram conveniados mais 15 projetos, perfazendo um total de R\$ 6,3 milhões de recursos (GUSSI; FILHO; ALMEIDA, 2011).

⁴ Título do Projeto PIBIC/CNPq: Trabalho, Solidariedade, Identidade e Políticas Públicas. Os Fundos Rotativos Solidários na vida cotidiana e identidade dos pequenos agricultores no Estado da Paraíba (vigência 2009 – 2010) / Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba (vigência 2010 – 2011).

⁵ Projeto financiado pelo BNB em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, intitulado "Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba", ano de 2010.

As pesquisas realizadas nesse período compreendiam os projetos dos FRS que eram financiados pelo Banco do Nordeste, dentre estes, o projeto que estava sendo desenvolvido na Agrovila Lagoa do Jogo. Inicialmente a pesquisa tinha como objetivo realizar a avaliação dos Fundos Rotativos em comunidades escolhidas pelo BNB a fim de mapear o perfil socioeconômico dos participantes dos Fundos e analisar os principais impactos e mudanças que esse arranjo social estava proporcionando na vida cotidiana dos pequenos agricultores. Depois de alcançados os objetivos propostos pelo BNB os resultados e as questões suscitadas pela pesquisa foram apresentados na sede do banco em Fortaleza. Contudo, o campo e o objeto de pesquisa continuaram sendo de meu interesse na pesquisa acadêmica, e se constituíram em questão de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente para o projeto de mestrado, ainda que neste último esteja optando por outras chaves de análises:

No período da pesquisa de iniciação científica foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados com os agricultores que participavam do FRS do assentamento. As questões do assentamento versavam sobre o perfil socioeconômico das famílias, perfil da propriedade, perfil da produção, a renda. O levantamento destes dados tinha como objetivo mapear e compreender mais aprofundadamente o perfil das famílias que constituíam a Agrovila Lagoa do Jogo. Esse mapeamento foi realizado no ano de 2010, com todas as famílias que moravam na agrovila Lagoa do Jogo, porém éramos três pesquisadores e o universo das famílias ficou dividido por igual, a minha amostra compreendeu seis famílias. No mesmo processo de levantamento dos dados incluímos perguntas relacionadas à gestão dos Fundos Rotativos, para apreender e compreender a experiência dos agricultores com o FRS.

No ano de 2011 para elaboração do TCC voltei ao campo para apreensão de outras questões relacionadas aos Fundos Rotativos, realizei entrevistas com um roteiro semiestruturado sobre o funcionamento e as melhorias ocorridas na vida concreta dos pequenos agricultores. As questões levantadas nesse período da pesquisa levaram em consideração a opinião e a perspectiva dos próprios agricultores sobre o funcionamento e as melhorias do FRS obtidas na época.

É sabido que o funcionamento pleno dos FRS depende da força da consciência coletiva existente em cada indivíduo, da cooperação e da vontade de

todos os participantes de fazer dar certo. Nesse período da pesquisa (realizado entre os meses de setembro e outubro de 2011), as entrevistas e observações *in lócus* demonstraram o bom andamento/funcionamento do Fundo Rotativo, na perspectiva da contribuição com a poupança gerada pelo Fundo, e da participação em reuniões sobre assuntos que diziam respeito ao FRS e outros envolvendo as questões do grupo. Na análise acadêmica isto implicaria dizer que a comunidade possuía o mínimo de acúmulo de capital social, que proporcionava uma coletividade, um sentimento de cooperação e confiança entre os participantes do Fundo Rotativo. A realidade empírica (vista naquele momento) me levou a querer conhecer mais detalhadamente as práticas sociais cotidianas experimentadas pelos assentados que justificavam sua participação no FRS. Teria essa experiência de geração de um fundo solidário o potencial para impulsionar o capital social? Ou, o FRS estaria “dando certo” na agrovila Lagoa do Jogo porque aglutinava o capital social existente?

Deste modo, as pesquisas realizadas no período da graduação instigaram questões inovadoras e interessantes para dar continuidade à pesquisa na fase do mestrado. Novas questões surgiram quando tive a aproximação com o livro de Maria Celina D’Araújo (2003), intitulado “Capital Social”, a partir da leitura fiquei encantada com a abordagem de capital social defendido pela autora, e logo em seguida, atentei para o fato de estar intrinsecamente relacionado com o que é proposto pelo arranjo do Fundo Solidário, uma vez que, o FRS têm como mote fundamental para seu bom funcionamento princípios básicos de reciprocidade, solidariedade e cooperação, e o conceito de capital social possui em seus fundamentos a prática e o exercício da reciprocidade, cooperação e confiança. Foi aí que pensei em relacionar o arranjo do Fundo Rotativo com o conceito de Capital Social dentro de uma experiência empírica. Para Duque e Oliveira (2006, p.1), o Fundo Rotativo “baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos.” Diante desta explanação suponho que a relação entre o sucesso/bom funcionamento dos Fundos Rotativos e o acúmulo de capital social é fundamental, pois segundo Maria Celina D’Araújo (2003, p.9) o capital social “é a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos”.

Como já mencionado, as pesquisas foram realizadas na Agrovila Lagoa do Jogo, no Assentamento Oziel Pereira, zona rural do município de Remígio, PB. A agrovila é constituída por 19 famílias agricultoras, sendo a maioria, se não todos, militantes⁶ do MST. O assentamento Oziel Pereira, dista 9 km do município de Remígio, o acesso se dá pela rodovia estadual PB-105, e mais um pedaço de estrada de barro. Por ter o formato de agrovila à organização espacial das casas pode-se dizer que são relativamente próximas umas das outras, favorecendo neste caso, um contato entre os indivíduos. O padrão de construção das casas é bastante razoável, com padrão arquitetônico relativamente semelhante, todas construídas com tijolos de alvenaria (ver foto 01). Na comunidade predomina a prática da agricultura familiar, sendo toda a produção para o consumo da família, é comum a venda de uma pequena parte da produção quando há sobra (geralmente ½ sacas de sementes, ou aves) para complementar o sustento das famílias, os principais produtos cultivados pelos agricultores no assentamento são milho, feijão, batata e frutas diversas (caju, acerola, manga, seriguela), praticam também a criação de animais (galinha, peru e pecuária bovina). Registram-se na agrovila famílias beneficiadas por políticas públicas de transferência de renda (bolsa família) e a comunidade conta também com as atividades financiadas pelo arranjo do Fundo Rotativo Solidário⁷.

Quando do ingresso no curso de mestrado em 2012 decidimos tomar como objetivo de pesquisa compreender mais de perto as relações sociais existentes entre os agricultores da Agrovila Lagoa do Jogo, analisar as interfaces entre o funcionamento do Fundo Rotativo Solidário e o acúmulo de capital social na comunidade supracitada, suscitando tais questões como: Em que medida estas relações, classificadas como relações de reciprocidade, confiança e solidariedade contribuíam e se conectavam ao capital social? Qual a relação entre as práticas coletivas já existentes e a dinâmica dos Fundos Rotativos Solidários implementados

⁶ Foram militantes do MST no período de luta pela terra, pelo qual a ocupação das terras foi organizada pelo Movimento dos Sem Terra, todos os agricultores do assentamento se identificam com a causa e com a luta defendida pelo MST, no entanto, hoje em dia muitos agricultores não vão mais as ruas lutar por uma causa, alguns pela idade outros pela falta de tempo, mas ajudam como podem, por exemplo, contribuindo com alimentação para aqueles militantes que saem de suas terras para reivindicar.

⁷ O público-alvo dos Fundos Rotativos Solidários são as comunidades rurais beneficiárias de outras políticas como o Bolsa Família e sem acesso ao crédito para destinar às suas atividades produtivas. (HECK, 2006).

na Comunidade? Quais relações sociais entrelaçam a vida das famílias do assentamento no dia a dia da comunidade? Como as lógicas individuais presentes nessas relações promovem, ou limitam as ações coletivas? Quais referências explicam certa indisposição para cooperar, reforçando os interesses e ações individuais?

Nesse sentido, um dos objetivos é tentar identificar nas práticas sociais dos assentados as disposições para cooperar, e foi aí que optamos pelo método etnográfico⁸ que implica “no resultado de um trabalho específico que transita entre a teoria do nativo e as teorias e as explicações do pesquisador, porque ele também tem seu arcabouço teórico.” (MAGNANI, 2003, p. 93). Destarte, a convivência e as conversas informais foram fundamentais para o entendimento da realidade social local.

As relações sociais predominantes no assentamento serão percebidas e analisadas através de diferentes estratégias de acesso à realidade, quais sejam, entrevistas com os agricultores/agricultoras, membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, e outros informantes que sinalizem informações importantes, podendo ser do assentamento ou não. Para analisar as relações sociais nos apoiaremos nos conceitos de reciprocidade, solidariedade e cooperação, particularmente apresentados por autores como Marcel Mauss (1974), Levi Strauss (2012), Eric Sabourin (1999). O conceito de capital social será definido a partir de uma perspectiva sociológica, que agrega valores às práticas e às relações sociais, entre elas as práticas de reciprocidade, confiança e ajuda mútua.

Nossa hipótese explicativa é que para um funcionamento exitoso do Fundo Rotativo Solidário as práticas de solidariedade e reciprocidade são fundamentais, pois quanto mais fortes forem os laços vivenciados no cotidiano de um grupo maior será o sucesso no funcionamento do arranjo social e das atividades praticadas coletivamente. É nesse sentido que observamos o FRS como um arranjo capaz de acumular/fortalecer o capital social e promover a coesão entre os membros do grupo de uma comunidade. De modo geral a literatura⁹ que trata do capital social ressalta que o bom funcionamento do Fundo Rotativo depende da qualidade das relações de

⁸ Sobre o conceito de etnografia consultar Geertz (1989); Malinowski (1978), Magnani (2003).

⁹ Dentre eles Putnam (2005); Bourdieu (1980); D'Araújo (2003); Abramovay (2002).

reciprocidade e solidariedade, podendo ser também um “escape” para minimizar as dificuldades e problemas encontrados na vida dessas pessoas que fazem do rural espaço de vida e trabalho.

Para efeito deste trabalho fizemos uma opção pela etnografia, um método “eficaz” e dinâmico para obter os dados da pesquisa, pois permite compreender elementos subjetivos como os “traços” de reciprocidade, solidariedade e confiança existente na comunidade. Contudo, o tempo de pesquisa nos limitou a apreender questões mais profundas e subjetivas que necessitavam de longos períodos de convivência. Para realização da pesquisa empírica foram utilizados diversos procedimentos metodológicos, a fim de apreender a dinâmica e as relações sociais que permeiam a comunidade, entre elas: 1) a aplicação de um questionário estruturado, com questões que visavam construir um diagnóstico do assentamento; 2) entrevistas qualitativas em profundidade, com o objetivo de captar os traços de reciprocidade, cooperativismo, participação e confiança presentes nas relações sociais da comunidade; 3) observações *in loco*; 4) conversas informais; 5) registros visuais (fotografias).

Ainda como técnica de pesquisa eu coloco a “etnografia das percepções” (Weber, 2009), podendo ser um método diferenciado e singular nesse campo. Nesse sentido é necessário utilizar as técnicas de “observar, escutar” e de “estar com”¹⁰, no caso observar e escutar as pessoas, e não interroga-las, para preservar suas iniciativas de classificação e domínio de suas palavras, e preservar a presença contínua do pesquisador no campo, estar com os nativos e analisar a relação que se instaura entre eles. As percepções do pesquisador enquanto seu objeto de estudo, encarando-as como sendo parte do meio, no entanto, a análise dos dados busca preservar a neutralidade e pré-noções do meio, tentando ao máximo me distanciar do tempo em que já estive no campo.

Na fase do mestrado realizamos pesquisa bibliográfica sobre o tema, nós fizemos observações de reuniões com o sindicato, realizadas na Agrovila Lagoa do Jogo. O assentamento é constituído por 19 famílias, sendo que 13 delas participam dos Fundos Rotativos, isso implica dizer que das 13 famílias que constituíram o universo 06 famílias integraram a nossa amostra de entrevistados. As entrevistas

¹⁰ Cf. Weber (2009)

foram orientadas por um roteiro¹¹ de perguntas. Realizamos entrevista também com três famílias que não participam dos Fundos. E ainda, entrevista com outros atores sociais, entre eles um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e uma pesquisadora¹² que está desenvolvendo um projeto na comunidade, além de visitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na superintendência regional da Paraíba.

A ida ao campo para a realização de entrevistas aconteceu no mês de outubro de 2013, com duração de três dias na semana, a cada dia realizei entrevista com duas famílias. Outras idas ao campo foram feitas nos meses de novembro e dezembro, aproveitando os sábados para observar o projeto de experimento que está sendo implementado no assentamento. As conversas informais que surgem naturalmente depois das entrevistas foram primordiais para perceber outras dinâmicas e elucidar melhor as relações sociais do meio social.

As entrevistas feitas com os agricultores/agricultoras da agrovila revelaram novas questões e talvez até outra realidade. Quando fui em 2011 realizar a pesquisa para monografia era possível perceber a participação e o sentimento de cooperação entre os agricultores, a exemplo da contribuição mensal para a poupança dos fundos rotativos que na época contava com a regularidade dos depósitos individuais, e um número considerável deles participavam também de atividades coletivas. Ao retomar o contato com as famílias, por ocasião da pesquisa do mestrado constatei que essa realidade se apresentou diferente, e ao que parece às práticas sociais também se modificaram. Talvez não tenha sido as práticas sociais que se modificaram no meio social, mas sim o fato de que o meu primeiro contato com os agricultores foi mediado por uma pesquisa para o Banco do Nordeste, e minha imagem foi naturalmente associada à pesquisadora do BNB, levando isto em consideração podemos ajuizar que as respostas/questões levantadas tenham sido respondidas apontando somente o lado positivo, iremos tomar essa questão mais a fundo nos capítulos posteriores.

¹¹ Ver anexos.

¹² Coordenadora da articulação de sementes do Estado dentro do MST, atualmente realiza pesquisas para o INSA, desenvolve um projeto de experimento aos sábados na agrovila em uma área produtiva coletiva.

Desse modo, talvez por fatores externos, como o mencionado acima, ou em decorrência de questões internas¹³ o funcionamento do FRS na comunidade, não caminhou no ritmo que foi observado anteriormente. Entre o final de 2011 e início de 2012 as atividades começaram a perder ritmo, desde este período não houve mais nenhuma contribuição por parte dos agricultores para a poupança dos Fundos Rotativos, além do que as famílias deixaram de participar das atividades, isto por sua vez se reflete diretamente na dinâmica das relações sociais características de uma realidade de cooperação e participação que antes existia. No entanto, há um pequeno número de agricultores que continuam o trabalho coletivo, e assim os laços de solidariedade e ajuda mútua.

Essa “nova” realidade será analisada mais detidamente nessa dissertação, a partir do aprofundamento de questões do tipo, quais fatores podem ter contribuído para essa mudança na dinâmica dos fundos rotativos? Pode o acúmulo de capital social estar concentrado em um pequeno grupo de agricultores que perpetuam os laços de reciprocidade e coletividade atingindo um número maior de indivíduos na comunidade?

Para que o leitor possa conhecer o perfil dos nossos interlocutores elaboramos um quadro com algumas características das pessoas entrevistadas, idade, profissão e posição no assentamento. Esse quadro virá no terceiro capítulo. No entanto, dentre os membros das famílias com as quais tivemos contato escolhemos os adultos, em geral pai ou mãe de famílias, como interlocutoras diretas.

A dinâmica e o modo como se dão as relações dentro do assentamento e entre os agricultores estão sendo apreendidos na perspectiva dos próprios agricultores, suas visões e percepções em relação ao cotidiano. O significado das práticas sociais será, portanto, o que os agricultores entendem, demonstram ou vivem acerca das experiências em comum e dos Fundos Rotativos.

Desse modo, para a elaboração e sistematização do trabalho foi pensada a seguinte estrutura de capítulos: o primeiro capítulo trará a discussão mais conceitual sobre as relações e práticas sociais vivenciadas na comunidade, com enfoque para a compreensão dos laços de reciprocidade, solidariedade, ação coletiva e capital

¹³ Alguns deles relatados em entrevistas. Serão discutidos em capítulos posteriores.

social, sendo trabalhados autores clássicos como Marcel Mauss (1974), Bourdieu (1980), Putnam (2005). Em seguida adentramos a discussão teórico-metodológica sobre os Fundos Rotativos Solidários. O segundo capítulo abordará uma descrição detalhada da Agrovila Lagoa do Jogo, versando sobre as relações já vivenciadas na comunidade. E o terceiro capítulo apresentará a pesquisa empírica realizada na agrovila Lagoa do Jogo, trazendo a análise dos dados, baseada nos conceitos trabalhados no primeiro capítulo, e também sob a ótica dos próprios agricultores, buscando perceber quais mudanças podem ser observadas nas relações vivenciadas anteriormente, e com isso compreender as disposições e limites para a ação coletiva na comunidade.

CAPÍTULO I

Reciprocidade e solidariedade: laços e enlaces

1.1 Acerca das relações de reciprocidade: Princípios e teorias

As relações de reciprocidade são construídas e, posteriormente percebidas no cerne das relações sociais. Ainda hoje, é possível identificar nas práticas sociais a lógica da reciprocidade conduzindo relações sociais em grupos ou comunidades rurais (SABOURIN, 1999). Destarte, em pesquisas empíricas cuja abordagem se constitui a partir das estruturas sociais que mobilizam a realidade social faz-se necessário apreender essas relações e está atenta às lógicas que a permeiam, podendo coexistir em uma realidade local a lógica mercantil e a lógica da reciprocidade (SABOURIN, 2011).

Nesse sentido, o arcabouço conceitual dessa dissertação remeterá a discussão de conceitos relacionados às formas de relações sociais, detendo-se especialmente nas formas de reciprocidade, solidariedade, cooperação e ajuda mútua em comunidades rurais de agricultores familiares, assentados.

Marcel Mauss (1974) nos apresenta no “Ensaio sobre a dádiva” a lógica das relações sociais no seio das sociedades ditas primitivas, que se fundamentam no que ele chama de “circuito da dádiva”. Mauss (1974) não nega a presença de mercados econômicos nessas sociedades, “pois o mercado é um fenômeno humano que, [...], não é alheio a nenhuma sociedade conhecida”, (p. 188), mas afirma que o regime de troca é diferente do nosso, e essas trocas organizam as formas das relações sociais. As trocas são regidas por uma moral e uma economia que irão instituir as relações sociais, e deste modo, não podem ser reduzidas meramente a uma simples troca de bens (MAUSS, 1974).

Os fenômenos sociais estudados por Mauss são chamados de *atos sociais totais*¹⁴, pois, se exprimem de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas,

¹⁴ “Um fato social total que se revela a partir de duas compreensões do total: totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e, sobretudo, simbólica (MARTINS, 2005, p. 46).

jurídicas, morais, econômicas, estéticas (MAUSS, 1974). Ressalta que esses fenômenos sociais, correspondendo às trocas entre sociedades primitivas têm “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto obrigatório e interessado” (MAUSS, 1974, p. 188). Ai que está o fundamento para compreender a lógica que Mauss coloca a dádiva, ela é um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório (LANNA, 2000).

Mauss já definia a dádiva de modo amplo. Ela inclui não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem-número de prestações, que podiam ser classificadas em *prestações totais* ou *prestações totais de tipo agonísticas* (o potlatch - quando há violência e guerra). No entanto, segundo Mauss, a dádiva produz a aliança, pois “não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam” (MAUSS, 1974, p. 190). As trocas entre as tribos, clãs e/ou grupos são postuladas por três obrigações: dar, receber, retribuir. Essas obrigações constituem a tese central das trocas de dádivas.

“à tese principal do Ensaio: nele se postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar e receber. Mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas organizadas de modo particular em cada caso. Daí a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares” (LANNA, 2000, p. 175).

As três obrigações conduzem a vida social dessas sociedades, cada uma das obrigações com sua devida importância. A *obrigação de dar* é a essência do potlatch, a *obrigação de receber* não é menos constringente, não se tem o direito de recusar uma dádiva e a *obrigação de retribuir* é todo o potlatch, ele deve sempre ser retribuído com juros, alias toda dádiva deve ser retribuída dessa forma (MAUSS, 1974). As obrigações de dar e receber implica muito mais que uma simples troca material, mas também uma troca espiritual,

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (MAUSS, 1974, p. 212).

Nesse sentido, ao dar algo a alguém eu estou dando algo de mim mesmo, e ao receber estou aceitando algo do doador, é uma verdadeira comunicação entre almas (LANNA, 2000).

Observando a lógica prevista para o funcionamento do arranjo social dos Fundos Rotativos Solidários podemos observar a perspectiva da dívida estudada por Mauss nesta experiência. Como já mencionado acima, a dívida constitui-se de três momentos distintos (dar, receber e retribuir), nesse sentido podemos relativizar dois desses momentos na lógica de funcionamento dos FRS, o de receber e retribuir, esses princípios estão elencados quando observamos que é preciso fazer o a retribuição do financiamento¹⁵ (podemos relacionar à "dívida") envolvo a coletividade. Uma vez que o participante da comunidade recebe o financiamento (dívida) para concretizar para si a atividade financiada do FRS, ele fica com a obrigação e o compromisso moral (pelo menos teoricamente) de retribuir a dívida, para manter a aliança e a sociabilidade entre todos da comunidade. Como não existe a dívida sem a expectativa de retribuição (LANNA, 2000), também não há como existir o arranjo do Fundo Rotativo sem a expectativa de cooperar (retribuir) uns com os outros, caso haja alguma deserção os demais serão prejudicados e a manutenção do sistema pode ser afetada (DUQUE; OLIVEIRA 2006).

Verificamos que a partir das obrigações – dar, receber, retribuir – conferem um tipo de solidariedade entre os indivíduos de um grupo, no qual a falta ou a recusa de alguma destas obrigações equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão (MAUSS, 1974).

A dívida nos faz pensar a reciprocidade, "dar, receber e devolver" corresponde à reciprocidade destinada a criar à sociabilidade (SABOURIN, 1999). A pergunta que nos faz pensar na lógica de manutenção e funcionamento da dívida e que Marcel Mauss procurou responder em seu Ensaio é: "Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído?" (1974, p. 188). Além das questões suscitadas¹⁶ por Mauss para responder tal pergunta, imaginamos que a lógica da

¹⁵ A retribuição para o arranjo depende da atividade financiada por este nas comunidades. Pode ser o retorno da moeda, o dinheiro propriamente dito, ou o retorno de animais, ou outro recurso. Depende da organização dos Fundos Rotativos em cada comunidade.

¹⁶ A devolução da dívida é explicada pela força presente na coisa dada, pelo laço espiritual, o *mana*. O doador procura o prestígio e a honra que só a doação lhes oferece. (SABOURIN, 2008)

reciprocidade já estava presente nas estruturas das relações sociais daquelas sociedades. No entanto, Mauss identificou a reciprocidade das dádivas, mas não o motor de uma economia de reciprocidade, porque não existia outra possibilidade de evolução econômica, exceto a troca (SABOURIN, 2008). Deste modo, ele conclui,

As dádivas vão e voltam sempre. Pouco importa seu valor, pouco importa sua natureza; podem ser idênticas ou não; o importante é que recorram caminhos inversos ou simétricos, que elas se reproduzam como num espelho; e esta reflexão é o motor oculto dos seus movimentos, inclusive quando são aparentemente livres e gratuitas (Temple e Chabal, 1995 *apud* SABOURIN, 2008, p. 135).

A estrutura das relações de reciprocidade supõe uma preocupação social/econômica com o outro. Ela é, antes de tudo, um elemento indispensável para manter a coesão social dos grupos, criando e dinamizando relações de sociabilidade e vínculo social (CARDOSO; TAVARES, 2006). Desse modo, afirma Sabourin (2011) “do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos, como pode ser no limite, o caso da troca” (p. 10).

A lógica da reciprocidade está presente nas formas de relações sociais desde a época das sociedades que precederam a nossa, as sociedades arcaicas, até os dias atuais. Assim, ressaltamos que o paradigma fundamental da reciprocidade aplica-se “a toda ação ou prestação efetuada sem expectativa imediata ou sem certeza de retorno, com vistas a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade (*lien social*) e comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (Caille, 1998 *apud* SABOURIN, 1999, p. 41). Até hoje, a reciprocidade se faz importante no cerne das relações sociais entre indivíduos, grupos ou comunidade, ela (a reciprocidade) permite que os indivíduos se ajudem mutuamente com vistas à produção de bens coletivos ou individuais. A reciprocidade propriamente dita é exercida sem a espera de um retorno datado, e constitui uma reciprocidade porque o retorno vem, sem data, hora ou local previstos, mas de uma forma ou de outra, a retribuição acontece, é recíproca.

Sabourin destaca em suas obras¹⁷ a permanência da lógica da reciprocidade em comunidades rurais do Brasil atualmente, no qual essas práticas são organizadas e regidas pela reciprocidade camponesa, através de atividades coletivas e de ajuda mutua. Reciprocidade é sinônimo de solidariedade ou de mutualidade (SABOURIN, 2011). A solidariedade¹⁸, do mesmo modo da reciprocidade, supõe o laço social que reforça a coesão social e que se manifesta na sociabilidade entre os indivíduos. “A solidariedade social, porém, é um fenômeno totalmente moral, que, por si, não se presta a observação exata, nem, sobretudo, à medida” (DURKHEIM, 1999, p. 31).

Nesse sentido destacamos que onde a solidariedade social é forte:

Inclina fortemente os homens uns para os outros, coloca-os frequentemente em contato, multiplica as ocasiões que têm de se relacionar. (...) Quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, mais mantém relações diversas seja uns com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente, pois, se seus encontros fossem raros, só dependeriam uns dos outros de maneira intermitente e fraca (DURKHEIM, 1999, p. 31).

Considerando a definição de solidariedade proposta por Durkheim (1999) e os tipos de solidariedade características de certas sociedades, podemos fazer uma analogia com a solidariedade presente nas comunidades rurais. Qual o tipo de solidariedade predomina nessas comunidades? Atualmente, na sociedade contemporânea a divisão do trabalho esta bem mais acentuada, os indivíduos se especializam cada vez mais em suas áreas e funções, em tarefas cada vez mais específicas, no entanto podemos verificar que nas comunidades rurais a solidariedade ultrapassa o campo da divisão do trabalho, em relação à interdependência das tarefas a serem executadas.

Nesse sentido, nas comunidades rurais, colocando como exemplo a Agrovila Lagoa do Jogo, os agricultores não se ajudam, ou se ajudavam (não são, ou eram solidários), porque dependem uns dos outros, mas sim porque, de algum modo nutrem sentimentos de cooperação, de ajuda ao outro, pela combinação (mesmo que de um pequeno grupo) de realizarem tarefas coletivas¹⁹. Mas, não significa dizer que não exista uma divisão moderna do trabalho existe sim, dado que a maior parte

¹⁷ Cf. Sabourin, E. (1999); (2011).

¹⁸ Cf. Durkheim, E. Da divisão do trabalho social, 1999.

¹⁹ Preparar a terra, plantar, colher, construir uma cerca, construir uma cisterna, etc.

do trabalho cotidiano é realizada pelos agricultores e em lotes individuais. Portanto, nas comunidades rurais podemos supor que há a solidariedade e reciprocidade por outros motivos, os indivíduos são solidários porque assim o são ou até por questões culturais (SABOURIN, 1999).

Sabourin (1999) aponta que em comunidades rurais do sertão Nordestino, paralelamente as relações de câmbio mercantil, encontram-se as relações não mercantis que correspondem à permanência das práticas de reciprocidade camponesa, readaptadas ou resignificadas em novos contextos. Essas práticas são observadas e praticadas de diversas formas, compreendendo a uma troca de alimentos ou sementes a um mutirão na época da colheita.

Na zona rural do sertão, as comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização ainda reguladas pela reciprocidade camponesa (SABOURIN, 1999, p. 42).

Sabourin (2011) critica a leitura das relações sociais e econômicas pela única lente do princípio da troca mercantil. “Essa visão nega a existência estruturante das relações de reciprocidade que não revelam a lógica da troca, no mundo rural brasileiro, entre outros” (SABOURIN, 2011, p. 10). Ele defende o aporte teórico das duas lógicas – a troca e a reciprocidade – coexistindo no mesmo contexto. Para tanto formula e descreve uma *teoria da reciprocidade* (SABOURIN, 2011, p. 11/12):

Primeiro, o princípio de reciprocidade não se limita a uma relação dádiva/contradádiva entre pares ou grupos sociais simétricos;

Segundo, a reciprocidade pode recobrir várias formas: formas positivas, negativas e intermediárias;

Terceiro, as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico;

Quarto, envolvem diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos.

Sabourin (2011) ressalta que a teoria da reciprocidade não nega a existência do princípio de troca, nem está propondo uma substituição sistemática das relações de troca por relações de reciprocidade, apenas chama atenção para uma dupla leitura, pois, “cada uma dessas lógicas, podendo ser averiguada nos fatos, podem prevalecer-se de vantagens respectivas e, principalmente, de conquistas, dentre as

quais algumas são, sem dúvida, irreversíveis.” (SABOURIN, 2011, p. 12). Dessa forma, “a reciprocidade, muito mais do que o ganho individual, é o princípio organizador dessas formas de troca, mesmo em instituições onde objeto de troca é o dinheiro.” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 110) A coexistência pode existir de maneira paralela e separada, pode haver contextos onde as duas lógicas coexistam paralelamente de modo complementar, mas pode haver também antagonismos entre os dois sistemas econômicos.

Dentro dessa perspectiva apontada por Sabourin (2011) podemos destacar que na comunidade estudada – a Agrovila Lagoa do Jogo – o Fundo Rotativo Solidário revela-se como um arranjo social no qual coexistem as duas lógicas, a mercantil e de reciprocidade. Na comunidade Lagoa do Jogo o FRS funciona como uma poupança para os participantes, dessa forma eles utilizam o dinheiro para financiar a atividade correspondente ao FRS, para as famílias que ainda não receberam o beneficiamento, ou ainda para questões emergenciais, no caso da compra de um remédio, ou realizar algum exame, ou para a produção. Nesse sentido, o arranjo comporta as práticas de mercado, a exemplo da compra de materiais para construção de cisternas, fabricação de telas e compra de lona para silagem, com a movimentação propriamente do dinheiro da poupança, e por outro lado, também viabiliza as práticas de reciprocidade, com a ajuda mútua e a cooperação entre os participantes dos Fundos Rotativos.

Portanto, a experiência com os Fundos Rotativos Solidários supõe uma complementaridade entre a lógica mercantil e a lógica de reciprocidade. São práticas que formam e tornam as relações sociais mais coesas, criando/aumentando a sociabilidade. Nesse sentido supomos que uma realidade social que coloca em prática a reciprocidade e a solidariedade no conjunto das relações sociais pode fomentar o acúmulo de capital social, dessa forma, “espera-se que, quanto maiores os índices de confiança e solidariedade existentes entre os membros de uma comunidade, maior será o capital social existente naquela comunidade” (TABOSA, F. et al. 2000, p. 56).

1.2– O conceito de Capital Social: Um capital promotor de sociabilidade

Um dos elementos que instigaram a nossa curiosidade científica neste trabalho foi sem dúvida o conceito de capital social, como mencionado na introdução deste trabalho.

A noção teórica de capital social ainda que não seja tão recente, nos anos 90 e, especialmente por força dos organismos multilaterais voltou à cena na literatura e no debate acadêmico, em pautas governamentais e na agenda das Organizações Não Governamentais (ONGs). O conceito de capital social decorre da ampliação de outros tipos de capital.

Inicialmente o termo capital foi conceituado no campo das ciências sociais como o produto da mais-valia, ou seja, o trabalho não pago que era produzido pelo trabalhador e apropriado pelos donos dos meios de produção, sendo assim definido por Karl Marx no século XIX. Com o passar dos anos, o capital passa a fazer parte de diversas áreas, sejam elas econômico-financeiras, naturais, físicas, humanas e atualmente o Social (COSTA, 2007, p. 20).

Com a ampliação do termo capital para além do capital econômico primeiramente foi empreendido o termo de capital humano nos debates acadêmicos, se referindo ao capital atribuído aos indivíduos, no que diz respeito principalmente aos níveis de saúde e educação. A noção de capital humano foi importante para a redefinição do desenvolvimento, pode-se inferir que o conceito de desenvolvimento humano foi de algum modo substantivado pela noção de capital social que hoje pode ser traduzido pelos dados quantitativos, diferentemente da noção de capital social, cujas métricas não são facilmente traduzíveis.

O conceito de capital social foi sendo explorado e utilizado em diversas disciplinas e áreas temáticas no século XX, nomes relevantes como de Pierre Bourdieu (1998), Putnam (1996), Fukuyama (1995), Coleman (2000) entre outros, definiram e deram relevância ao conceito de Capital Social. O capital social é um conceito que tem uma natureza multidimensional, logo, não existe uma definição única. Muitos autores utilizam o conceito, mas cada um coloca sua especificidade, no entanto, todos concordam com o fato do capital social ser um capital que quanto mais usado maior será o seu montante acumulado pela comunidade, e que a base para manter esse capital é a confiança, tendo a cooperação como a busca da

construção do bem comum. O Capital Social pode ser considerado capital porque, utilizando a linguagem dos economistas, ele se acumula, ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores.

Para uma melhor compreensão e entendimento das acepções propostas pelos diversos autores, acerca do conceito de capital social segue abaixo um quadro com as definições e significados (Ver Quadro 01) (Millani, 2002, *apud* SILVA, 2010, p. 172).

Quadro 01: Definições de Capital Social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (entity), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistemas de apoio familiar, Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (social exchanges) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação à outra pessoa ou grupo social.
Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social tais como redes, normas e confiança, que facilitam coordenação e cooperação para	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe a dimensão econômica; as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de	Individuais e coletivos.

	benefício mútuo.	futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	desenvolvimento, e não o contrário. A performance institucional está condicionada pela comunidade cívica.	
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (embeddedness). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	Duração das relações consideradas positivas	Granovetter critica As duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de subsocializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectados das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que ele qualifica de super-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	O capital social seria um bem público e um bem privado ao mesmo tempo.
John Durton	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança. Reciprocidade. Cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupos (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital).

			assimétricas que, em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Essa rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a produzir benefícios comuns.	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigações recíprocas. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras do compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações) processos de interação (deliberação)	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).

Fonte: Milani (2002)

O quadro 01 apresenta a sistematização de alguns dos principais autores que definiram e utilizam o conceito de Capital Social como uma teoria social, com possibilidades de ser observada e analisada nas relações sociais de grupos, como meio de produzir benefícios individuais e/ou coletivos. A partir da elaboração do quadro Milani (2003, p. 19-21) tece cinco comentários acerca do conceito de capital social:

Em primeiro lugar, não há consenso em relação ao conceito propriamente dito de capital social;

Em segundo lugar, independente das disputas no conceito, há o consenso quanto à importância do contexto na definição das variáveis e fatores do capital social;

Terceiro, o capital social é uma categoria de capital bastante particular;

Quarto, o capital social pode ser entendido enquanto propriedade de uma sociedade, propriedade de uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de maximizar suas capacidades e atingir objetivos;

E em quinto lugar, a relevância do conceito de capital social pode ser afetada pela ideia de conecta-lo com um efeito positivo.

Destacando Bourdieu (1980) um dos precursores da teoria do capital social, ele o define como “o agregado de recursos atuais de potenciais que estão ligados por posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de aquiescência ou reconhecimento mútuo” (p. 2). Para Bourdieu as relações sociais constituem um patrimônio eficaz, produtivo e não visível a serviço dos sujeitos sociais, sejam individuais ou coletivos (DIAS, 2010).

Desse modo, o volume do capital social que um agente pode possuir depende da extensão das redes de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Nesse sentido, as relações sociais precisam ser baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo, no qual os movedores da sociabilidade e da ação coletiva serão a confiança e a cooperação.

As relações sociais, específicas de cada sociedade, que permitem ao indivíduo obter recursos, bem como a quantidade e a qualidade desses recursos (DIAS, 2010). O capital social, na perspectiva de Bourdieu, está intrinsecamente relacionado aos outros tipos de capital que constitui um indivíduo.

Maria Celina D’Araújo (2003), em seu livro intitulado “Capital Social”, faz referências ao conceito de capital social que foi “amplamente explorado em diversas disciplinas e áreas temáticas e chegou, às vezes, a parecer um antídoto mágico contra todas as mazelas sociais” (D’ARAÚJO, 2003, p.7). A autora refere-se ao capital social com uma “argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum” (D’ARAUJO, 2003, p.10). A autora defende,

A ideia de que, minimamente bem definido e valorizado, ele pode se constituir em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia. [...] e ainda, Podemos aproveitar esse conceito relativamente novo para, a partir dele, falarmos de assuntos de interesse geral: desenvolvimento econômico,

humano, social e democrático. É uma nova roupagem para preocupações antigas que inquietam grande parte da população (D'ARAÚJO, 2003, p. 7-8).

D'Araújo (2003) ressalta os vários usos do capital social e a grande notoriedade que o conceito ganhou depois da publicação da obra de Robert Putnam: *Comunidade e democracia: A experiência da Itália Moderna*, mas coloca que no decorrer do século XX o conceito foi reinventado algumas vezes. Nos anos 1950 o sociólogo John Seeley e seus amigos usaram a expressão para assinalar como o pertencimento de moradores suburbanos a certos clubes e associações facilitavam o acesso a outros bens e a direitos. Na década seguinte Jane Jacobs se notabilizou como uma das mais importantes urbanistas do século que utilizou do conceito para explicar fenômenos ocorridos nas grandes metrópoles.

Nos anos 1970 o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light usaram a expressão quando analisaram o problema do desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas. Já no fim dos anos 80, o conceito entrou definitivamente na agenda acadêmica, com o sociólogo James Coleman e a publicação de dois artigos que se tornaram clássicos, um deles examinando o papel das normas sociais como guia de ação para os indivíduos, e o outro, o capital social permitindo a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Francis Fukuyama (1996) também tem sido reconhecido pelo uso do conceito de capital social, que dedicou vários livros ao tema das relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social. E por fim, a contribuição de Robert Putnam (2005), que estimulou um intenso debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos.

D'Araújo (2003) destaca também o conceito formulado pelo Banco Mundial, nos anos 90, para a avaliação de projetos de desenvolvimento, no qual este definiu quatro tipos de capital: capital natural, isto é, os recursos naturais que são dotados um país; capital financeiro, aquele produzido pelas sociedades; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, capital social, que expressa a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Em suma, segundo o Banco Mundial, "capital social refere-se às

instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade” (p.10).

Já para Robert Putnam (2005), o capital social é muito explorado em seus estudos, especialmente como estratégia metodológica (DIAS, 2010). Putnam (2005) estudou durante vinte anos o desempenho das instituições políticas da Itália, seu trabalho e metodologia são desenvolvidos no longo prazo.

Os estudos de Putnam envolveram técnicas e metodologias variadas e cuidados sistemáticos para garantir a fidelidade das informações. Assim, durante vinte anos analistas acompanharam o processo de implantação e os resultados do governo descentralizado na Itália – descentralização essa que implicou a criação de vinte regiões administrativas autônomas (D'ARAÚJO, 2003, p.13).

Putnam (2005) define o capital social como “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2005, p. 177). A definição que Putnam aplica a teoria do capital social é apresentada de forma mais descritiva, com a observação longa e detalhada de formas de governos, atentando-se para as características de uma organização civil.

Para Putnam (2005), “as tradições cívicas ou o grau de civismo de uma determinada população é determinado pela sua história. Daí deriva a sua compreensão sobre capital social” (*apud* CASTILHOS, 2002, p. 31). Desse modo, o civismo dos habitantes de um dado território é resultante e determinado historicamente pelo “estoque” de capital social acumulado por eles e pelos antepassados.

De acordo com Putnam (2005) a noção de capital social tem um caráter determinista historicamente e culturalmente, pois a formação/acúmulo do capital social dependeria do tipo de relação social existente em determinada região. De acordo com sua visão determinista-cultural de capital social,

Faz com que não haja muitas alternativas para a formação do capital social. Ou seja, populações que historicamente não tenham construído relações sociais geradoras de capital social não terão chances de construí-lo, pelo menos no curto ou médio prazo. E, portanto, conforme a sua visão de que o estoque de capital social acumulado é o principal fator determinante no nível de desenvolvimento, as regiões ou territórios que apresentarem baixos estoques de capital social estarão fadadas ao atraso socioeconômico (CASTILHOS, 2002, p. 41).

Essa concepção causou diversas reações na literatura sobre o capital social, tendo em vista que,

Não haveria saída para qualquer país do terceiro mundo, ou mesmo para qualquer cidade ou região não cívica em qualquer parte do planeta vir tentar a torna-se cívica, isto é, obter capital social, caso um governo com forte propósito nesse sentido o desejasse, pois o determinismo histórico-cultural já os havia condenado (Fernandes, 2000 *apud* CASTILHOS, 2002, p.33).

Autores que instrumentalizaram sobre a possibilidade de formação do capital social discordam desta concepção determinista de Putnam. Autores como FOX e EVANS (*apud* CASTILHOS, 2002) são contrários a esta acepção. Para estes, o Estado tem o papel de garantir o êxito das ações coletivas e, portanto, o Estado tem função primordial na geração do capital social.

Evans (1996 *apud* MULS, 2008) formulou a hipótese do construtivismo social, no qual esta “baseia-se na construção de uma base social propicia para o estabelecimento de relações sinérgicas entre agentes do Estado e membros da sociedade civil” (MULS, 2008, p. 16). Se formos pensar a realidade social de uma comunidade a partir da hipótese do construtivismo social pode-se depositar expectativa em relação à criação de estoques do capital social.

Uma maneira de se analisar a origem das relações sinérgicas é confrontar a tese do determinismo histórico (associada ao conceito de capital social tal como formulado por Putnam) à tese do construtivismo social (associada ao conceito de capital social como resultado da construção de relações sinérgicas). [...] A questão que se coloca é se a possibilidade de sinergia depende ou não de dotações socio-culturais que devem ser tomadas como dadas. Ou se a aplicação de criativos arranjos organizacionais e/ou institucionais e a adoção de novas tecnologias sociais (soft Technologies) podem produzir sinergia em períodos de tempo relativamente curtos” (MULS, 2008, p. 16).

Dentro dessa perspectiva se a teoria estiver imbricada à concepção de determinismo cultural, dependendo da preexistência de padrões sociais e culturais construídos historicamente ela pode está limitada a poucos grupos e fora do alcance de tantos outros. Já na perspectiva do construtivismo social a criação de capital social (relações sinérgicas) torna-se uma possibilidade em diversos contextos, em outras realidades (MULS, 2008).

Ricardo Abramovay (2002) admite que o capital social pode ser criado, para ele, “pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para apresentar, aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos convencionais” (p. 118). Desse modo, o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção (ABRAMOVAY, 2002).

A meu ver, a concepção determinista de capital social cunhada por Putnam, é radical. Uma vez que, se as sociedades não possuem relações sociais constituídas em práticas de cooperação e confiança estarão fadadas ao atraso. No entanto, se for do interesse do grupo, e paralelamente a isso impetrar o apoio de agentes externos²⁰, é possível a construção e interiorização de práticas de cooperação, reciprocidade e confiança nas relações sociais, proporcionando a formação de capital social na comunidade, e assim formar um estoque. É fato que essa interiorização das relações sociais poderá acontecer somente a médio ou longo prazo, pois em uma sociedade que não tem em seus hábitos corriqueiros essas práticas relacionais levará certo tempo para transformar em tradição e cotidiano.

Um modo de se constituir novas formas relacionais é a lógica de atuação do Fundo Rotativo Solidário. Os FRS funcionam como fontes instrumentais de Capital Social, pois funciona como um sistema de crédito sem fiador, na confiança de que o controle comunitário serve de garantia (DIAS, 2010). Para fazer o arranjo dar certo é preciso ter (se não tiver, criar) as relações de confiança e cooperação na comunidade, mas isso é uma discussão que virá no tópico posterior.

Vale ressaltar que em trabalhos posteriores a sua obra clássica, Putnam mudou o sentido de sua conceitualização determinista sobre a teoria do capital social.

Putnam aparentemente recuou de seu excessivo determinismo cultural. Afirmou serem as políticas públicas uma fonte da mudança social. Sugeriu que, em numerosas instâncias, políticas públicas desmantelaram tradições cívicas esvaziando as iniciativas comunitárias (Abu-El-Haj 1999, *apud* CASTILHOS, 2002, p. 46).

E ainda afirma, depois do aprofundamento sobre o tema, ser possível a produção/criação de capital social onde antes não existia.

²⁰ Estado, Associações Cívicas, Cooperativas e a própria sociedade civil.

Segundo Putnam, (...) é possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social, ainda que seja tarefa para décadas. As instituições agiriam sobre a cultura, mudariam hábitos e rotinas, mas esse seria um processo longo, e não de efeitos imediatos. Essa capacidade de mudança cultural, ainda que lenta, através de políticas públicas, abre um leque amplo de expectativas para aqueles que querem propor mudanças com vistas ao desenvolvimento (D'ARAÚJO, 2003, p.22).

Portanto, o capital social poderá ser tomado como uma fonte promotora de relações sociais mais horizontais, promovendo o desenvolvimento para uma comunidade e a sociabilidade entre os indivíduos.

A partir da discussão elencada acima é possível corroborar que a teoria do capital social fundamenta-se principalmente nas relações de confiança²¹. A confiança é o componente básico do capital social (PUTNAM, 2005) e, concomitantemente as relações de reciprocidade e cooperação influenciam diretamente na confiança entre os indivíduos de uma comunidade, e conseqüentemente no acúmulo de capital social.

Confiança é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas partilhadas têm acerca do comportamento dos outros. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor as oportunidades de que aparecem. Por isso, poder confiar nos outros é um importante fator de desenvolvimento econômico (D'ARAÚJO, 2003, p. 33).

A teorização e a discussão apresentada em tal tópico é importante para uma melhor compreensão da formação/acúmulo do estoque de capital social em grupos/comunidades. Assim como para identificar as características que constituem as relações sociais proeminentes do capital social. A partir de tal conhecimento é possível perceber se predominam relações sociais mais democráticas e cooperativas, ou relações baseadas no autoritarismo e clientelismo, e, portanto, analisar como as diferentes relações sociais influenciam nas práticas cotidianas da comunidade, e também no funcionamento e sucesso (ou não) dos Fundos Rotativos.

1.3– O arranjo social que supõe a reciprocidade: Fundos Rotativos Solidários

²¹ O trabalho coletivo em forma de mutirão caracteriza um bom exemplo de reciprocidade e lealdade, onde o sistema só pode funcionar devido ao alto nível de confiança. (DIAS, 2010)

Os Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionadas às comunidades que se propõem a praticar a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança e que decidem (re) investir parte desta em prol da própria comunidade.

Desde a década de 1990, várias ações voltadas às comunidades rurais vêm sendo realizadas, no Estado da Paraíba (Nordeste brasileiro), pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB) – um fórum de entidades e pessoas unidas com o objetivo de experimentar e propor alternativas sociais e tecnológicas visando à convivência do camponês com a região semiárida. Uma dessas iniciativas diz respeito aos Fundos Rotativos Solidários (FRS). Estes podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Os Fundos Rotativos são destinados à promoção de atividades produtivas e reprodutivas com base principalmente na reciprocidade e na solidariedade, dirigidas ao desenvolvimento das comunidades e como uma alternativa de superação da pobreza e desigualdade.

É um **FUNDO** porque reúne recursos (financeiros, mão de obra, sementes, etc.). É **ROTATIVO** porque os recursos giram, circulam entre todos os participantes. E é **SOLIDÁRIO** porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro, divide com o irmão (AS-PTA/PATAC, 2008, p. 13, grifo do autor).

O sistema de Fundos Rotativos Solidários²² foi experimentado no ano de 1993, em comunidades rurais do Cariri paraibano, mais especificamente na Comunidade Rural de Caiçara, no município de Soledade.

O primeiro projeto foi financiado pela Catholic Relief Service (CRS), em convênio como o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi assumido pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) – organização não governamental (ONG) que direciona suas ações para o meio rural – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e com a Paróquia local (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p. 2).

O arranjo social dos Fundos Rotativos tem um caráter social e de geração de renda, está articulada tematicamente a perspectiva de uma nova economia: a

²² O nome fundo rotativo solidário é usado pelas instituições que criaram a associação de crédito rotativo.

economia solidária²³ e às finanças solidárias, cuja solidariedade e a reciprocidade tendem a predominar nas relações sociais.

Os Fundos Rotativos Solidários podem criar uma forma própria de luta pela sobrevivência, métodos de administração, gestão e remuneração pelo trabalho desenvolvido. Os agricultores redescobrem as virtudes produtivas, ecológicas, associativas, cooperativas e sociais. Os FRS resgatam o trabalho coletivo e proporcionam a coesão em uma comunidade, o trabalho junto com a família e a vizinhança é resgatado e revalorizado nesse sistema, podendo, inclusive, reconstruir uma cultura local, fortalecendo a criação de um círculo virtuoso. O principal objetivo é:

Possibilitar aos camponeses organizados em grupos a obtenção de crédito para construir um bem de baixo custo (cisterna de placas, barragem subterrânea, cerca de tela, entre outros), sem juros bancários, cada membro contribuindo com sua força de trabalho para a construção desse bem. Mas o processo que envolve os FRS ultrapassa a questão da aquisição de um bem material, ele possibilita um tipo de ação coletiva visando à gestão e organização dos FRS pelos próprios camponeses, dando a oportunidade de inserir novas práticas sociais (DUQUE E OLIVEIRA, 2007, p. 2).

Levando em consideração o objetivo principal os técnicos da PATAAC²⁴ entendem o Fundo Rotativo Solidário como uma forma de democratizar as inovações tecnológicas, como as cisternas de placas, a barragem subterrânea, e os poços artesanais, integrando isso a lógica de partilha já presente na comunidade. Porém, para que ele funcione é preciso que os camponeses aceitem sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação (DUQUE; OLIVEIRA, 2006).

Os Fundos Rotativos têm uma lógica e um embasamento próprio de funcionamento, são elencadas práticas²⁵ que fundamentam o seu funcionamento, e conseqüentemente o sucesso do arranjo em uma comunidade. No entanto, cada comunidade escolhe e decide a maneira como vai operar o fundo rotativo em sua comunidade, compreendendo a especificidade e as possibilidades das famílias que compõem cada local.

As decisões de quem irá participar dos grupos, quem receberá as parcelas, se a devolução vai ser integral ou parcial em relação ao valor da cisterna, como deve ser o ritmo da devolução, onde o material para construção da

²³ Cf. Singer, 2002.

²⁴ Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades.

²⁵ Correspondem as práticas de solidariedade, reciprocidade, cooperação e confiança.

cisterna vai ser comprado, e o que fazer com o montante advindo do último fundo, passaram a ser responsabilidade de cada localidade (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p.3).

Os Fundos Rotativos em comunidades rurais, pelo menos em grande parte, tendem a funcionar e dá certo, porém isso não significa que não haja conflitos e divergências de opiniões em relação às decisões tomadas acerca dos fundos. Nem sempre as decisões adotadas pela comissão de gestão do FRS na comunidade agradam a todos os participantes, sempre haverá um ou outro que discorde e não aceite a decisão, por exemplo, a escolha do próximo agricultor que receberá o financiamento do fundo rotativo, ou a maneira como está se usando os recursos da poupança dos fundos. Em certos casos, o interesse individual pode aparecer e prevalecer nas relações sociais de um grupo, podendo colocar em risco o funcionamento do fundo rotativo. É por isso, que a noção de cooperação constitui uma peça chave na prática de um Fundo Rotativo na comunidade (DUQUE; OLIVEIRA, 2006).

A base de seu funcionamento é a cooperação entre os membros dos grupos que o formam. [...] A cooperação é aqui entendida enquanto um tipo particular de ação coletiva em que dois ou mais indivíduos ou grupos têm o interesse de atuarem em conjunto para a consecução de um objetivo. A cooperação que favorece o funcionamento dos FRS apoia-se na reputação dos indivíduos e nos **laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade** que são elementos facilitadores da ação coletiva. Eles fornecem a coesão e a coerção necessárias à manutenção das relações entre indivíduos ou grupos que cooperam (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p. 5, grifo meu).

As famílias que participam dos fundos rotativos passam a ter autonomia na gestão e nas decisões relacionadas ao arranjo social. Mas, na maior parte das comunidades rurais os agricultores contam paralelamente com o apoio²⁶ e participação ativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) da região. Dessa forma, os Fundos Rotativos apesar de serem geridos pelas próprias comunidades participam de um espaço social marcado por articulações que interferem nos seus vários processos (DIAS, 2010). A relação do STR de Remígio com o Agrovila Lagoa do Jogo é bastante estreita, apesar de cobrir um grande número de assentamentos no município, o sindicato está sempre articulando formações, assembleias e

²⁶ Através de reuniões, assessoria e formação sobre o tema.

reuniões para tratar de assuntos relacionados à manutenção dos fundos rotativos e outros assuntos pertinentes à agrovila.

Os Fundos Rotativos precisam para o seu funcionamento e sucesso desenvolver práticas sociais alicerçadas em princípios de: solidariedade, reciprocidade e cooperação, para isso é preciso que seja implantado em comunidades formado por grupos de vizinhos. Assim sendo, a proximidade entre os participantes dos FRS é um elemento estratégico para o sucesso do funcionamento dos fundos, pois “os laços entre pessoas que convivem num mesmo local, compartilhando a vida cotidiana, facilitam a formação de grupos cooperativos, bem como favorecem a coesão de que o sistema de FRS necessita” (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Segundo Duque e Oliveira (2006) o sistema de FRS difundiu-se por toda a Paraíba; em primeiro lugar para as comunidades do Município de Soledade, e em segundo lugar para outros municípios do Estado. O trabalho de implementação dos FRS em outros municípios se deu através da parceria com diversas instituições que compõem a Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA-PB), inclusive o PATAC.

Os primeiros FRS funcionaram da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, era emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometia-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo decididos em conjunto. Sorteava-se a primeira família a ser beneficiada, e o trabalho era geralmente realizado em conjunto, pelo sistema do mutirão. À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo tinham obtido suas cisternas, as últimas devoluções permitiam a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo. Depois de construída a última cisterna de cada grupo, as últimas parcelas eram devolvidas ao PATAC que reiniciava outro grupo na mesma comunidade, se houvesse demanda, ou em outra comunidade cujas famílias estivessem necessitando de cisternas (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p.3).

O sistema original dos FRS sofreu duas transformações básicas ao longo do tempo:

A primeira é oriunda da descentralização do sistema por parte do PATAC, que estendeu e disseminou o trabalho com os Fundos Rotativos para outras instituições que compõem a ASA-PB; a segunda é fruto da criação, por parte da ASA Brasil (fórum reunindo, a partir de 1999, entidades de todos os Estados do Nordeste com o mesmo objetivo da ASA/PB) do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um

Milhão de Cisternas (P1MC), com o apoio do Governo Federal e de diversas instituições, e a decisão da ASA/PB de aderir a esse Programa mediante Fundos Rotativos (DUQUE E OLIVEIRA, 2006, p.3).

Desse modo, a propagação dos Fundos Rotativos através da ASA-PB conferiu-lhe modificações na forma de funcionamento do sistema do FRS. Isto porque cada município, cada região, bem como cada comunidade, possui suas especificidades e complexidades, e tem sua autonomia. Contudo, “todos os grupos concordam que alguns princípios são fundamentais para o bom funcionamento de um fundo rotativo: a participação ativa dos beneficiários e a transparência na gestão são regras fundamentais” (AS-PTA/PATAC, 2008, p. 17).

Por isso, é importante cada comunidade adotar e reconhecer as práticas relacionais que constituem o sistema dos FRS, e saber conduzir as ações individuais e coletivas, de tal modo que, estejam interiorizadas entre os agricultores, refletindo no funcionamento pleno do arranjo dentro da comunidade.

Deste modo, para além do crédito não reembolsável destinado as comunidades de pequenos agricultores, o foco principal dos participantes dos fundos rotativos são os interesses da comunidade – visando à coletividade – e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda, uma vez que as atividades exercidas coletivamente irão refletir diretamente ou indiretamente nos ganhos individuais.

Precisa-se, pelo menos, que os laços sejam bastante fortes para que haja confiança mútua e compreensão em relação à possível desigualdade no fornecimento de trabalho: “Fulano vive doente, trabalha menos”. Aqui também intervém a solidariedade. Como diz um presidente de Associação: “É uma questão de consciência. Todos têm direito. Um é ajudado e ajuda aos outros. Isso não se aprende em um dia” (DUQUE & OLIVEIRA, 2003, p.3).

Os FRS têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações de obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o Semiárido. Tudo isso sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências de um banco financeiro, contudo que fique assegurado que os recursos obtidos

pelos FRS sejam devolvidos para dentro da poupança da comunidade, a fim de ser utilizado por outras famílias ou outras necessidades próprias da comunidade.

Portanto, é possível perceber que as comunidades rurais através dos Fundos Rotativos e outras atividades coletivas tem a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos, visando à produtividade com o coletivo, o fortalecimento das práticas de solidariedade e reciprocidade e a valorização da identidade do agricultor.

1.1.1 As Interfaces entre o Capital Social e o Fundo Rotativo Solidário.

Apresentado os conceitos que integram a chave de análise dessa dissertação tentaremos agora apresentar a relação entre o conceito de capital social e o arranjo social dos Fundos Rotativos. O principal objetivo é observar as práticas sociais no assentamento/agrovila pesquisado, e perceber em que medida as experiências de solidariedade, reciprocidade e ajuda mútua influenciam o acúmulo de capital social na agrovila. Para tanto vale uma discussão sobre a complementaridade entre capital social e o arranjo social - fundo rotativo solidário.

Os Fundos Rotativos Solidários têm como mote fundamental relações sociais baseadas na reciprocidade e solidariedade relacionadas com os princípios básicos da economia solidária. Para obter o sucesso no funcionamento do sistema dos FRS é preciso que haja nas estruturas das relações da comunidade os princípios da ajuda mútua e confiança, e acima de tudo que haja o comprometimento para a manutenção do mesmo na comunidade, refletindo assim, na gestão dos Fundos Rotativos. A gestão é um dos pontos principais do FRS em uma comunidade, pois o que será posto em prática é a autogestão dos referidos fundos pelos próprios agricultores, ou seja, eles decidirão aonde o recurso arrecado será aplicado na comunidade, e para que isso funcione com eficácia é preciso que haja transparência e participação de todos os membros da comunidade.

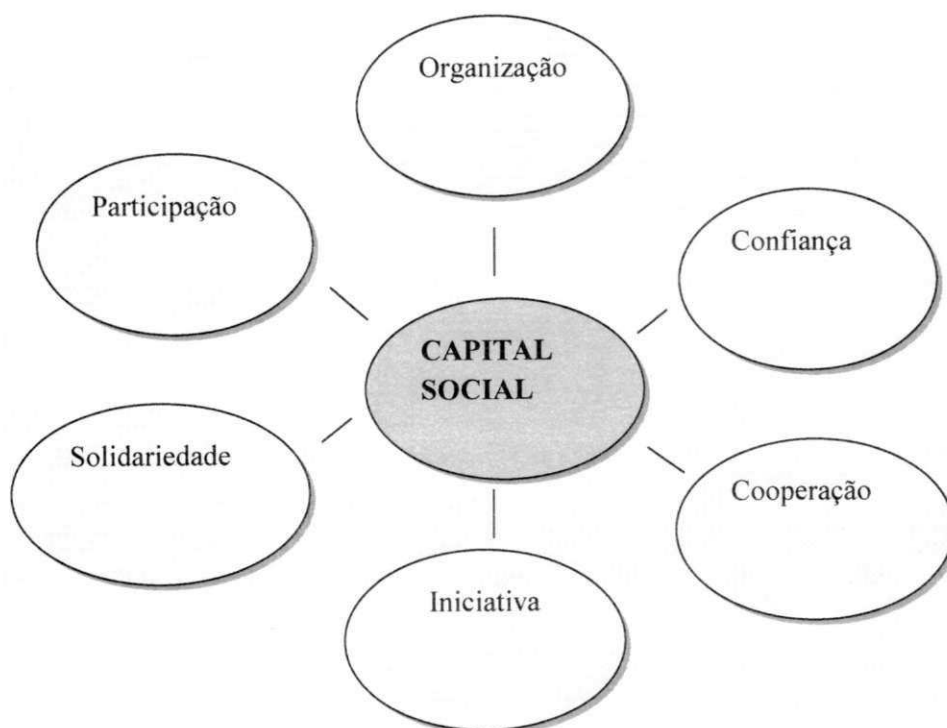
A metodologia do Programa é conhecida como Fundos Rotativos Solidários, onde a própria comunidade é responsável pela gestão local dos recursos, resgatando a prática de finanças alternativas enraizadas nas organizações populares, onde os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos na forma de capital social transformam-se em poderosos instrumentos de geração de renda (SANTOS FILHO, 2010, p.2).

Os fundos rotativos solidários é um arranjo social eficaz na mobilização do capital social, pois se caracteriza por elementos constitutivos de tal conceito, como a confiança, cooperação e autonomia (DIAS, 2010). O FRS se configura nas comunidades pelo interesse individual e coletivo de se adquirir bens, com vistas ao aumento da produção e da conquista de novas experiências.

No entanto, para que se estabeleça o bom funcionamento do arranjo social e se cumpra o seu princípio básico nós podemos supor que é necessário à relação intrínseca ao acúmulo de capital social nas relações, uma vez que o capital social dentro de uma comunidade pode acarretar no crescimento e no desenvolvimento da mesma, pois as atividades realizadas coletivamente vão refletir nos ganhos individuais.

Segundo Melo Neto e Froes (2002) a participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança são fatores determinantes do capital social, como mostra a figura abaixo:

Figura 1: Fatores determinantes para o capital social



Fonte: Melo Neto e Froes (2002)

Esses fatores são considerados determinantes para a base da construção do capital social em determinado grupo social. Esses fatores só existem quando atuam em conjunto por meio de um programa ou projeto social (a exemplo do arranjo do FRS), pois o acúmulo de experiências participativas e organizacionais irá reforçar os laços de solidariedade, cooperação e confiança entre as pessoas, grupos sociais e entidades institucionais.

A intenção dessa pesquisa empírica é analisar como se realizam as relações de cooperação e de solidariedade entre os agricultores assentados. Bem como, compreender se os laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade; associados à reputação e aos interesses individuais e/ou coletivos, podem facilitar ou emperrar a ação cooperativa. Segundo pesquisa realizada por Mota (2009)

A existência de um Fundo Rotativo Solidário aumenta a autonomia e a capacidade de autogestão e dessa forma a romper com as práticas clientelistas tão arraigadas nas pequenas comunidades rurais. Além disso, desperta valores sociais importantes, como a adoção de novas atividades produtivas, aumento da capacidade econômica e financeira das famílias participantes, bem como serve de instrumento para implementação de novas parcerias e conseqüentemente alocação de novos recursos. O Fundo Rotativo Solidário estimula o compartilhamento, a solidariedade, altera-se o foco do "eu" e se retoma a discussão dos interesses coletivos (p.5).

Para formar e/ou fortalecer o capital social em determinada comunidade é preciso incrementar as capacidades, competências e habilidades de um grupo, ao ponto de torná-los capazes de gerar ideias, iniciar e gerenciar seus projetos. Para tanto, se faz importante à prática da atividade de autogestão entre os atores sociais do grupo, tendo em vista que o fator da autogestão possibilita a ampliação da autonomia e do conhecimento crítico para os indivíduos.

Os Fundos Rotativos Solidários proporcionam à comunidade a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos: precisa discutir os prazos de pagamento, decidir quem vai recolher as prestações, quando, como; quem vai comprar o material cada vez que os recursos recolhidos são suficientes para iniciar uma nova cisterna; negociar com as lojas de material de construção para obter preços melhores, e até se entender entre várias comunidades para diminuir os custos com o frete, etc. Essa lenta aprendizagem da tomada de decisões de forma democrática é um passo importante para a organização da comunidade e o exercício da cidadania (DUQUE E OLIVEIRA, 2003, p. 4).

Desse modo, a autogestão torna-se imprescindível para o funcionamento pleno dos Fundos Solidários, refletindo diretamente no fenômeno do capital social, pois as decisões a serem tomadas sobre as questões relacionadas aos fundos rotativos serão de responsabilidade de toda a comunidade.

Na presente discussão corremos o risco de nos determos na dicotomia de: se por acaso é o Fundo Rotativo que operacionaliza o capital social, ou se é o acúmulo de capital social que promove o sucesso do arranjo social na comunidade? Nesse sentido, salientamos para o fato de um está intrinsecamente relacionado ao outro. Como já foi mencionado, os Fundos Rotativos se caracterizam por elementos constitutivos deste conceito, então podemos supor que se em uma comunidade o sistema dos fundos rotativos está em funcionamento pleno implica dizer que possivelmente há o acúmulo de capital social nas relações cotidianas? Ou o contrario, se o FRS não está funcionando o capital social não existe ou é pouco?

De qualquer modo a cooperação e a confiança são fatores essenciais para conferir o acúmulo do capital social em determinada comunidade, assim como também é necessário para o funcionamento do arranjo dos fundos rotativos, uma vez que, cada membro depende efetivamente um do outro.

O capital social se instrumentaliza como um fator relevante para a promoção do desenvolvimento nas comunidades. Dessa maneira, o capital social é observado como um fator que ocorre dentro das comunidades e grupo sociais, e pode ser desenvolvido e fortalecido, proporcionando o desenvolvimento e novos saberes locais.

Portanto, ressaltamos o capital social atuando com o arranjo social dos FRS como possível promotor de crescimento e desenvolvimento das capacidades individuais e saberes coletivos, caso seja utilizado de maneira eficaz, correspondendo aos princípios de confiança, solidariedade, participação e ajuda mútua.



FOTO 01: Casa do Agrovila Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

CAPÍTULO II

O Projeto de Assentamento Oziel Pereira: uma descrição ampliada do espaço social da Agrovila lagoa do jogo

2.1 A constituição dos assentamentos rurais no Brasil: breve contextualização

A formação e organização dos assentamentos rurais, pelo menos a maior parte destes se constitui a partir de um intenso processo de lutas e pressões dos diversos movimentos sociais²⁷ dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio das ações mobilizadas pelos movimentos compreendemos também as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e de exclusão (SOUZA, 2006). Desse modo:

A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc. (SOUZA, 2006, p. 2).

Os movimentos e manifestações por terras no Brasil percorreu nossa história e está subjacente a vários processos sociais e políticos que marcaram a nossa formação (MEDEIROS, 2009). São datados de muito tempo, e muitos são os exemplos que identificam esses momentos:

Lutas dos indígenas para preservação de suas áreas, frente à ação dos colonizadores; ocupação de terras por posseiros, desde a colonização, em busca de áreas para plantar; formação de quilombos por escravos que fugiam às condições do cativeiro; luta pelo acesso à terra para cultivo de alimentos por trabalhadores que viviam do trabalho em fazendas, como demonstra a literatura sobre a expansão da cafeicultura e as demandas dos "colonos do café"; a enorme afluência de famílias ao chamado do governo getulista, ainda do Estado Novo, para uma "marcha para o oeste"; as resistências de posseiros, em todos os tempos e lugares, à tentativa de sua

²⁷ São inúmeros os movimentos que fazem dos acampamentos e ocupações o processo de luta pelas terras (MEDEIROS, 2009). Dentre eles destacamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE); federações de trabalhadores da agricultura ligadas à estrutura sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, também sindicatos ligados à Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Família (FETRAF).

expulsão da terra, seja pela especulação imobiliária urbana, seja pela frente de expansão agrícola; as organizações de lavradores dos anos 1950/1960, em associações civis, suas diversas e criativas formas de resistências; a emergência das Ligas Camponesas etc. (MEDEIROS, 2009, p. 1).

Esses movimentos e muitos outros foram marcados por intensa repressão e conflitos. O movimento dos trabalhadores sem terra (MST) e um movimento de notoriedade na luta pela terra no Brasil, foi um movimento que surgiu ainda no período da ditadura militar, e mesmo que de maneira surda e atomizada continuaram em todo o país, fazendo com que a bandeira da reforma agrária fosse um componente importante das demandas do sindicalismo rural (MEDEIROS, 2009).

Em 1984 o MST foi formalmente criado, contou com representantes de onze estados, mas só em 1990 ele se expandiu por todo o país e se consolidou como o principal porta-voz da luta pela terra, passando a ser reconhecido como um "movimento social".

As ocupações de terra e a instalação de acampamentos tornaram-se a marca da organização do MST. O Movimento aproveitou a ocupação em massa como forma legítima e estratégia fundamental de mobilização para conseguir as desapropriações. Nos acampamentos organizados pelo MST é hasteada uma bandeira vermelha com o logotipo do movimento. As barracas cobertas de lona e a bandeira eram elementos distintivos e absolutamente recorrentes de todos os acampamentos²⁸ (SIGAUD, 2000).

Atualmente, essa forma de mobilização se constitui, para o MST, a essência da organização, e para o Estado brasileiro, a ocupação e posterior instalação de acampamentos é a "forma apropriada" de "pedir" a desapropriação das terras (LOERA, 2006, p. 74).

O MST procura organizar as famílias assentadas em formas de cooperação produtiva com vistas a criar condições para uma vida digna, cidadã e com possibilidades de inserção produtiva. Nesse sentido, o MST caracteriza-se como um movimento de massa onde a organização e a organicidade são elementos

²⁸ Para o Incra, a Fetape e o MST, o que distingue um acampamento de outro é o *movimento* que o organizou. (SIGAUD, 2000, p. 83).

fundamentais para o fortalecimento da luta, para as diversas formas de enfrentamento (GOMES, 2009).

A expressão organicidade indica no Movimento o processo através do qual uma determinada ideia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o núcleo de base de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de movimentos ascendentes e descendentes capazes de garantir a participação efetiva de todas na condução da luta em suas diversas dimensões (Caldart, 2000 *apud* GOMES, 2009, p. 16).

O MST conta com o apoio de diversos atores, experiências do público envolvido, geralmente trabalhadores rurais, o sindicalismo rural, organizações patronais e instituições estaduais e nacionais (MEDEIROS, 2009). Desse modo, as ocupações só se tornam possíveis graças à existência de uma rede de conhecidos e familiares. As redes "são um conjunto de inter-relações pessoais pelas quais se vincula um conjunto de indivíduos" (Barnes, 1987 *apud* LOERA, 2006, p. 74). Essas redes possibilitam e propiciam relações sociais, pela qual se estabelece um conjunto de trocas, isto é, relações que os acampados mantêm com os assentados, com os seus lugares de origem e entre si, permitindo e facilitando o sustento econômico e social, contribuindo para a permanência dos acampamentos, e posteriormente para o assentamento.

Quando o movimento consegue, através dos militantes, não militantes e agricultores, a ocupação e desapropriação das terras o acampamento passa a constituir-se como assentamento, estes são institucionalizados pelo INCRA, "a conquista da terra significa, inicialmente, um lugar para a família se instalar, interrompendo assim um fluxo migratório muitas vezes herdado dos pais e avós" (NORDER, 1997, p. 63).

Quando há a demarcação dos lotes considera-se que o assentamento é de fato uma realidade concreta, mas ainda com um vasto repertório de lutas para enfrentar com vistas à consolidação destes espaços. O assentamento se constitui:

Uma encruzilhada social (...) um agregado heterogêneo de grupos sociais, constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terra e, dessa forma, se apossam formalmente das mesmas. Assim a partir do

momento, passam a se encontrar face a face nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico em que irão reproduzir seus meios de vida e trabalho (Carvalho, 2010, *apud* SILVA, et al. 2013, p.6).

E ainda,

De maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (Bergamasco e Norder, 1996 *apud* SOUZA, 2006, p. 16).

No processo de estruturação de um assentamento os processos sociais não acontecem de forma simples e com conquistas imediatas, mas na prática de inserção e organização das famílias (GOMES, 2009). O assentamento representa um desfecho positivo para os sem terra, é o momento de organização de uma nova sociabilidade, de um novo processo que implica criar condições para a permanência na terra (HONÓRIO, 2005).

O termo **assentamento** está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada é, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL, 1997 *apud* SOUZA, 2006, p. 17).

É possível perceber os assentamentos rurais enquanto modificadores das regiões rurais, apesar de todos os problemas intrínsecos ao meio rural eles possibilitam novas vivências e outras condições de vida para famílias agricultoras²⁹.

O assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante às famílias, direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: casa, escola e comida. (site: www.mst.org.br)

De modo geral, os assentamentos e sua etapa anterior (os acampamentos) são "espaços de reinvenção da sociedade através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania" (SAUER, 2010 *apud* SILVA, et al. 2013, p.7).

²⁹ A vida nos assentamentos rurais geram transformações sociais, econômicas e políticas, além de condições para plantar, produzir, construir, vender o excedente da produção, e benefícios oferecidos pelo STR quando os agricultores do assentamento são associados a este.

Os assentamentos rurais são constituídos por agricultores familiares,³⁰ o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, desse modo é importante à disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (SOUZA, 2006). As condições e a disponibilidade do uso das terras fortalecem e ampliam a agricultura familiar, cujo trabalho direto consiste na mão de obra familiar.

A agricultura familiar resiste, reaparece na forma de eficientes movimentos sociais de luta pela terra [...] O produtor familiar estaria visando à satisfação e o aperfeiçoamento de seu modo de vida e atividades econômicas, buscando um ponto de equilíbrio entre trabalho e consumo. (NORDER, 1997, p. 40-42)

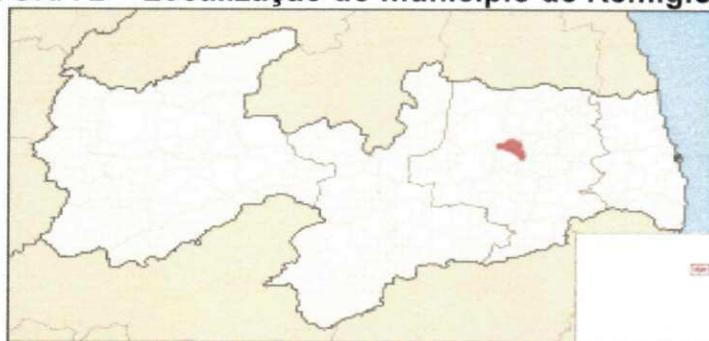
Nos acampamentos e assentamentos é estabelecida, na maioria das vezes, uma circulação de ajudas, que podem ser materiais, simbólicas ou emocionais. Essas ajudas são uma forma de manter e atualizar as relações sociais, e também a maneira como as pessoas conseguem permanecer/se manter nos acampamentos (LOERA, 2006). As ajudas vêm de todas as formas, através de dinheiro, comida, produtos da roça e outros.

O próprio MST incorporou como parte de sua estratégia esse tipo de circulação de ajudas, os vínculos são estabelecidos entre os acampados e os assentados, muitas vezes os agricultores assentados oferecem e mandam ajuda para os sem-terra acampados, um exemplo é a arrecadação de alimentos que os acampados levam a cabo como parte das obrigações que tem que de cumprir. No assentamento Oziel Pereira muitos assentados apoiam o movimento dessa maneira, contribuindo com ajuda material – quase sempre alimento/refeição – isso é bem comum e que para os assentados que estão a mais tempo no assentamento e que não tem condições de acompanhar as lutas, mas que acreditam no movimento.

³⁰ Agricultura familiar se define como uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político (NEVES, 2002 *apud* Schmitz; Mota, 2006, p. 912).

2.1.1 A Constituição do Assentamento Oziel Pereira: histórias, narrativas e trajetórias.

FIGURA 2 – Localização do município de Remígio/PB



FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Remígio>

O assentamento Lagoa do Jogo está localizado na zona rural do município de Remígio. O município de Remígio está situado na microrregião do Curimataú Ocidental, distante cerca de 40 km de Campina Grande. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 17.581 habitantes, com área territorial de 178 km². O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro. Limita-se ao norte com Solânea, ao sul com Alagoa Nova, Esperança e Pocinhos, a leste com Areia e a Oeste com Pocinhos.

O município de Remígio era distrito do município de Areia, chamado Lagoa do Remígio, em setembro de 1953 o deputado remigense Luiz Bronzeado apresentou a Assembleia Legislativa um projeto de lei que tomou o nº 111 subscrito por vinte parlamentares, para criação do município de Remígio. Somente em 1956 foi apresentado à Assembleia o projeto – Lei nº 129/56 criando o município de Remígio. Mas apenas em 14 de março de 1957 que foi sancionada a lei pela criação do município de Remígio. A lei entrou em vigor no dia 31 de março de 1957, quando se deu a instalação do município e posse do primeiro prefeito Dr. Eptácio Bronzeado.

O assentamento Oziel Pereira, situado na área rural do município de Remígio, foi resultado do movimento da luta pela terra. A área reivindicada era a antiga fazenda Queimadas, do proprietário Antonio Diniz. A área da fazenda era muito

extensa, e compreendia os dois municípios, Remígio e Areia³¹. O trabalho de ocupação foi realizado na parte pertencente ao município de Remígio, por moradores que já trabalhavam na propriedade em condições de meeiro³². Particularmente, na agrovila Lagoa do Jogo dos assentados, três já residiam na fazenda – vieram também para ocupação moradores³³ de outras localidades, como Arara, Solânea e também Remígio, que acompanhavam as ocupações que iriam acontecer.

O ofício solicitando a vistoria do imóvel é datada de 12 de novembro de 1995 pelo Sindicato dos Trabalhadores rurais de Remígio, mas a vistoria só foi iniciada em 22 de junho de 1998. O processo de acampamento com barracas de lona preta durou quase quatro anos, a maioria dos assentados que hoje vivem no assentamento participaram do processo de luta pela terra. Passaram anos embaixo da barraca de lona preta para conquistar um pedaço de terra e praticar a agricultura. O MST junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio organizou o processo de ocupação na fazenda Queimadas, foram realizadas três reuniões de base, que aconteceram na própria sede da fazenda com trabalhadores que tinham vínculo com a propriedade. Na terceira reunião já foi para entrar na terra. No dia 27/09/1998, as famílias ocupam a fazenda Queimadas, em uma área de 2.666 ha.

Rapaz, a gente já trabalhava aqui sabe? Há uns anos atrás a gente já trabalhava aqui na terra do proprietário. ai o pessoal falava que ia acontecer ai quando foi com uns tempos eles quiseram cobrar terça do trabalho da gente ai fomos "simbora", não sei se tu conhece Paulo Régis ele mora lá em bananeiras, ai nessa época eu fui trabalhar na igreja. ai mandaram eu ir embora lá da igreja mesmo no dia certo, ai passou uns dias a turma entrou aqui, me chamaram, mas eu disse que não ia, que tinha medo, negocio de guerra, ai eles disseram não rapaz vem com a gente pra você ver como é bom, não, vou não. Fui pra bananeiras numa reunião quando cheguei lá ele falou ei você não foi lá com os sem terra não? Fui não, porque tive medo dos conflitos. ai ele disse não, vai haver conflito não, pode ir, e nesse tempo ele trabalhava no INCRA e disse pode ir sem problema nenhum que lá não vai ter conflito não [...]. Ai eles já tinham entrando tinha um mês, depois de um mês eu entrei, ai o homem ameaçava que ia botar tudo pra fora e nós "tamo" lá nem ai, quando foi depois ai veio à emissão de posse ai pronto, ficou bem dois anos e com mais cinco anos eles fizeram a casa veio o

³¹ A área menor de 269.2804 ha pertence a Areia e 2.666.5754 ha pertence à Remígio (Documento de desapropriação 71201-9 INCRA).

³² Não há informações de quantos e quem eram os agricultores que já trabalhavam na fazenda ao total, pois pertence também a outra agrovila do assentamento.

³³ Agricultores que acompanhavam as ocupações de terras organizadas pelo MST.

processo pra construir a casa e "tamo" vivendo aqui ate hoje. (Seu J.R, entrevista realizada em outubro de 2011).

No dia 08 de dezembro de 1998 é publicada no Diário Oficial a desapropriação da fazenda Queimadas dando origem ao Assentamento Oziel Pereira. Para completar a quantidade de famílias no assentamento os agentes do INCRA na época buscaram alguns assentados que estavam acampados em outra ocupação, para fazer o cadastramento e ser assentado do Oziel Pereira. Ao total, no final foram beneficiadas³⁴ 134 famílias³⁵ no assentamento Oziel Pereira.

O começo foi no assentamento vizinho, eu comecei no assentamento vizinho, morei ainda um ano, mais ou menos um ano, passei um ano lá, ai lá não passou a ser assentamento ne, a terra não saiu, não foi desapropriada, ai nessa fazenda aqui era pra ser assentado 150 famílias, ai na época faltou gente que tava acampado aqui ai não tinha 150 famílias, ai o MST trouxe eu e mais oito que tava lá no outro acampamento ai cadastrou aqui, ai foi em 1999 (Seu P.A, entrevista realizada em outubro de 2011).

A emissão de posse das terras da fazenda Queimadas é datada de 19 de novembro de 1999. Em conversa com um funcionário do INCRA de João Pessoa³⁶ sobre o processo de criação do assentamento este me informou que ate hoje o Oziel não tem PDA³⁷, pois na época houve um problema com a empresa contratada para elaborar os planos de desenvolvimento dos assentamentos e com o passar do tempo caiu no esquecimento.

³⁴ Termo utilizado pelo INCRA para definir as pessoas (cada um representando uma família) portadoras da concessão de uso da terra (lote) na criação de um assentamento (TERTO, 2009, p. 53).

³⁵ Ao final do processo o assentamento Oziel Pereira ficou constituído apenas por 50 famílias. Durante o processo de formação do assentamento a unidade das famílias é rompida, há divergências entre as ideias e se instala um conflito interno entre os assentados, com isso é decidido no Fórum de Remígio com representantes do assentamento e do INCRA a criação de dois P.A (Projeto de assentamentos), o do Oziel Pereira com 50 famílias e o do Assentamento Queimadas com 84 famílias. Por fim o assentamento Oziel Pereira ficou com área de quase 996 ha e com 50 famílias, divididas em duas agrovilas. (VER FOTO EM ANEXO)

³⁶ SR – 18/R

³⁷ O PDA é o instrumento de planejamento dos Projetos de Assentamento voltado para o seu desenvolvimento sustentável, segundo as suas dimensões econômica, social, cultural e ambiental. O PDA compreende todas as fases do processo, da instalação das famílias nas áreas do assentamento, passando pela participação e capacitação das mesmas na construção e elaboração deste Plano, estendendo-se até a sua completa consolidação e emancipação (Brasil, 2004 *apud* TERTO, 2009, p. 55).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária: PARAÍBA
4ª Vara

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, às 11 horas, na cidade de Remígio e Aneia, eu, Oficial de Justiça Avaliador, em cumprimento ao mandado anexo, expedido nos autos da Ação de DESAPROPRIAÇÃO, Processo nº 990105815-5, CIV, que INCRA, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, move contra FAZENDA QUEIMADAS S/A

FOTO 02: Emissão de posse da fazenda Queimadas. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

O acesso ao assentamento é feito pela PB-105, no sentido Remígio – Arara. Saindo de Remígio percorre-se 2,6 Km pela rodovia e mais 1 km de estrada de barro, em bom estado de conservação.

Depois da desapropriação e emissão de posse das terras os agricultores ainda passaram um tempo nas barracas de lona preta, pois a liberação do recurso para a construção das casas demorou 30 meses (um pouco mais de dois anos). O recurso para a construção das casas foi obtido a partir de um convenio celebrado firmado entre o INCRA e a Caixa Econômica Federal, no qual o valor estabelecido para cada imóvel foi R\$ 2.500 (ficando 50% do valor para cada uma das instituições).

Como a área da fazenda era grande (2.666 ha) e a quantidade de famílias acampadas também, o assentamento foi dividido em duas agrovilas³⁸, agrovila do Cajá e agrovila Lagoa do Jogo (área de estudo deste trabalho). A agrovila Lagoa do Jogo foi constituída com apenas 19 famílias. A área de reserva do assentamento constitui 20% da área total do território (nesse caso 996 ha).

O Assentamento Oziel Pereira encontra-se inserido na unidade morfológica definida como Planalto da Borborema, que se constitui o mais importante acidente

³⁸ As agrovilas consistem nas áreas destinadas a instalação das moradias e das infraestruturas sociais coletivas (TERTO, 2009).

geográfico da Região Nordeste (Brasil, 1972 *apud* SCHIOCHET et al., 2013). De acordo com dados do INCRA (1998 *apud* SCHIOCHET et al., 2013), o relevo predominante na área é do tipo suave ondulado (80% da área) e ondulado, correspondendo aproximadamente 20% restantes da área. As condições do solo nos roçados são consideradas férteis, pequenas áreas precisam de recuperação do solo. Cada família possui uma área de 10,5 ha, sendo cinco hectares o lote da casa, e os dez hectares o lote do roçado.

A área do Assentamento Oziel Pereira apresenta uma rede hidrográfica razoável, com vários rios, córregos e riachos todos temporários que nos períodos chuvosos abastecem os diversos açudes, barreiros e barragem distribuídos por todo o imóvel (SCHIOCHET et al., 2013). O período de chuva na região é mais abundante nos meses de julho e agosto, em outras épocas o clima é mais seco e com chuvas esporádicas. A disponibilidade de água potável para consumo humano é de captação das águas das chuvas e armazenadas em cisternas. Os açudes e barreiros por terem água salobra são destinados para o consumo animal. Nos arredores da agrovila Lagoa do Jogo há três açudes, a disponibilidade dos recursos hídricos no local é bastante crítica.

A atividade agrícola ocupa importância central para entender as relações sociais da agrovila, uma vez que os indivíduos se organizam diariamente em torno das atividades agrícolas, as práticas cotidianas são direcionadas à vida no campo.

A idealização da agricultura familiar, na qual se inserem os assentamentos rurais, supõe uma lógica específica de reprodução da unidade familiar de produção dentro do universo capitalista. Assim, os assentamentos podem estabelecer locais privilegiados de experiências tecnológicas pouco rentáveis em termos contábeis de empresas capitalistas, mas perfeitamente rentáveis em termos da economia familiar dos agricultores (SOUZA, 2006, p.16).

As atividades relacionadas à agricultura são versadas pelo uso da mão de obra familiar, produção voltada para o consumo da família. Os agricultores cultivam nos arredores de casa um roçado com hortaliças – alface, tomate, batata doce, cebola e outros – e frutíferas como acerola, manga, maracujá – e nos lotes produtivos, que são mais distante da agrovila plantam o roçado de feijão e milho. A maior parte desta produção destina-se ao autoconsumo, sendo comercializada

apenas quando há algum excedente. A venda dos produtos, quando acontece é feita diretamente aos comerciantes da cidade nas feiras livres da cidade de Remígio ou Arara, no trabalho do roçado predomina a forma de exploração familiar, com contratação de trabalhadores eventuais³⁹.

A agricultura familiar pode ser interpretada não apenas um espaço para a produção de mercadorias e valorização patrimonial, mas também um espaço habitacional, de integração com a cidade, de vida comunitária e de obtenção de alimentos. Um modo de vida, enfim (NORDER, 1997, p. 47).

A organização física do assentamento obedeceu ao modelo agrovila, a agrovila Lagoa do Jogo compreende 19 famílias de agricultores, famílias cujo estilo de vida é baseado na prática da agricultura como atividade principal, sendo a reprodução social econômica do grupo vinculada ao trabalho na terra.

Atualmente as famílias da agrovila Lagoa do Jogo são constituídas praticamente pela família nuclear pai, mãe e filho, algumas são apenas o marido e a esposa, ou o pai com os filhos (duas famílias são constituídas com esse modelo, o pai separado cuidando dos filhos). Atentei-me ao fato do pequeno número de pessoas morando em uma casa, poucas são as famílias que tem crianças na residência, a maioria são jovens e adultos, e muitos dos filhos jovens e adultos não moram mais no assentamento, alguns constituíram famílias em outros assentamentos, outros foram morar na cidade ou em outros estados.

³⁹ Quando é na época do inverno e a demanda do trabalho aumenta têm agricultores que contratam pessoas pagando o dia do trabalho para ajudar no plantio e/ou colheita.



FOTO 03: Agrovila Lagoa do Jogo – Assentamento Oziel Pereira. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Especialmente as casas no assentamento estão dispostas uma ao lado da outra, divididas por cercas de arame farpado, casas de um lado da “rua” e casas do outro lado, assim as casas também ficam na frente uma da outra. Os assentados trabalham em seus roçados que ficam nos arredores das casas. Em geral, nesses quintais existem frutas e a criação de pequenos animais, o lote fica um pouco distante das casas, sendo os lotes, utilizados para plantar e fazer um roçado maior, geralmente com plantação de milho e feijão.

A maior parte dos assentados teve pouco tempo de ensino formal⁴⁰, sabem escrever apenas o próprio nome, poucos são o que sabem ler. No assentamento tem uma escola de ensino fundamental I, que atende também do ensino pré-escolar ao 5º ano (antiga 4º série), as aulas são ministradas pela manhã, no horário das 7h às 11h. Os filhos dos assentados que estão no fundamental II se deslocam até a cidade de Remígio ou Arara para estudar, esse deslocamento é feito em ônibus da prefeitura.

⁴⁰ 31% dos participantes declararam que não foram alfabetizados. 54% cursaram de 1 a 5 anos de escolaridade formal; 15% não informaram. (Fonte: Pesquisa FRS, 2010).



FOTO 04: Sede da escola do Assentamento Oziel Pereira. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Apesar do pouco grau de instrução escolar, todos os assentados possuem conhecimento das práticas agrícolas, em geral saberes que adquiriram na trajetória de vida, herdado de pais e avós. Os assentados mais idosos e que viveram durante toda a vida na terra relatam que não trocam a vida no campo pela vida na cidade de jeito nenhum,

Eu vim embora morar aqui porque o homem arrumou esse canto, mas eu não queria vir de jeito nenhum não, mas graças a Deus aqui foi onde eu melhorei de vida, porque na arara eu não passava num vestido, na arara chegava a segunda feira num tinha nem dinheiro pra comprar um kg de carne, o "caba" que mora na rua (cidade) é muito triste, e aqui não, o "caba" tem que morar é no sítio mermo, aqui graças a Deus eu cheguei, eu tenho meus bichos, eu me aposentei aqui, e eu melhorei minha vida aqui (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2011).

A experiência de vida e a prática do labor capacitam os assentados em suas atividades, eles aprendem com o que vivenciaram, e o que foi passado de geração em geração, através do compartilhamento e socialização do vivido. Os que vivem no campo precisam esperar o tempo da chuva, precisam esperar o tempo certo de plantar e colher, e, sobretudo, precisam esperar o tempo da natureza.

Pra mim o que importa é ter um ano bom de inverno, porque a gente tendo um ano bom de inverno a gente tem do que sobreviver, tem o sustento da família, então pra mim, viver bem é isso (Entrevista Dona M.J realizada em outubro de 2011).

Como já foi dito, a sociabilidade no assentamento está muito relacionada à própria dinâmica das atividades produtivas, a solidariedade e a ajuda mútua entre os vizinhos estão presentes nas relações que envolvem, de algum modo, as atividades agrícolas, embora não sejam situações vivenciadas cotidianamente. Sobretudo, quando um vizinho busca a ajuda de outro, geralmente quando surge a necessidade. A necessidade advém de uma má colheita no ano, de um incidente emergencial na família, ou da falta de dinheiro. Quando o agricultor solicitado tem a condição de ajudar o vizinho este não mede esforço para ajudar/contribuir com o possível.

Essas ajudas esporádicas entre os assentados do assentamento estabelece a prática de trocas, na qual os vizinhos trocam bens e serviços entre si, podendo compreender a troca de sementes, a troca do dia de trabalho e outros. O sentimento de solidariedade é o princípio que rege e fomenta essas trocas entre os assentados. Dessa forma, “a prática da troca tem uma função sociológica específica de construção e manutenção de laços sociais duradouros” (Peirano, 2003 apud LOERA, 2006, p. 86).

Não podemos desconsiderar a incerteza da troca nas relações sociais, apesar da ajuda e da troca só acontecerem esporadicamente ainda pode existir a incerteza da troca nessas relações, principalmente quando a ajuda não se dá entre familiares do assentamento. É sabido que quando você dá uma ajuda a alguma pessoa você espera (em outro momento) que aquela pessoa retribua a ajuda de alguma maneira (principalmente no momento de necessidade). Nesse sentido, “a troca supõe uma criação contínua, pode ser interrompida a qualquer momento e também pode não ter resposta [...] Há um espaço de tempo que separa aquilo que se dá daquilo que se recebe” (LOERA, 2006, p. 86). Como essas trocas não acontecem cotidianamente entre os assentados não há relatos de ajuda sem retorno⁴¹.

⁴¹ Pelo menos aos entrevistados durante a pesquisa, não podemos generalizar e afirmar que nunca existiu.

De modo geral, a agrovila Lagoa do Jogo tem uma trajetória marcada por histórias de lutas e aprendizado de novos saberes e conhecimentos. A representação das relações sociais enunciadas pelos assentados parecem está alicerçadas na “boa convivência” entre eles. No entanto, durante a pesquisa de campo percebemos que há um pequeno grupo de assentados que possui um entrosamento maior, dado que revela diferenças, disputas e acirramentos, que serão analisados no último capítulo.

2.2 – Reciprocidades e cooperação: o já vivido no Assentamento Lagoa do Jogo.

Esse tópico do trabalho abordará as questões suscitadas no período da pesquisa do PIBIC e elaboração do TCC, especificamente as relações relatadas pelos assentados nos anos de 2010 e 2011. Tentaremos acionar aspectos que denotam valores presentes em relações marcadas por reciprocidades e cooperação, a partir de relatos pontuados pelos assentados e percebidos por mim como pesquisadora. Vale ressaltar que nesse primeiro momento a pesquisa estava sendo relacionada a uma pesquisa para o Banco do Nordeste, a fim de avaliar o Fundo Rotativo no assentamento, desse modo há possibilidade da minha imagem ter sido vinculada como pesquisadora do BNB, e isso pode ter influenciado a conduta das pessoas durante a pesquisa, e interferido nos discursos enunciados.

Já apresentamos aqui a prática da reciprocidade como elemento importante para as relações sociais de modo geral, na vida social, e não somente no meio rural. A reciprocidade se constitui como criador de sociabilidade, promovendo a ampliação das relações sociais e afetivas. Estando a lógica da reciprocidade presente nas relações sociais é possível a criação de relações baseadas na partilha, confiança e coletividade. Segundo Sabourin (1999) para viver uma vida em coletividade as práticas fundamentadas na teoria da reciprocidade são essenciais, uma vez que se torna mais fácil mediar os trabalhos e chegar a um resultado positivo.

A reciprocidade supõe a coesão em um grupo, são práticas que estimulam a proximidade e as relações de ajuda mútua, pois a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro, tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir

(SABOURIN, 2008). Na agrovila Lagoa do Jogo não há um padrão para a reciprocidade e ajuda entre os assentados, eles o fazem quando podem e quando solicitados, geralmente os assentados se ocupam com as atividades relacionadas ao seu roçado.

A cooperação aparece quando os assentados se organizam para praticar atividades coletivamente. Os assentados organizados em grupo (a organização do grupo se dá pelos agricultores que tem o interesse de praticar a atividade coletiva) se reúnem para realizar o trabalho no roçado, não são todos que fazem esse tipo de atividade em grupo, uns não participam por falta de tempo, outros por achar que não vale a pena, preferem trabalhar sozinhos nos seus respectivos roçados. Mas há sempre um grupo, geralmente são sempre os mesmos, um grupo de agricultores que varia entre cinco e seis, que são mais interessados e motivados a dedicarem parte de seu tempo para atividades coletivas.

A maioria não é a minoria, nunca é 100%. Pronto quando a gente iniciou esse ano aqui o campo de forragem animal né? Ai se juntou um grupo à gente plantou, uma parte numa área coletiva foi um grupo de agricultor daqui e também plantamos nas nossas áreas individuais ai também se juntou aquele grupo, foi um grupo que plantou a minha, fomos plantamos a de outro, e plantamos de outro, sei que foi um grupo de seis, olhe isso ai quer dizer que tem uma união né, nesse grupo de seis pessoas, seis famílias (Entrevista Seu P.A realizada em outubro de 2013).

Em uma pergunta feita a um agricultor sobre a cooperação entre eles, esse respondeu:

Tem. Aqui quando é na "quebragem" do milho, quando vão bater um feijão que tem 3, 4 vizinhos esperando o trator quando chega aqueles vizinhos tudinho se reúne, mói o daqui, vai pra o outro, pra o outro e assim por diante, aqui muitos na quebragem de milho são trocados os dias de serviços, então hoje eu posso ir arrancar o feijão do meu vizinho, ai depois o meu vizinho vem arrancar o meu, quando for pra o trator moer o trator chega eu moê o meu, e meus filhos vão pra moer o do vizinho, sempre tem o trabalho em conjunto aqui, sempre tem a união, a união do trabalho (Entrevista Seu J.R realizada em outubro de 2011).



FOTO 05: Trabalho coletivo para quebração do milho. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2011.

A prática de fazer mutirão para cuidar da plantação é uma prática comum entre os assentados, eles relataram que se organizaram para fazer um mutirão na época da colheita. O mutirão⁴² pode designar dois tipos de ajuda mútua: uma tem a ver com os bens comuns e coletivos; a outra com os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (SABOURIN, 1999).

O mutirão é uma prática que envolve os assentados que se dispuseram a realizar aquele trabalho. São dias de trabalho em um lote coletivo ou em seus roçados individuais, onde cada dia é realizado o trabalho em um roçado. O trabalho de mutirão corresponde à lógica do trabalho coletivo para o ganho de bens individuais, ou seja, se o mutirão for realizado no roçado coletivo ao final dos trabalhos cada agricultor irá se beneficiar com uma parcela do que foi trabalhado coletivamente para si e sua família.

O primeiro ano que os assentados de Lagoa do Jogo realizaram um mutirão de fato foi em 2011, exatamente o ano em que eu estive lá fazendo pesquisa de

⁴² A palavra vem do tupi *muturim* ou do guarani, *potyrom* que quer dizer colocar a mão na massa (Beaurepaire, 1956 *apud* SABOURIN, 1999).

campo. Como foi o primeiro ano da experiência, devido ao pouco tempo que eles tiveram para organizar o mutirão e os atrasos para começar os trabalhos no roçado o funcionamento não se deu de maneira plena.

Sim, teve um coletivo que foi feito em coletivo, foi feito um grupo de trabalhadores aqui e foi uma coisa que deu certo, e se tivesse começado do começo, só que quando veio começar já tinha sido muito tarde, os trabalhadores trabalhando juntos no roçado, trabalhava hoje no roçado de compadre Paulo, amanhã trabalhava no de compadre João bastinha, depois trabalhava no de compadre Nivaldo, e assim a gente foi no bom tempo, ai esse trabalho só veio pra depois que as plantas começaram a secar, mas no começo, nesse trabalho a gente começou no trabalho coletivo. E outros trabalhos coletivos que a gente faz aqui é na área de assentamento, é numa cerca, a gente trabalha coletivo, na sede quando é pra fazer um trabalho na casa da sede é um trabalho coletivo, é esses trabalhos que são feitos, mas junto com o trabalho do fundo rotativo só foi feito esse trabalho coletivo que foi esse do roçado. [...] O trabalho coletivo acabou porque quando começou uns já tava secando, outros estavam começando então aquele que terminou primeiro num ia continuar trabalhando naquele que ainda tinha começado, ai então se tivesse começado na plantação de todo mundo, hoje pra mim, amanhã na plantação de compadre Paulo, amanhã eu planto em compadre fulano, compadre sicrano, então tinha dado certo ate a colheita, mas quando começou uns já tava amadurecendo, outros a água já tinha destruído ninguém queria plantar mais, outros iam começar a plantar naquele tempo, ai terminou por isso. Ai a esperança que nos estamos é que no começo desse ano agora a gente começar do começo, começando do começo vai ate o fim, fica bem mais fácil (Entrevista Seu J.R, realizada em outubro de 2011).

Mas a partir da experiência obtida da primeira vez eles almejavam se organizar novamente para realizar o mutirão nos anos posteriores.

Rapaz, nós temos assim como coletivo, que nós formamos esse ano também foi o roçado, a roça, pra plantar, limpar, no coletivo que a gente tava considerando um mutirão, já envolvendo fundo rotativo e o banco de semente né? Pra ser outro passo, mas infelizmente quando estávamos no tempo de xaxado do feijão o pessoal já se dividiu, éramos seis na plantação, na colheita tava dois, eu e B, é porque o pessoal tem que pensar muito pra chegar onde o "caba" quer chegar, eles tem uma visão de que eles trabalhando sozinho é melhor, mas não é não, e eu mais Paulo nós temos o exemplo, fugiu todo mundo pra não perder o que era deles, e eu e Paulo nós tivemos uma colheita ótima, primeiramente a minha não foi mais melhor porque isso não faz parte de mim nem de B faz parte de Jesus, foi a chuva, a chuva veio mesmo na época da colheita, a gente tinha arrancado o de Paulo, depois nós fomos arrancar a minha, ai foi mesmo na vez que veio a chuva, mas tá bom, nós tivemos resultado, você acredita que a deles que dividiram pra ter lucro tiveram prejuízo, perderam quase tudo, tem deles que não arrumaram nem um milho pra comer, e eu ainda arrumei doze sacas, B

arrumou 16, porque trabalhamos juntos e eu disse ta vendo B como Deus é bom, viu que nós tivemos um coração puro, Jesus multiplicou né, o que é nosso, e os que saíram fora pra não perder tiveram maior prejuízo do mundo que não colheram nada, teve um que nem "xaxar" o feijão "xaxou". Por isso trabalhar em grupo é bom e Deus abençoa, as horas que a pessoa entra no mutirão que ta vendo aquela boa vontade, o coração puro, agora tem uns que pensa só em uma coisa, só pensa em dinheiro em poder e as coisas não é assim não. (Entrevista Seu J.R, realizada em outubro de 2011)

É possível perceber que a consciência para o trabalho coletivo não está arraigada entre os assentados, nem é uma característica que pode ser essencializada, ao contrário, poucos são o que tem a ideia dos ganhos que o trabalho coletivo possibilita.

Destarte, como já foi dito, a reciprocidade e a ajuda mútua é sim, uma situação já vivida pelos assentados, mas não há uma regra para estabelecer essas relações entre eles, tudo é feito de forma espontânea, o que importa é manter as relações de vizinhança, o bom convívio com os moradores da agrovila, pois o convívio é diário, e o importante é evitar conflitos.

Dentro da relação de vizinho eu vou dizer que é maravilhoso, pra mim meus vizinhos são muito bom. nunca precisei de nenhum pra eles se negar. muito ao contrario eles me ajudam mais do que eu ajudo eles, mas sempre quando eu preciso eles estão sempre pra me ajudar, eu vou citar um exemplo. quando foi no período da construção da minha casa eu num paguei servente, porque meus vizinhos, todo dia tinha gente pra ajudar, foi sempre a minha vizinhança (Entrevista L, realizada em outubro de 2013).

2.2.1 – A experiência dos Fundos Rotativos Solidários

Este tópico também centrado na primeira fase da pesquisa no assentamento, realizada entre os anos de 2010 – 2011. Iremos descrever as atividades e funcionamento do FRS, além da percepção dos assentados sobre os impactos, potencialidades e limites do arranjo social na agrovila.

O Fundo Rotativo no assentamento chegou através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio (STR). O sindicato promoveu uma reunião na agrovila Lagoa do Jogo para apresentar o arranjo social aos assentados, seus benefícios e possíveis melhorias para aqueles que viviam na zona rural. Assentados que se auto identificam como agricultores experimentadores

gostaram da novidade e levaram adiante. Um dos assentados é membro do sindicato, faz parte da direção e representa o assentamento perante o sindicato. Há uma representação muito forte ante a pessoa de Seu P.A, uma vez que ele é um importante elo entre o assentamento e o sindicato.

No assentamento Lagoa do Jogo os fundos rotativos solidários estiveram voltados inicialmente para as atividades da tela, lona para o silo e cisterna. A tela depois de construída é mais trabalhada pelas mulheres, pois é utilizada para cercar os arredores de casa, e nessa tarefa são as mulheres que estão mais a frente, a lona é uma atividade voltada mais para o trabalho dos homens, pois é utilizada para fazer a silagem, e a cisterna envolve toda a família.

O assentamento e o fundo rotativo hoje ela se tornou união, e hoje o fundo rotativo uniu as famílias, uniu os pais, uniu as mães, uniu os filhos, porque o fundo rotativo não só é família ele saiu reunindo tudo junto, porque hoje o fundo rotativo é [...] eu nunca chamo ele de fundo rotativo quando eu preciso dele eu digo assim vai lá na mãe, porque o fundo rotativo hoje é velho, é jovem, é menino, porque ele investiu nisso tudo (Entrevista Dona M.J, realizada em outubro de 2011.).

Os assentados relataram que o acesso à água no assentamento era muito difícil, pois, o clima é muito seco e para pegar água era muito distante da agrovila, sendo aproximadamente cerca de 2 km andando. Os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo contam com o apoio do STR de Remígio, uma parceria que fortaleceu os projetos sociais e trouxe muitos benefícios.

Eles [os agricultores] têm plena consciência que o sindicato faz um bom trabalho que alguns anos atrás não existia nada de sindicato, era somente pra um vez na vida quando você ia se aposentar, hoje em dia o STR de remígio entre outros que faz parte do polo tem um trabalho totalmente diferente, eles conscientizam as famílias, as mulheres nos arredores de casa, eles tem esse trabalho de intercambio entre outros, diversas coisas né, fundo rotativo, banco de sementes, e todos tem consciência disso, o sindicato de remígio é uma diferença, é o trabalho voltado para o pequeno agricultor, eles tem consciência disso (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Depois de feita a parceria os projetos começaram a surgir, em 2003 foi executado o projeto de instalação das cisternas em algumas casas da agrovila, de início veio o material para a construção de sete cisternas, então os agricultores juntamente com o Sindicato se reuniram e decidiram entre si quais seriam as

primeiras sete famílias a receber a cisterna financiada pelos Fundos Rotativos e esta escolha foi definida tendo como critério as famílias que já trabalhavam com o roçado em sua propriedade, assim a partir daí é possível observar o momento inicial dos fundos rotativos solidários na agrovila Lagoa do Jogo.

Essas primeiras cisternas foram obtidas através do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) financiado pelo Governo Federal, depois das sete famílias beneficiadas começou a funcionar a logística do Fundo Rotativo, os assentados contribuíram para construir cisternas para as famílias que ainda não tinham.

Agora a cisterna foi uma coisa importante mesmo, essa cisterna ela foi importante porque antes quando nós chegamos aqui nós bebíamos água lá da pedra, água velha de barreira ai sem futuro ai depois com essa cisterna ai depois que a cisterna chegou à gente começou a tomar umas águas de boa qualidade (Seu J.R, entrevista realizada em fevereiro de 2010).



FOTO 06: Cisterna na agrovila Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Com o arranjo social do FRS se tornando algo mais concretizado os benefícios vão se tornando cada vez mais realidade. Em 2008 o assentamento se beneficia da parceria feita entre o Banco do Nordeste e o STR de Remígio para a

aquisição de recursos para fortalecer o Fundo Rotativo nas comunidades. A atividade escolhida pelos assentados foi à fabricação de telas para cercar seus roçados, o recurso foi utilizado para a compra de arame. Os assentados que adquiriram o material relatam:

Os fundos rotativos ne? Da tela ne? Cumade Lena e cumpade Severino comunicou pra nós, ai nós se sentemos numa reunião e foi discutido ai na outra reunião que teve nós fomos as meninas do sindicato vieram ai ela perguntou quanto nós queria, o que era que nós queria ai nós dissemos que era a tela que era necessário pra nós criar as galinha da gente, ai veio o arame veio a maquina pra gente fazer a tela, que a tela da gente assim dividiu o dinheiro deu 240,00 pra cada sabe a tela, ai nós fomos fazer a tela, meu marido e o homem daqui mermo do nosso assentamento que ele sabe fazer, ai a tela foi nós que fizemos na maquina todos eles tem a sua, ai foi assim que nós se comuniquemos com as menina do sindicato, ai foi uma benção essa tela (Entrevista Dona C. realizada em outubro de 2011).

Os assentados que quiseram participar do arranjo do Fundo Rotativo se beneficiaram com o arame para construir suas telas, a quantidade de arame (que nesse caso se verifica por quilo) foi da escolha de cada agricultor.

Eu acho que mudou muito vissi? Porque a maior parte das pessoas daqui não tinha aonde criar as suas galinhas, onde prender e jamais eu acho que dependendo das condições das pessoas não ia ter condições assim de pegar do seu bolso adquirir a maquina que é muito difícil e o dinheiro pra comprar o arame para fazer a tela e com o fundo rotativo as pessoas tem aonde criar, melhorou muito porque quando eu cheguei aqui eu criava de pouquinho coisa, não tinha aonde prender a noite na época do inverno, ai melhorou muito (Entrevista L, realizada em fevereiro de 2010).

Para os assentados a finalidade principal da tela seria a possibilidade de criar animais nos arredores de casa, com a tela os assentados têm a possibilidade de prender seus animais e deixar guardado sem prejudicar sua plantação e a plantação do vizinho. A aquisição do material para a construção da tela foi muito importante na vida cotidiana dos assentados, todos os relatos demonstram a satisfação em adquirir um bem tão útil para suas produções.

A tela veio assim em complemento, pois se a cisterna ajudava a tela veio pra ajudar mais ainda, a tela ela serviu pra galinha, a tela serviu pra ovelha, a tela serviu pra o gado, como eu falei na outra eu falei que a gente aqui tem a vaca de leite, e por mais que a gente botasse o arame o bezerro

botava a cabeça a vaca encosta no arame o bezerrinho botava a cabeça e quando pensava que não ele tava mamando, hoje na tela não, hoje a tela que veio com o comprimento junto com o arame hoje o bezerro ele não bota a cabeça, por mais que ele tente mais não passa, pra ovelha quando a gente fez o cercado da ovelha de manha no arame uma dava a cabeça da na outra e amanhecia arranhada, enganchava a perna, hoje não ela bate na tela e não se arranha (Entrevista Dona M.J, realizada em outubro de 2011).



FOTO 07: Material para construção da tela/Tela já concluída. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2011.



FOTO 08: Máquina para construção da tela. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2011.

O Fundo Rotativo da tela foi uma experiência positiva no assentamento, uma atividade que influenciou diretamente no dia a dia dos assentados, só aumentando suas potencialidades.

A terceira atividade que veio beneficiar o assentamento, através dos Fundos Rotativos Solidários, foi o material para à produção da silagem, é verdade que assentados já faziam à prática do silo, mas, não tinham condições de comprar a lona que iria servir para proteger a plantação e futuramente servir de alimento aos animais, daí em conversa com o Sindicato eles também escolheram destinar uma parte do recurso do FRS para comprar a lona, aqueles que já praticavam a silagem utilizaram do Fundo Rotativo para continuar as atividades.

Quando a gente faz a silagem, ai a gente faz em parceria, ai sempre faz um calendariozinho, hoje faz o meu, amanha no dia seguinte faz o do vizinho, ate chegar o ultimo que vai fazer o silo, ai a gente tem esse trabalho em parceria, isso ai cria uma união entre o grupo né (Entrevista Seu P.A realizada em outubro de 2011).

Através das falas dos assentados é possível perceber o impacto do FRS para a agrovila e para a vida dos assentados. São atividades que refletem diretamente no cotidiano, proporcionando melhorias a curto, médio e longo prazo.

O fundo rotativo foi uma coisa boa que chegou na nossa comunidade, só trouxe benefícios pra minha família e para os outros, porque com esse fundo rotativos nós recebemos as telas que a gente cria galinha, ai como a gente cria galinha a gente não vai precisar de tirar dinheiro do bolso pra comprar lá na cidade, a gente também tem ovos, o benefício é esse que eu vejo né? Porque a gente não precisa ir comprar as coisas lá na cidade, e as vezes ate vendemos uma parte (...) o fundo rotativo também é importante pra gente porque o fundo rotativo tem um valor depositado em casa, se a gente precisar a gente vai lá no fundo rotativo e toma emprestado, ai quando pega devolve sem juros, porque se você for toma um dinheiro no banco você paga juros e aqui no fundo rotativo as próprias pessoas decidiram que seria sem juros, isso ai já é outro benefício que tem e faz parte do fundo rotativo (Entrevista Seu P.A realizada em outubro de 2011).

Quando perguntamos da satisfação dos assentados em relação ao arranjo social dentro da agrovila esta sempre foi bastante positiva. A dinâmica do FRS agrada a maioria dos assentados, mas não implica dizer que também não há seus limites e entraves.

Segundo os próprios assentados os fundos rotativos solidários funcionam como uma poupança comunitária que reúne várias atividades, é algo bem diversificado, onde o dinheiro é guardado – pelo comitê gestor – e utilizado para uma família que está necessitando para alguma atividade que ainda não foi beneficiada ou mesmo para algum imprevisto emergencial (remédio, doença), depois o dinheiro emprestado é devolvido de acordo com as condições daquela família para a poupança do Fundo, e assim é novamente arrecadado e juntado para que outra família possa também usufruir quando precisar.

A lógica⁴³ de funcionamento do Fundo Rotativo depende da disposição dos assentados para incorporar em si o espírito da solidariedade, pois as famílias só irão se beneficiar se todos os assentados se comprometerem em contribuir com a devolução do valor estabelecido para a poupança.

Muitos assentados relatam que com o Fundo Rotativo eles foram reconhecidos, e agora eles têm condições de mostrar o seu valor, com ele estão mais próximos de novas experiências e da aprendizagem de novos saberes.

⁴³ Para que ele funcione é preciso que os camponeses aceitem sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação (DUQUE; OLIVEIRA, 2006). É preciso compromisso com a rotatividade dos recursos dentro da comunidade.

O fundo rotativo significa pra mim, deixa eu ver, são tantas coisas que o fundo rotativo significa. Em primeiro lugar significa aprendizagem porque a gente aprende né? Na questão de aprender o que fazer, no dia a dia, no que você tá fazendo ao redor de casa. como você tá fazendo com as pessoas na questão de coordenar. É tudo de bom né? Mas eu queria especificar assim o que é de bom, significa à gente ampliar a questão da criação tá entendendo? Da gente trabalhar menos também, por que antes por exemplo o bichos ficavam soltos, andando pra lá e pra cá, to falando da questão das minhas galinhas, e hoje em dia não, é tudo presinha ali, eu já sei aonde vai é menos trabalho. Aliás, eu vejo assim o fundo rotativo é tudo de bom, só tem benefícios bons pra família e pra mim né? Pra mim foi só coisa boa. É pra o assentamento no geral trouxe mais união, trouxe mais aprendizagem, que eles aprenderam muito, conhecimento (Entrevista Dona M.J, realizada em outubro de 2011).

Nesse período da pesquisa o funcionamento do Fundo Rotativo estava ocorrendo conforme o esperado, uma vez que as contribuições para a poupança do Fundo estava acontecendo.

A organização do Fundo Rotativo é responsabilidade de uma gestão formada por três agricultores da agrovila, escolhidos em reunião. Já nessa época a comissão de gestão estava à frente das atividades dos fundos há mais de quatro anos, sem haver mudanças. Os assentados decidiram fazer as reuniões relacionadas ao Fundo Rotativo todo primeiro domingo de cada mês, aonde eles irão discutir sobre as questões do arranjo social, tais como, quem será o próximo a ser beneficiado, como estão as devoluções para a poupança, quem não está contribuindo e por que razão não está, e etc.

Então todo primeiro domingo do mês a gente se reúne aí discute o problema, é dito quanto tem em caixa. a gente paga a mensalidade, e discute se já dá pra comprar tela pra outra pessoa, se dá pra investir em outras coisas pra outra pessoa. então a gente discute isso aí. é tanto que mês passado foi investido em mais cinco pessoas que quis entrar no fundo rotativo. novas famílias que entraram nesse fundo rotativo daqui do assentamento, a gente investe aqui mesmo (Entrevista L, realizada em outubro de 2011).

A gestão do FRS fica com todo o controle das contribuições feitas pelos assentados, assim como o controle do débito pendente de cada um. Para o controle das contribuições há um carnê de pagamento, uma planilha mensal com a contribuição dos participantes do arranjo, um termo de adesão ao Fundo Rotativo, e registros em atas das reuniões realizadas todo primeiro domingo do mês.

Tenho o conhecimento de tudo, de todos que estão participando, quem tá contribuindo, tem o controle de tudo. Eu digo eu porque assim a questão das papeladas, das coisas, ficam mais comigo, mas que todos eles sabem de "tudinho" do funcionamento, o que tá acontecendo hoje no fundo rotativo todos eles tem o mesmo conhecimento (Entrevista L, realizada em outubro de 2011).

Nessa época da pesquisa foi possível constatar e presenciar que o arranjo social de fato funcionava na agrovila, nós podemos considerar que havia participação de 70% dos assentados em relação ao pagamento das contribuições tomadas emprestadas da poupança, o ano de 2011 foi um bom ano para colocar as atividades do FRS para frente.

Hoje o funcionamento tá ótimo, pra vista daquele dia que vocês vieram, que não tinha praticamente nada pra apresentar a vocês, hoje a gente já tem muitas coisas pra apresentar, o fundo rotativo olhe acendeu mesmo aquela chama, não foi mais nem um foguinho tá entendendo? Ele tava caído, esmorecido, não tinha nada, hoje em dia tá tudo participando as mil maravilhas, o pessoal participando, já foi ampliado, a gente ainda tem dinheiro em caixa pra suprir as necessidades dos empréstimos as pessoas que estão necessitando chega no fundo rotativo e assim toma emprestado, depois devolve nas necessidades. Eu sei que tá tudo bem, graças a Deus tá muito bom o fundo rotativo (Entrevista L, realizada em outubro de 2011).

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO

Comunidade Agrovila Assentado 11

Nome dos Beneficiários JAN FEV MAR ABR MA JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

TOTAL

FOTO 09: Controle da contribuição mensal dos participantes. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2011.

TERMO DE ADESÃO AO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO

COMUNIDADE Lagoa do Jogo

MUNICÍPIO Remígio

Eu, Severino Lopes das Santas, no cumprimento de minhas responsabilidades, assumo de inteira e livre vontade participar do **Fundo Rotativo Solidário** de minha comunidade, colaborando com a contribuição estabelecida pelas assembleias de associados para a criação de uma poupança comunitária de acordo com a decisão das famílias sócias do grupo. O objetivo dessa poupança é apoiar e fortalecer as experiências das famílias que trabalham com agricultura familiar agroecológica ou outras atividades que venham a ser definidas pelo grupo sócio do fundo rotativo solidário, conforme o Regimento Interno.

Declaro conhecer e aceitar as determinações contidas no Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral dessa comunidade.

Assinatura

Remígio - PB 19 setembro 2010

Severino Lopes das Santas
Assinatura do Sócio do Fundo Rotativo Solidário

FOTO 10: Termo de adesão ao FRS. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2011.

Na pesquisa realizada em 2011 eu pude encontrar uma situação favorável ao funcionamento do Fundo Rotativo na agrovila, por exemplo, as reuniões aconteciam com regularidade, à contribuição por parte dos assentados também, valores simbólicos, mas que contribuía significativamente para a poupança dos fundos, e como uma agricultora disse: “*deixa a chama acesa*”. Essa situação me chamou atenção e me estimulou a continuar com a pesquisa sobre o potencial do arranjo social - Fundo Rotativo e na agrovila Lagoa do Jogo na fase do mestrado, mesmo que incorporando outras questões e abordagens analíticas.

Nesse sentido, na fase da pesquisa referente ao mestrado o intuito é observar as relações sociais entre os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo e o funcionamento do arranjo social do FRS, a fim de apreender práticas que assinalassem relações de reciprocidade, cooperação e confiança, podendo desse modo sinalizar um possível acúmulo de capital social no cotidiano dos agricultores.

As percepções e apreensões serão analisadas mais detidamente, e ponderadas com o outro momento de pesquisa, a fim de perceber quais práticas mudaram de um tempo para outro, como as relações estão operando depois de um tempo afastada do universo de pesquisa, como as mudanças estão influenciando no

funcionamento do arranjo dos Fundos Rotativos Solidários? Questões que serão analisadas a partir das perspectivas e noções dos agricultores.

CAPÍTULO III

Relações e práticas sociais experimentadas na agrovila Lagoa do Jogo

Neste capítulo abordaremos as relações sociais e o funcionamento do Fundo Rotativo nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa de campo aconteceu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013, com idas ao assentamento em dias de semana e do final de semana. A pesquisa foi realizada para ter um novo contato com os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo e cumprir com os objetivos propostos no trabalho de mestrado, tendo em vista que a última vez que tinha ido lá foi no ano de 2011, quando estava concluindo o curso de graduação. O objetivo pretendido para a pesquisa do mestrado foi analisar a predominância das relações sociais de reciprocidade, solidariedade e ação coletiva, vivenciadas pelos agricultores no seu cotidiano, e a vinculação destas relações com as atividades do Fundo Rotativo Solidário e a outras práticas coletivas.

Para realização da pesquisa privilegiamos como interlocutores agricultores e agricultoras da agrovila Lagoa do Jogo, um funcionário do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Remígio, e uma liderança do MST que está desenvolvendo projetos de experimento na agrovila. Entrevistamos seis participantes do arranjo social do Fundo Rotativo, e três que não participam do arranjo social.

QUADRO 02: Identificação dos agricultores e agricultoras moradores da agrovila Lagoa do Jogo e entrevistados durante a pesquisa.

INTERLOCUTOR	IDADE/ESTADO CIVIL	CARACTERÍSTICA PRINCIPAL
Seu P.A	56 anos Casado	Agricultor/ Membro da direção do STR/ Participante do FRS/Analfabeto ⁴⁴ /Participou do processo de luta pela terra
M.	32 anos Casada	Agricultora/Agente de saúde municipal/ Participante do FRS/Alfabetizada/ Participou do processo de luta pela terra
Dona L.	64 anos Casada	Agricultora/ Aposentada/ Participante do FRS/Analfabeta/ Participou do processo de luta pela terra
Seu C.	56 anos Casado	Agricultor/ Participante do FRS/ Analfabeto/ Não participou do processo de luta pela terra
Dona N.	54 anos Casada	Agricultora/ Participante do FRS/ Analfabeta/ Participou do processo de

⁴⁴ Colocamos como classificação da escolaridade: Analfabeto – aqueles que sabem apenas escrever o nome; e alfabetizado – aqueles que estudaram pelo menos o ensino fundamental completo.

		luta pela terra
Seu G.	68 anos Casado	Agricultor/ Aposentado/ Participante do FRS/ Analfabeto/ Participou do processo de luta pela terra
Seu S.	43 anos Divorciado	Agricultor/Não participa do FRS/ Analfabeto/Não participou do processo de luta pela terra
Seu D.	50 anos Divorciado	Agricultor/ Não participa do FRS/ Analfabeto/ Participou do processo de luta pela terra
Dona D.	24 anos Casada	Agricultora/ Não participa do FRS/ Analfabeto/ Não Participou do processo de luta pela terra
Tes. STR	40 anos	Tesoureira do STR de Remígio/Alfabetizada
Pesquisadora D.	45 anos	Coordenadora da articulação de sementes do Estado do MST/ Pesquisadora do INSA/Alfabetizada

Fabricia Fulgêncio, 2014.

Nosso ponto de partida na análise é atualizar o desempenho (se está ou não tendo continuidade) do FRS na agrovila, uma vez que, para este alcançar um bom

funcionamento é necessário à cooperação e comprometimento dos participantes, assim como as relações sociais que compõem a agrovila atualmente, quais lógicas operam no processo? Como as práticas sociais experimentadas anteriormente influenciaram na vida da comunidade? O fato do primeiro contato com os agricultores ter sido feito através de uma pesquisa para o Banco do Nordeste influenciou nas questões suscitadas? São questionamentos que apresentaremos na discussão deste capítulo.

Vale ressaltar que a pesquisa não tem a pretensão de apresentar resultados fechados e conclusivos acerca das relações sociais, envolvendo os FRS na agrovila, nem tão pouco quantificar o estoque de capital social entre eles, mas porque não temos como concluir de maneira definitiva e classificar as relações que permeiam entre os agricultores em face de uma realidade dinâmica e desafiadora vivida pelas famílias agricultoras.

3.1 – As práticas e relações vivenciadas no presente: reciprocidade e solidariedade

3.1.1 O Cotidiano dos agricultores de Lagoa do Jogo

As relações aqui apresentadas são objeto da análise da pesquisa realizada no período do mestrado. À volta ao campo nos revelou novas questões e novos olhares sobre as relações dentro da agrovila Lagoa do Jogo.

É possível supor que não tenha sido as relações que mudaram, mas sim a imagem que eles associaram a minha pessoa. Talvez na primeira fase da pesquisa, como estávamos realizando uma pesquisa para o Banco do Nordeste os agricultores ficaram receosos e cautelosos ante as perguntas elaboradas, achando que poderiam ser prejudicados no caso de possíveis novos projetos. É possível que as relações sempre fossem assim, mas só agora consegui perceber, provavelmente depois de certo afastamento.

É recorrente observar nas bibliografias sobre agricultura familiar/camponesa a ideia que esses grupos se organizam inicialmente na busca de interesses econômicos, mas que as relações de reciprocidade fundamentam e consolidam outros valores humanos além do econômico, tais como a cooperação e confiança

(SABOURIN, 2011). As relações sociais no presente trabalho foram observadas e associadas em relação ao funcionamento do Fundo Rotativo Solidário na agrovila. No entanto, não podemos reduzir o modo como se dão as relações apenas com base em um arranjo social presente na agrovila, por isso atentamos também para as relações em geral, a coletividade e a individualidade atuando entre os agricultores e na vida da comunidade.

Para apreender a preponderância das relações sociais entre os agricultores aplicamos questionários semiestruturados, com um roteiro para nortear o desdobramento da conversa, mas as falas informais e espontâneas foram também relevantes.

Os agricultores se ocupam com as atividades relacionadas à agricultura e a criação de animais, a maioria possui plantação em roçado, e as atividades diárias se resume a cuidar dos roçados. Nesse sentido, é possível perceber uma forte individualidade entre eles, pois os mesmos relatam que cuidam sozinhos dos seus roçados, raramente pedem ajuda de um vizinho. Essa mesma individualidade ocorre com a criação dos animais, todos os dias os agricultores que têm a criação bovina levam os animais para pastar nos lotes que fica um pouco distante da agrovila, no final de tarde eles passam para recolhê-los e trazê-los para casa.

Levando em consideração a quantidade de famílias que têm na agrovila apenas uma minoria lida com animais, além do que são poucos os agricultores que possuem animais, alguns por falta de condições e outros por falta de interesse, esse é um fator que influencia as relações sociais, uma vez que se o agricultor não possui criação de grande porte não vai lhe interessar participar de atividades coletivas que sejam para cultivo de plantas para alimentação animal, desse modo influencia no modo como as relações vão operacionalizar entre os agricultores. Se os interesses não forem os mesmos vai se tornar inviável que as atividades coletivas envolvam todos os assentados, pois eles irão buscar aquelas atividades que lhes favoreçam de algum modo.

As relações sociais entre os agricultores da agrovila lagoa do jogo são dinâmicas e flexíveis. Como fenômeno da vida social as relações sociais não são estáticas, elas estão sempre mudando se desfazendo e refazendo, nesse sentido, as relações sociais podem ser várias e dependem de uma série de fatores, compreendendo uma gama ampla de formas de sociabilidade (ZANONI, 2011). A

sociabilidade rege o convívio social dos indivíduos em uma sociedade e se faz necessária, pois mesmo no mundo contemporâneo um indivíduo não é capaz de viver sozinho, assim a sociabilidade, por mais conflituosa que às vezes pareça ser, é necessária para o convívio social, e o convívio social é necessário para a existência humana (ZANONI, 2011).

A pesquisa de campo realizada nos mês de outubro tinha o propósito de apreender como estavam as relações sociais entre os assentados, especialmente no que diz respeito às práticas de cooperação e reciprocidade entre os assentados. As respostas enunciadas pelos assentados, a partir das entrevistas realizadas revelaram informações convergentes e divergentes em muitos aspectos, alguns assentados assinalaram que no cotidiano da agrovila quase não há cooperação e ajuda mútua entre eles, outros afirmaram que essas práticas sociais eram presentes apenas entre um pequeno número de agricultores, um grupo restrito de quatro, cinco famílias agricultoras, que somente estes eram interessados em se ajudar e buscar melhorias para si.

Pelo o que observamos em conversas, visitas e entrevistas realmente há um pequeno grupo de agricultores que estão mais “ativos” nas atividades relacionadas à agrovila em geral e para si. Ressalto aqui que esse grupo de agricultores que estão mais presentes nas atividades é formado, na grande maioria, pelos agricultores que estão no assentamento desde a época da ocupação, participaram do processo de luta pela terra nas barracas de lona preta. Conseqüentemente são agricultores com mais idade, com faixa etária entre 50 e 60 anos, e que se denominam agricultores desde a *época de seus pais*. Podemos considerar que diante dessas relações de muito tempo criaram-se laços de proximidade entre esses agricultores, fortalecendo a união desse pequeno grupo que estão mais empenhados nas atividades coletivas.

A gente se junta assim final de semana, que ai a gente vai ajeitar as cercas. é uma atividade que a gente tem, ai se junta um grupo daqueles que tem a boa vontade a gente se reúne e vai e faz as cercas. tem a do sábado também, mas mesmo assim a gente tamo sempre reunido nos trabalhos. não todo mundo. mas sempre tem um grupo que a gente toca as atividades pra sempre (Entrevista Seu P.A, outubro de 2001).

Gá mais seu Paulo se dá muito bem, Severino também o marido de Lena, porque aqui é um povo que um quer uma coisa o outro não quer né? Às vezes é uma coisa tão boa que um povo quer e os outros não quer, ai

pronto, como que vai? Num vai (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2013).

A ação coletiva para usufruir/obter recursos comuns vai depender da organização dos indivíduos, mas vale ressaltar que nem sempre compreende todos os indivíduos de um grupo. Nesse sentido, nem sempre haverá engajamento de todos para a promoção dos interesses coletivos, e nem o mesmo empenho com que cada indivíduo age isoladamente, muito depende do interesse individual, e na maximização do benefício pessoal dentro do coletivo (MELO, 2010).

Os agricultores muitas vezes não têm a vontade e a paciência de esperar por tanto tempo um resultado para sua família, querem resultados imediatos, no curto prazo, essa condição dificulta e inviabiliza a participação de muitos deles nos projetos que chegam ao assentamento. Quando ficam sabendo que vai chegar um projeto novo vão atrás, procuram se informar e demonstram interesse, mas quando percebe que não vai ser do jeito que eles queriam ou esperavam desistem e abandonam o que muitas vezes já tinham começado⁴⁵.

Foi possível perceber que as práticas de reciprocidade e cooperação entre os assentados dependem muitas vezes das ocasiões que acontecem no cotidiano, desse modo, “a lógica do sistema de reciprocidade não considera a produção exclusiva de valores de uso ou de bens coletivos, mas a criação do ser, da sociabilidade” (Sabourin, 1999 *apud* MELO, 2010, p.28). Por exemplo, quando surgem atividades extras para realizar na agrovila ou quando um assentado precisa de alguma ajuda.

A relação com os vizinhos graças a Deus aqui é boa demais, aqui a gente faz mutirão, quando vai fazer um silo, pronto, por exemplo, esse ano eu fiz um silo, meus vizinhos aqui nenhum fizeram, mas no dia que eu fui fazer o meu aí, eles vieram ajudaram a fazer minha silagem. Quando é na época da planta a gente se junta um grupo, planta o roçado de um, planta o roçado de outro, entendeu? Isso aí quer dizer que gera uma união entre os vizinhos aqui (Entrevista Seu P.A, realizada em outubro de 2013).

Os relatos demonstram uma relação de boa vizinhança, vizinhos que se respeitam e convivem em um território delimitado que é a agrovila Lagoa do Jogo.

⁴⁵ A exemplo do projeto de experimento que está sendo desenvolvido na agrovila. Os agricultores terão que esperar o período de dois anos para usufruir das benfeitorias que ficarão para eles.

Relações de vizinhança são fundamentais para o convívio em grupo e a sociabilidade. No entanto para se preocupar com o *outro* e, assim criar essa sociabilidade, é preciso se preocupar com as condições da *sua* própria existência, portanto, “dar, receber e devolver não corresponde somente à reprodução da dádiva, mas significa: produzir para dar, receber e, produzir para reproduzir a dádiva, para dar de novo” (Temple, 1997 *apud* SABOURIN, 1999, p. 43)

A agrovila é “atravessada” por uma rua de barro, as casas ficam localizadas de um lado da rua pra cima e do outro lado da rua pra baixo, os assentados chamam de “rodagem” as estradas que cortam e dão acesso ao assentamento. O discurso de haver uma diferenciação entre os agricultores que moram de um lado da rodagem dos outros que moram depois da rodagem apareceu em algumas conversas com os agricultores. Esse discurso surgiu em três entrevistas e com as seguintes expressões, “*da rodagem para cima é um tipo de pessoa e da rodagem pra baixo é outro tipo*”.

Cooperação tem muito não, mas tem um pouquinho de união. assim ali da estrada subindo é um tipo de pessoas que mora ne descendo é outros tipo (risos) é to sendo radical é a verdade, o pessoal lá debaixo são umas maravilha, o caba não ver ninguém gritando. aqui...o pessoal aqui os português são diferente ne. mas são gente boa, são tudo amigo. da estrada pra cá são um povo mal educado (risos)... é não é que aqui o seguinte, la pra baixo o pessoal são mais organizado, a gente não vê uma sacola voando, aqui é uma sacoleira danada, as mulher tem uma língua diferente pra falar com os filho e la a gente num vê não é todo mundo... (Entrevista Seu D. outubro de 2013).

É esses povo lá de cima. dessa rodagem pra lá, o povo da rodagem pra cá é um tipo de gente, da rodagem pra cima é outro tipo de gente. Eu moro aqui esse tempo todinho aqui, eu num sou intrigada com ninguém não sabe, mas também não vou na casa de ninguém, a casa que eu vou é a de Zefinha e a de Lena, mas essas casas da rodagem pra cima eu nunca fui lá. (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2013).

Em convivência com os assentados no período da pesquisa pudemos perceber que os assentados da “rodagem pra cima” são os menos envolvidos com as atividades relacionadas à agrovila, à maioria não cria animais de grande porte, dois assentados vivem sozinhos com seus filhos, então ficam com a

responsabilidade da casa e do trabalho, por tais fatores supomos que não se envolvem com as atividades em grupo.

Eu acho que seja assim, umas pessoas que não tem interesse, vontade assim de crescer, eu vejo assim que eles não tem a vontade de crescer, porque a gente que tá nesse grupo (grupo do projeto de experimento) somos criadores. ai qual é o objetivo desse campo de criação animal? É para o futuro a gente ter ração para nossos animais na época da seca, ai você vê uma comunidade que mora 19 famílias só seis tem esse interesse, mas com esses seis ta dando certo, ta dando certo ate demais (Entrevista Seu P.A, outubro de 2013).

Em contraponto existe uma representação muito forte na pessoa do 'Seu Paulo', já que é por meio dele que a agrovila toma conhecimento das atividades proporcionadas pelo Sindicato, o mesmo é também um dos elos do Assentamento para com o Sindicato de Remígio, uma vez que faz parte da comissão de gestão do sindicato, como diretor, articula e viabiliza as informações do STR com os agricultores. A figura de um representante no grupo viabiliza benefícios e projetos em prol da agrovila, através da reputação e confiança depositada neste (DUQUE; OLIVEIRA, 2006). Em uma das falas a agricultora demonstra a representação de Seu Paulo para sua família:

O fundo rotativo foi porque seu Paulo faz parte do Sindicato sabe, ai pra lá disseram a ele, ai ele veio perguntar a Gá se ele queria se associar desse negocio do fundo rotativo, que era bom pra o "caba" criar uma galinha, criar um negocio, ai Gá disse assim é bom porque o "caba" não vai pagar todo dia é por mês que a gente paga e dá pra gente pagar e cria os bicho da gente preso pra num tá aperreando nas casas dos outros né (Entrevista Seu P.A, realizada em outubro de 2013).

Outra representação no grupo é a da 'Marilene', que faz parte da gestão dos fundos rotativos solidários na agrovila, organiza as reuniões e tem contato direto com o Sindicato a fim de solicitar as demandas da agrovila. Importante ressaltar que as mulheres participam das reuniões voltadas para o fundo rotativo, os homens atentam mais para as atividades agrícolas em tempo integral, já elas têm a preocupação de participar mais efetivamente nas assembleias.

Na agrovila há atividades voltadas para toda a comunidade, eles têm o viveiro de mudas, o fundo rotativo solidário, o banco de sementes, o projeto de

experimento. Todas essas atividades são direcionadas para fortalecer a coletividade do grupo, pois são destinadas a todos os assentados, no entanto não são todos que estão envolvidos na promoção das atividades.

Eu acho que tem aqueles mais sensíveis ne, em todo lugar tem, aqueles que acreditam no processo, aqueles que ocuparam a terra, fizeram suas casas, acredita que é junto que eles vão conquistar as suas políticas, as suas formas organizativas, esses estão juntos, não é a maioria, mas tem uma boa parte, por exemplo, lá tanto no cajá como no lagoa do jogo tem um grupo ne, por exemplo, o pessoal do banco de semente, o pessoal do viveiro, o pessoal do fundo rotativo na verdade estão as famílias que acreditam que tem que tá junto, que tem que tá discutindo, outra parte não vai ne, não são todas que participam, até porque tem uns que acha que as soluções é que vem de fora, que as coisas tem que ser dadas de graça, que não precisa dá contrapartida, tem umas visões assim. mas não é a maioria né (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

A ação coletiva é a ação empreendida por membros de um grupo que procuram adquirir um benefício coletivo (Olson, 1999 *apud* MIRANDA, 2007). No entanto, cada membro do grupo tem a opção de escolher entre empenhar-se ou não na ação. O fato de escolher ou não empenhar-se na ação é o que viabiliza ou emperra as ações coletivas dentro do grupo. A ação coletiva incorpora a interação face a face entre atores sociais e, também, situações de interdependência (ARAUJO, 2006). Quando um grupo decide por empenhar-se nas atividades coletivas é necessária a contribuição de todos que se dispuseram, pois um depende do outro para conclusão daquela ação e futuros ganhos.

Muitas vezes é necessário o estímulo de algum agente externo para viabilizar as ações coletivas em determinado lugar, nesse sentido, a resolução dos dilemas de ação coletiva se dá mediante a atuação de um interventor externo que, através de incentivos independentes e seletivos (positivos ou negativos), estimula indivíduos racionais a agirem de forma coletiva, especialmente, quando o grupo é grande (Olson, 1999 *apud* MIRANDA, 2007). Na agrovila lagoa do jogo a ação coletiva não acontece com todos os assentados, como já havia mencionado apenas um pequeno grupo de agricultores se interessa e busca empenhar-se nos trabalhos coletivos da agrovila.

Hoje um agente externo – INSA – está atuando como canalizador de ações coletivas para os agricultores. O instituto está com um projeto de experimento nas

áreas coletivas do assentamento (o trabalho está sendo realizado nas duas agrovilas), está desenvolvendo o cultivo de plantas nativas para a produção de ração animal, são plantações de Agave e Gricidia para o consumo dos animais, como boi e vaca. O projeto de experimento durará dois anos, depois desse período toda a plantação fica como benefício para os agricultores.

A pesquisa tem durabilidade de dois anos, só depois de dois anos que todos os benefícios vão ser dos agricultores, por enquanto eles precisam respeitar o tempo da pesquisa, mas as benfeitorias que já forem colocadas durante a pesquisa vão ficar para eles (Entrevista Pesquisadora D., realizada em dezembro de 2013).

Como já foi dito nem todos os agricultores da agrovila possuem animais de grande porte, portanto não tem interesse em participar desse projeto. Nesse sentido, podemos considerar como indivíduos utilitaristas, que buscam participar somente daquilo que é do seu interesse (MELO, 2010). Não são todos os agricultores que estão engajados nesse projeto, alias se formos colocar como proporção é a minoria que está participando, de 19 famílias apenas seis estão realizando o trabalho coletivo aos sábados. A condição do utilitarismo é um fator relevante para a pouca quantidade de pessoas engajadas no projeto.

Nesse grupo nem todo mundo participou porque? Primeiro eu só participo se eu tenho a necessidade, a minha necessidade vem se eu tenho animal, quem não tem animal não tá, isso é uma coisa lógica ne, eu não vou participar de um grupo de um dia de semana de trabalho se eu não preciso dele ne verdade?! (Entrevista Pesquisadora D., realizada em dezembro de 2013).



FOTO 11: Área coletiva do projeto de experimento. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Relatos também demonstram a insatisfação de alguns agricultores em relação ao experimento de Agave, pois acreditam que essa planta não terá muita proficuidade para a vida deles.

Agave? Vc planta um pé de agave quando tira ele morre. Agora se dissesse vamo plantar aqui tudo de palma que serve pra o bicho de vocês, eu ia, mas agave? Se agave fosse bom aqui tava cheio de agave, mas acabaram com tudo. Não chego nem perto desse projeto nos sábados (Entrevista Seu C. realizada em outubro de 2013).

O projeto como foi dito, é um projeto de experimento, os pesquisadores estão realizando essa experiência para produzir um campo de forragem para produção de ração animal com vistas ao período da seca, pois acreditam que o agave é uma planta apropriada para o clima do semiárido e com mais possibilidades de cultivo para os agricultores da região. Durante os dois anos o Instituto trabalhará em parceria com os agricultores para viabilizar a experiência e averiguar os resultados, depois do tempo da pesquisa toda a plantação e os resultados ficarão para a agrovila.

Fica as benfeitorias pra eles né, por exemplo, lá no campo de palma eles vão ficar com a palma, todo o kit de irrigação de motor queira ou não queira eles vão ficar com um beneficiamento ai de uns quase 10 mil reais certo, o campo de forragem a forragem fica toda pra eles (Entrevista Pesquisadora D., realizada em dezembro de 2013).

Destarte, a participação em trabalhos coletivos e em projetos para a agrovila Lagoa do Jogo depende de fatores internos e do cotidiano. Ou seja, depende da situação que o agricultor vive e de sua vontade em querer participar das atividades que envolvem toda a agrovila.

Há também o banco de sementes na agrovila Lagoa do Jogo, que é uma atividade realizada coletivamente, aonde os agricultores guardam uma parte de suas sementes para garantir o plantio no próximo inverno.

E todo ano a gente guarda as semente aqui, no fundo rotativo, porque guardar em casa é mais difícil né, porque se acaba o feijão você diz eu vou comer, ta aqui vou abrir e vou comer, e tando lá no fundo rotativo a gente num come, na hora que diz assim chegou o inverno só é ir lá "o caba" buscar e ir simhora plantar o roçado, aqui graças a deus melhorou cem por cento (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2013).

As sementes são armazenadas em garrafas pet e guardadas em um "quartinho" na casa de Seu Paulo, o mesmo é responsável pelo controle do banco de sementes, registrando o agricultor que guardou sementes. Atualmente no estoque do banco de sementes é possível encontrar sementes de milho pontinha, jaboatã, feijão macassa, feijão mulatinho de cacho, tochinha, gorgutuba, diversas tipos de fava.

Eu toda vida fui um agricultor que guardei a minha semente de plantar, ai choveu em 2002 e tinha uns agricultores aqui que não tinha semente pra plantar, ai foi quando eu na época junto com um grupo de mais três pessoas procurei o sindicato, pra o sindicato repassar uma semente pra gente plantar de feijão e de milho, ai quando a gente plantasse que colhesse ai devolvia pra eles, resultado o sindicato na época passou 100kg de feijão carioca pra gente plantar, ai quando a gente plantou que colhemos e fomos entregar ai o sindicato disse não vamos fazer o seguinte: essa semente nós não vamos receber, essa semente o senhor seu Paulo fica responsável por esse semente, guarda ela e funda um banco de semente, quando for no outro ano que pegar o inverno ai o senhor divide essa semente com os agricultores, ai mesmo assim foi o que eu fiz junto com os outros companheiros, ai gente fomos plantamos, colhemos e guardamos as

sementes, quando foi no outro ano que choveu eles devolveram a semente eu guardei, ai pra esse semente crescer eu e mais duas pessoas na época que fazia parte da comissão do banco sentamos e decidimos olha vamos fazer o seguinte o agricultor vai levar 10kg de feijão e plantar ai quando ele colher paga com 15kg porque é pra quando outro agricultor quiser fazer parte do banco ai a gente tem aquele acréscimo e passa pra outro, quer dizer ao invés do banco diminuir a semente vai só crescer, ai pronto funciona dessa maneira, e desde 2002 graças a deus todo ano a gente planta devolve ao banco e quando chega o inverno nunca falta semente pra gente plantar (Entrevista Seu P.A. realizada em outubro de 2013).



FOTO 12: Banco de sementes da Agrovila Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Outra atividade praticada coletivamente na agrovila é o viveiro de mudas. O viveiro inicialmente era financiado por um projeto do Banco do Brasil para os filhos de pequenos agricultores cultivarem as mudas e repassar para os assentados e mercado local. O projeto tinha duração de três anos e quem ficava a frente organizando era o filho de um agricultor da agrovila.

A questão do viveiro de muda foi visita de intercambio que a gente fez, lá na hora a gente ate mentiu, disse que o povo tinha interesse, e o povo nem tinha, entendesse, a fundação banco do Brasil tinha um projeto pra oito viveiro na região, ai a proposta era o seguinte, era um projeto de três anos, e era uma bolsa de 200 reais na época, ai eles disseram e quem é que tem interesse no viveiro de mudas, ai tava eu e Severino na reunião a gente

disse que tinha interesse no viveiro de muda, mas a comunidade em si tem? Por que precisava ter um grupo, a gente precisava pegar CPF, identidade do povo, assinatura, chegou aqui pegou assinatura sem dizer pra que era, pegou CPF sem dizer o que era e levou pra lá e o viveiro veio em nome de todo mundo (Entrevista R. realizada em novembro de 2013).

Depois que terminou o prazo do projeto do Banco do Brasil a responsabilidade de cuidar do viveiro de mudas passou para um casal de agricultores. O sindicato dos trabalhadores rurais junto com a COOPTERA⁴⁶ cadastrou os agricultores que tinham interesse de trabalhar com o viveiro, alguns agricultores cadastrados receberam o benefício do Programa Bolsa Verde⁴⁷ como um auxílio na renda.

A COOPTERA cadastrou todas as famílias da agrovila que tinham interesse com o viveiro de mudas, mas apenas algumas famílias foram beneficiadas com o auxílio mensal e eles não souberam me explicar quais os critérios utilizados para a escolha das famílias contempladas.

⁴⁶ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba

⁴⁷ O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias. Os objetivos são incentivar a conservação dos ecossistemas, a promoção da cidadania e melhoria das condições de vida e elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural (Fonte: ASCOM – Ministério do Meio Ambiente).



FOTO 13: Viveiro de muda Agrovila Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.



FOTO 14: Viveiro de muda Agrovila Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

As atividades relacionadas ao viveiro são realizadas aos sábados pela manhã, na maioria das vezes pelas mulheres da agrovila, que se reúnem para fazer o trabalho.

Eu to cuidando, e tem um bucado de muié que trabalha mais eu sabe [...] graças a Deus eu mermo num ganho um centavo, to trabalhando lá mas ate aqui nunca ganhei dinheiro não, agora tem um bucado de muié parece, parece que é umas quatro muié que elas trabalha mais eu lá quando é pra encher sabe, nós num tamo enchendo porque ta faltando sacola, mas quando tinha sacola todo sábado nós ia pra lá encher sacola, eu e mais três quatro mulheres, e essas muié que trabalha lá num sabe fizeram uma bolsa verde pra tudim trabalhar nesse viveiro, ganhando parece que 300 conto por três meses parece que recebe, mas eu graças a Deus nunca ganhei um centavo não (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2013).

As mudas confeccionadas são destinadas as pessoas que moram na agrovila, para plantar e cultivar nos arredores de casa, com a finalidade de preservar a mata nativa.

As atividades coletivas existentes na agrovila Lagoa do Jogo são destinadas a todos os agricultores e agricultoras, a escolha da participação nas atividades depende da vontade e do interesse de cada um, se a atividade praticada lhes convém. As atividades que existem hoje na agrovila estão funcionando gradativamente, somente com a participação de alguns agricultores/agricultoras. Se formos pensar no acúmulo de capital social na agrovila poderíamos supor que há o mínimo de acúmulo do capital nesse pequeno grupo, mas se formos olhar as relações cotidianas entre os assentados ainda é pequeno o acúmulo de capital social, as práticas sociais de cooperação, ajuda mútua e solidariedade ainda são efêmeras, e muitas vezes dependem das situações e ocasiões do dia a dia.

3.1.2 O conflito entre a Agrovila Lagoa do Jogo e Agrovila do Cajá

Nas conversas com os assentados da Agrovila Lagoa do Jogo foi possível perceber uma tensão nas relações sociais dos assentados entre uma agrovila e outra. Como já foi dito o Assentamento Oziel Pereira foi constituído pela divisão de duas agrovilas, agrovila do Cajá que fica mais próximo à rodovia estadual e a agrovila Lagoa do Jogo que fica um pouco distante da rodovia.

Vale ressaltar que as percepções sobre os conflitos que existem foram apreendidas somente por alguns agricultores da agrovila Lagoa do Jogo⁴⁸, por um membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Remígio, e por Dilei, pesquisadora e militante do MST que atua dentro do assentamento há anos. Sabemos que seria muito importante e enriquecedor para o trabalho a apreensão das visões dos assentados das duas agrovilas, podendo contrapor e analisar a situação de maneira mais completa, mas podemos pensar tais questionamentos e também outros para os trabalhos futuros.

Nas entrevistas e conversas informais os agricultores não entraram em muitos detalhes em relação a essas questões, e também não foram todos que falaram a respeito, alguns preferiam não se pronunciar, eram cautelosos e preferiam deixar essas conversas de lado para não gerar mais insatisfação.

Primeiramente as relações são mais casuais entre os agricultores das duas agrovilas devido à distância física entre os assentamentos, a distância é de sete km, a maioria dos assentados da agrovila lagoa do jogo não tem transporte para se deslocar entre um e outro dessa maneira esse já é um fator que dificulta o estreitamento das relações sociais. Os conflitos que existem são relacionados às relações sociais propriamente ditas, pois os agricultores de lagoa do jogo não são satisfeitos porque muito dos projetos que chegam para o assentamento só é implantado na agrovila do cajá, é quando eles dizem “*tudo puxam para lá*”. Há também conflitos políticos, que envolve a política municipal e a política da Cooperativa que existe no assentamento Oziel.

Tem conflito, tem. é assim oh, o prefeito Paulo Regis ele chamou eu e o Severino esposo dela disse olhe to saindo. mas vou deixar um grupo tudo documentado pra lagoa do jogo, grupo escolar, ai a secretaria dele era filha de Socorro Souza, por ai, ela disse olha aqui o documento, ta pronto praqui. ai tem um pessoal lá embaixo puxaram pra lá o grupo ne, nós consegui aqui também um plantio de palma forrageira pegamos todos os kits ai puxaram pra lá também, ai tem uma tal de poço mandala puxaram pra lá. são três projetos tudo num tempo só (Entrevista Seu D. realizada em outubro de 2013).

⁴⁸ Por razões dos objetivos da pesquisa e também pelo pouco tempo que tivemos para realização da pesquisa de campo.

Segundo alguns relatos o jogo político também prejudica as relações sociais entre os assentados, pois "o pessoal" da agrovila do Cajá tem uma relação mais estreita com a prefeitura/prefeito de Remígio.

Eu vou dizer por que: a maioria do pessoal lá são MST, são pessoas da COOPETERA que presta serviço pra nós assentado, o prefeito e eles, eles trabalha pra o prefeito, são tudo desse jeito, ai aqui teve dois votos pra eles lá. é questão política, ai lá foi cheio ne ai tem que mudar lá, mas ele poderia trabalhar em geral pra todos (Entrevista Seu D. realizada em outubro de 2013).

Com essa relação mais direta e estreita com a prefeitura de Remígio os assentados da agrovila do Cajá aproveitam mais os benefícios que são oferecidos a eles pela prefeitura.

Os conflitos também acontecem devido a Cooperativa que existe no assentamento. A cooperativa⁴⁹ atende as demandas das duas agrovilas, é a cooperativa do assentamento Oziel Pereira, portanto conta com o apoio dos assentados da agrovila do Cajá e de Lagoa do Jogo. A sede da cooperativa fica na agrovila Lago do Jogo (foto abaixo), é utilizada para guardar o trator que uma das gestões conseguiu para o assentamento, e para realizar reuniões.

A cooperativa ela é do assentamento como um todo. como o assentamento oziel ele também é grande como o de queimadas ne então tem as duas agrovilas, agrovila do cajá que a gente chama e tem a agrovila lagoa do jogo, mas a cooperativa ela organiza todo o assentamento, e ai assim, tem tido muito mais um papel na questão da política de credito junto com a Coopetera que é uma cooperativa de técnicos que dá assessoria também ao assentamento ne, cooperativa que trabalha com Ates, e ai a cooperativa ta ligada também a Coopetera que dá assessoria técnica. então os agricultores tem também feito muitos projetos, inclusive projeto de estiagem agora que é pelo governo, que é pra ampliar barreiros, cisternas, pra fazer barragens subterrânea e outras coisas (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

A Cooperativa existe para atender as demandas do assentamento em geral, mas por causa dessas relações "mal resolvidas" a Cooperativa hoje também está

⁴⁹ Santos (2002 *apud* MARTINS; PASSADOR, 2009) apresenta as cooperativas agropecuárias como aquelas nas quais os produtores rurais se associam para a execução das etapas que envolvem a agricultura ou a pecuária, tais como, a compra de insumos, o beneficiamento, o armazenamento da produção e o escoamento da safra.

mal resolvida. As cooperativas são entendidas como forma de superar as mazelas do sistema capitalista por meio de ações coletivas, compreende também uma forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade (MELO, 2010).

[...] as cooperativas não devem se organizar apenas com o objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade. Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia para ir acumulando forças para a realização da reforma agrária (GORGEN; STEDILE, 1991 *apud* MELO, 2010, p. 33).

A cooperativa no assentamento até então não exerce o papel de absorver a produção como uma empresa que pode comercializar, nem tão pouco como um meio de conscientização de ações coletivas para os agricultores. Ela tem exercido o papel de apenas receber os créditos do governo federal e coordenar eventuais problemas organizacionais. Os sócios da Cooperativa (agricultores) até tem a compreensão de que era para funcionar como uma empresa para organizar a produção e o escoamento da produção, viabilizando as melhorias nas condições de vida, mas com os conflitos internos entre as duas agrovilas isso ainda não chegou a acontecer.

Tem um conflito ne, dentro da cooperativa, conflitos políticos também ne, então por exemplo, o presidente anterior ele é da agrovila lagoa do joga ne e que assim deu muito trabalho do ponto de vista de que era uma pessoa que não conseguia discutir muito a questão do conjunto, então gerou-se muitos conflitos eu acho que agora ainda continua o conflito, continua o conflito porque aqui essa comunidade da agrovila do cajá ela realmente tem um grupo de mulher muito organizado, a maioria das mulheres elas tem o fundo rotativo, elas teve recurso, teve conflito com a cooperativa porque a cooperativa queria gerenciar o recurso que é do fundo rotativo das mulheres e as mulheres não quiseram [...] e a percepção também da direção passada da cooperativa eu não sei agora porque agora tá há poucos meses, pelo o que eu sei, é que assim, pronto tá acontecendo uma organização na comunidade então agora a cooperativa tem que mandar em tudo e não é assim né (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).



FOTO 15: Cooperativa do Assentamento Oziel Pereira. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Quando do período da pesquisa de campo fazia pouco tempo que tinha havido eleições para escolher a gestão para cooperativa, eleições para presidente, tesoureiro e fiscais. Nas eleições atuais o presidente e tesoureiro mais votados foram da agrovila do Cajá⁵⁰, diferente da gestão passada onde o presidente era um assentado da agrovila Lagoa do Jogo, assim como o tesoureiro, o presidente anterior relata algumas dificuldades que tivera em sua gestão:

Fui por três anos e três meses, foi o melhor não foi Lena, o melhor presidente? O assentamento é composto por 50 pessoas, alias 150, agora tem uma divisória de 100 pessoas e uma de 50, lá embaixo é mesma coisa daqui é tudo oziel pereira. Minha querida o seguinte, foi eu e o esposo dela ne, o esposo dela era tesoureiro, nós pegou aqui sem nada, zero, documento não tinha, tudo atrasado, enxugamos, deixamos tudo bem enxutinho e alem disso nos ainda trouxe um trator novo pra o assentamento entendeu, a mensalidade o pessoal não pagava e pra se deslocar aqui era um sufoco, tomava dinheiro emprestado, tirava do próprio bolso pra viajar, mas ele deixou enxuto eu fui gasto oito mil oitocentos e vinte dois reais pra deixar ok que não tinha não, tinha só nome, documento zero (Entrevista Seu D. realizada em outubro de 2013).

⁵⁰ Não tenho o conhecimento de quem é.

Em algumas conversas informais os agricultores relataram que a cooperativa não está funcionando bem, o pagamento mensal dos sócios estão atrasados e as atividades estão paradas. A cooperativa só está funcionando nos papeis, pois a mesma tem todos os documentos legais.

O motivo real do não funcionamento da cooperativa não ficou claro nas entrevistas e conversas, foi possível perceber que é um problema antigo, são conflitos internos que envolvem as relações sociais e a disputa de poder entre as duas agrovilas.

O presidente anterior [era de Lagoa do Jogo] teve muita dificuldade de conduzir o processo né, e agora é Elenilson, e aí o problema também é de condução, como é que eu vou conduzir né uma cooperativa no assentamento que tem conflitos, eu tenho que ponderar esses conflitos né, tem que ter clareza disso pra ver assim, mas eu sei também que tem muitas críticas em relação porque eles são muito ligados a Coopetera né (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

É possível identificar o problema da falta de organização e da unidade entre os assentados das duas agrovilas, os conflitos existem, mas é preciso saber media-los e buscar soluções para resolver eventuais problemas relacionados ao assentamento Oziel. Nesse sentido a organização pode surgir, portanto, como produto da união dos esforços individuais na perspectiva de encontrar, de maneira conjunta, a solução para os problemas detectados e/ou promover interesses específicos comuns ao grupo (MELO, 2010). As relações referentes às duas agrovilas são outras questões, e que envolve todo o assentamento, e não vamos analisar detidamente neste trabalho, podendo ser objeto de pesquisa para futuros trabalhos.

3.1.3 A relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio

Para saber, o sindicato dos trabalhadores rurais⁵¹ de Remígio está situado no centro do município de Remígio, o sindicato articula-se com o Polo Sindical e outras associações e organizações como a ASA, AS-PTA, PATAC, ATES, e outros, o STR

⁵¹ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é uma organização que tem por objetivo representar os trabalhadores do campo, definidos como: proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, que desenvolvem suas atividades de forma individual e coletiva. Esta organização desde sua formação afirma conferir um caráter classista as suas ações, tendo como princípios a representação, a defesa, e a promoção dos direitos e interesses de seus trabalhadores – os agricultores. (DIAS, 2010, p.94)

de Remígio foi fundado em 1973, atualmente o presidente é Euzébio, reeleito em 2012. A instituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é ainda o meio externo mais procurado, já que além de prestar os serviços sociais básicos, como aposentadoria dos agricultores, também auxilia na administração de outros ampliadores de relações (DIAS, 2010).

Como pesquisadora o primeiro contato com os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo foi realizado através do STR, no qual procuramos o sindicato para estabelecer um primeiro contato com os assentados, e se informar um pouco sobre a história daqueles que compunham a agrovila. Não é exagero dizer que eu não consigo pensar agrovila Lagoa do Jogo sem o sindicato dos trabalhadores rurais de Remígio. O trabalho de mediação⁵² que o sindicato realiza junto à agrovila Lagoa do Jogo é constante e bastante dinâmico, a direção do sindicato busca estar sempre viabilizando as questões referentes aos assentados/assentamento.

O sindicato procura estar em sintonia com os agricultores, e para isso está constantemente dentro dos assuntos e do próprio espaço físico da agrovila, realizando reuniões, encontros e visitas. O trabalho de mediação dos agentes externos, como os STR's, atua também como minimizadores da desarmonia, procurando estabelecer regras de convívio para os comportamentos e opiniões diferenciados dos indivíduos.

Um fato que me chamou atenção foi à nomenclatura do Sindicato, pois eles ressaltam que é o *Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio*, fazem questão de demonstrar a importância da mulher agricultora, o seu papel diante a vida no campo e da agricultura, a trabalhadora rural fortalecendo a família e a classe de agricultores.

⁵² Aqui nos referimos "à conciliação e ao consentimento, ou seja, a produção de acordos diante de divergências, a criação de adesões diante de outrem, a negociações cujo objetivo é o alcance de acordos e compromissos" (Neves, 2008 *apud* DIAS, 2010, p. 44).



FOTO 16: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Remígio – PB.
Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

O sindicato hoje apoia institucionalmente cinco assentamentos, localizados nas redondezas do município de Remígio. Segundo Dias (2010) o Sindicato é responsável pelo processo de inovação e fortalecimento da ação coletiva, através da formação de redes sociais (p.77). O sindicato de Remígio cumpre o papel de garantir os direitos de cidadãos aos agricultores, facilitando os trâmites burocráticos para questões como aposentadoria, crédito e benefícios sociais. Mas também atua como instituição organizadora de processos e lutas sociais.

A gente sensibiliza os agricultores a se associar de primeiro pra garantir o direito dele ne, segundo porque o sindicato também assume uma missão de organização ne dos trabalhadores e trabalhadoras então a nossa missão é essa, a gente hoje faz muito mais do que, por exemplo, antigamente o papel do sindicato era de fazer apenas de garantir o direito e de fazer o papel previdenciário, de garantir aposentadoria, pensão, hoje a gente faz muito mais do que isso, a gente trabalha na garantia do direito dos agricultores, mas a gente tem a missão de organizar a classe trabalhadora ne, e ai organizar pra lutar junto, o nome sindicato significa gritar junto, então a gente tem esse papel de mobilizar a classe trabalhadora pra fazer as lutas

políticas, mas ao tempo construir políticas (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

O papel do sindicato é de organizar as comunidades ne, então a gente tem o papel de articular o conhecimento dos agricultores, o conhecimento dos agricultores com novos conhecimentos ne, é uma das coisas que a gente tem feito, o papel de organização de estímulo a processos organizativos, o fundo rotativo por exemplo é um estímulo a processo de organização comunitária, além do fundo rotativo tem a associação ne, no caso do assentamento oziel pereira região lagoa do jogo tem a cooperativa ne (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

O sindicato promove assembleias envolvendo todos os sócios, essas assembleias acontecem em um centro comunitário do município⁵³, realizam também formações e capacitações com diversos temas e pautas, e ainda reuniões propriamente com o assentamento Oziel Pereira, todas as reuniões que presenciei foram realizadas especificamente com os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo.



FOTO 17: Assembleia com os sócios (agricultores) do sindicato de Remígio.
Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

⁵³ Presenciei uma assembleia realizada em outubro de 2013, assembleia para conscientização da água e dos benefícios das cisternas de placa em relação às cisternas de plástico.



FOTO 18: Reunião do sindicato com os agricultores de Lagoa do Jogo. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Nas entrevistas e conversas informais com os agricultores de Lagoa do Jogo foi unânime a satisfação deles com o sindicato de Remígio, foi à única questão que todas as falas se assemelharam e convergiram para um único ponto: o positivo. Os agricultores relataram a boa relação com o STR de Remígio, ressaltando o bom convívio e o diálogo com os funcionários que trabalham no sindicato. É possível perceber uma relação horizontal entre sindicato e assentados, uma relação democrática e igualitária, muito provavelmente pese o fato do presidente do sindicato se reconhecer com a classe, pois o mesmo também é um assentado da reforma agrária, e além do que um dos assentados da agrovila também faz parte da direção do STR.

O sindicato aqui ele é muito bom para os agricultores, que a pessoa seja sócio ou não, mas o que a pessoa precisar do sindicato o agricultor nunca foi lá pra o presidente dizer um não, você pode sair perguntando ai na vizinhança quem é sócio quem não é, mas na hora que precisar do sindicato tem apoio (Entrevista Seu P.A, realizada em outubro de 2013).

A relação com o sindicato aqui é boa, e aqui tudo que a gente precisa mais é com o sindicato, o sindicato de todo jeito ajuda a gente, nesse viveiro ele tá no meio também, tá ajudando a gente (Entrevista Seu G, realizada em outubro de 2013).

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio procura desenvolver e promover juntamente com outras instituições⁵⁴ vários projetos dentro do assentamento, em ambas as agrovilas, projetos que visam estimular o conhecimento e saberes dos agricultores, e que de alguma forma lhes tragam melhorias nas condições de vida, que não fiquem só como experiências repentinas, mas sim experiências duradouras. Hoje eles se preocupam em realizar cursos de formações e capacitações para informar/formar o agricultor sobre tal experiência, e desse modo ser algo que dê resultados futuros.

Hoje o sindicato ta numa interação com o curso de especialização em agro ecologia em lagoa seca, com o debate da rede de educação do território da Borborema muito mais nesse sentido ne, de como é que a gente dialoga as pesquisas, como que a gente dialoga os projetos né, pra que não chegue apenas pra ser só um modelo, uma referencia e ninguém mais vá fazer né, então se aquela experiência não for boa pra os agricultores eles não vão multiplicar né, então se isso não for bem refletido ai acaba que é uma experiência e acabou (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

Lagoa do jogo tem um trabalho de campanha de fortalecimento da vida na agricultura familiar, que é uma campanha que trabalha com os filhos e as filhas dos agricultores familiares, tem o banco de semente comunitário, tem o viveiro de mudas, tem o fundo rotativo (Entrevista Tes. STR, realizada em novembro de 2013).

⁵⁴ PATAC, AS-PTA, COOPTERA, e outros.

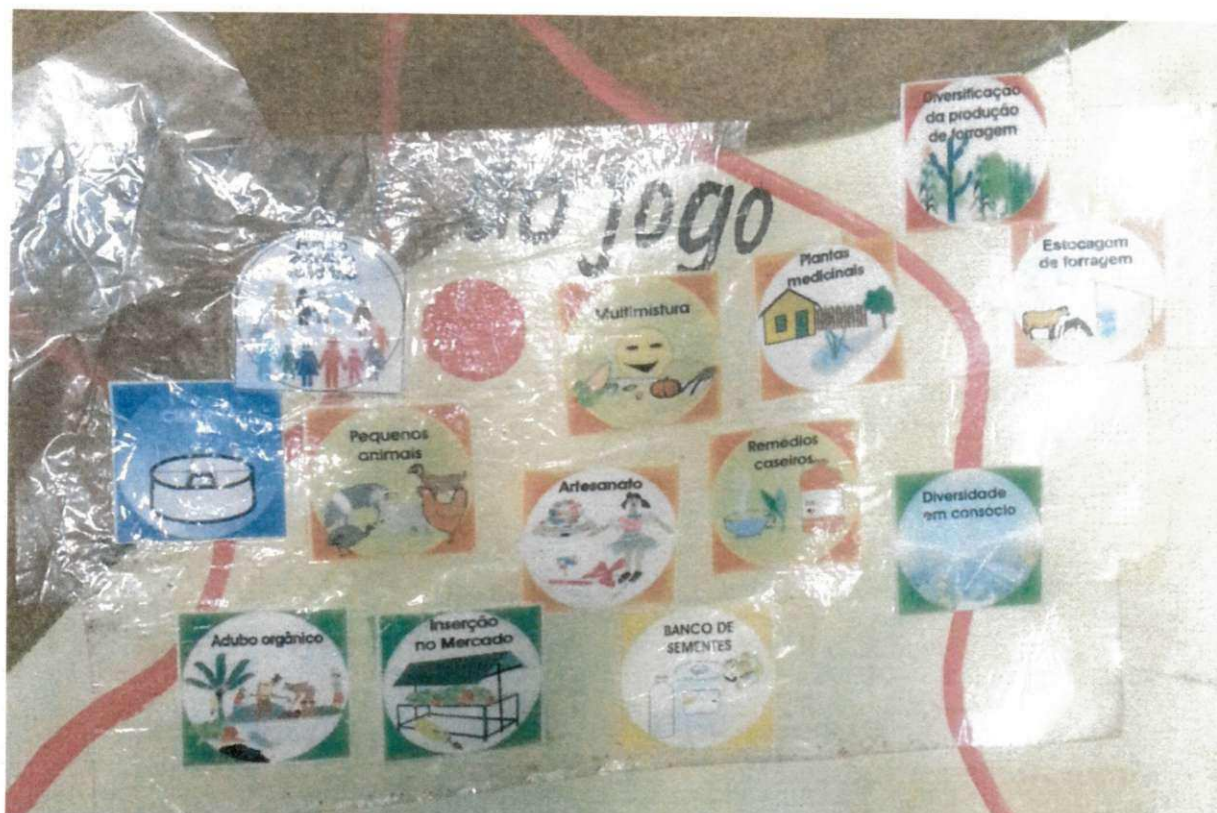


FOTO 19: Projetos do Assentamento Oziel Pereira – PB. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.

Na agrovila Lagoa do Jogo podemos considerar que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais tem importante contribuição na história e formação do assentamento⁵⁵, assim como no cotidiano dos agricultores, através do cumprimento dos direitos e deveres com os agricultores, de modo que as observações são positivas: *“O sindicato de remígio é o melhor que tem por aqui, o sindicato de remígio é bom demais viu, porque eles ajudam muito a gente com esse fundo rotativo”*.

3.2 – A trajetória atual dos Fundos Rotativos Solidários na Agrovila Lagoa do Jogo.

Esse tópico trará as questões referentes ao arranjo do Fundo Rotativo a partir da pesquisa de campo realizada no período do mestrado, especificamente nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2013.

⁵⁵ O documento solicitando a vistoria do imóvel foi encaminhado pelo STR de Remígio, no ano de 1995.

As entrevistas e conversas informais foram para apreender o funcionamento do arranjo do FRS e o modo como se dão as relações sociais entre os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo. Temos três momentos distintos de pesquisa na agrovila Lagoa do Jogo: ano de 2010, uma pesquisa de avaliação do Fundo Rotativo para o Banco do Nordeste; ano 2011 a pesquisa para o TCC; ano 2013 a pesquisa do mestrado. Os dois primeiros momentos convergem, o terceiro momento se diverge.

Em relação ao funcionamento do FRS não há muito que se contestar, pois quando o funcionamento estava em andamento e de forma regular ele realmente estava, há falas e fotos que aferem isso. Enquanto as melhorias trazidas às famílias também não há dúvidas, o nosso problema de pesquisa é o entrave no funcionamento de um período pra cá. As relações cotidianas e os conflitos internos teriam influenciado a isso? O acúmulo de capital social que teria sido o propulsor da minha pesquisa inicialmente não seria o montante que imaginará, influenciando assim no funcionamento do FRS?

É sabido que as atividades do FRS na agrovila Lagoa do Jogo são o financiamento da cisterna, arame para tela e lona para construção da silagem, no entanto em paralelo ao financiamento dessas atividades o Fundo Rotativo também funciona como um banco de poupança, servindo de empréstimo para os agricultores que estão necessitando de alguma quantia em dinheiro.

Como tu sabe o banco daqui serve muito para empréstimo né, e a gente lembrava sempre que o objetivo não era esse, que era de trazer mais recursos para a comunidade (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Nas entrevistas realizadas com os participantes do FRS quando questionados da situação do arranjo social naquele momento todos assinalaram a parada que teve as atividades do arranjo social na agrovila.

As contribuições estão meio paradas, mas as pessoas não estão contribuindo mais, nas reuniões é pra gente discutir isso, mas o pessoal não ta vindo, eu num sei o que acontece, e muitas vezes quando eu chego nas visitas como agente de saúde eu não introduzo o assunto do FRS, não sei se eu faço mal mas eu procuro não misturar (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

O fundo rotativo ta meio fraco, mas ta rodando sempre assim mesmo, só tem uma coisa que a gente não ta fazendo que é a reunião, mas eu quero conversar com Lena essa semana pra todo primeiro domingo do mês a gente se reunir [...] As contribuições ta sendo fraca, eu mermo to contribuindo fraco, tem mês que contribui tem mês que não to contribuindo (Entrevista Seu G. realizada em outubro de 2013).

Muié, esse fundo rotativo eu tava dizendo que esse negocio ta muito parado, eu tava dizendo...porque de primeiro era assim, o fundo rotativo quando começava todo dia no segundo domingo do mês tinha reunião, ai se "ajuntava" tudinho lá, a gente na reunião, o "caba" ia pagar e saber quanto tinha la de dinheiro sabe, ai de um tempo desse pra cá pronto o povo num veio mais nunca pagar ninguém, a gente vai espera pelo povo e num chega ninguém, ai eu digo assim esse frs tá muito devagar aqui a gora e ficou ate de se juntar Lena seu Paulo que era pra sair avisando nas casas do povo que era pra conversar sobre isso sabe, e Lena saiu avisando nas casas todinha, foi avisado de casa em casa do fundo rotativo e num veio ninguém, num sei como é que vai ficar (Entrevista Dona L, realizada em outubro de 2013).

É importante destacar que a rotatividade dos Fundos Rotativos na agrovila se estabelece com a contribuição mensal dos agricultores para essa poupança, os agricultores decidiram em reunião uma quantia fixa de dez reais ao mês, podendo ter flexibilidade dependendo da situação financeira de cada um. Essa quantia arrecadada irá servir para financiar alguma atividade para o agricultor que ainda não participa do arranjo social e deseja beneficiar-se com as atividades do FRS. Como já dito anteriormente, a cooperação é a peça chave para conferir o funcionamento dos Fundos Rotativos, isso porque a base de seu funcionamento é a cooperação entre os membros dos grupos que o formam, portanto para que haja rotatividade e perenidade do Fundo cada membro do grupo depende efetivamente dos outros (DUQUE; OLIVEIRA, 2006).

A cooperação que confere ao funcionamento do FRS não está sendo exercida plenamente na agrovila Lagoa do Jogo, uma vez que os agricultores não estão cooperando com a devolução do valor estabelecido para a poupança do arranjo social. Quando do período da pesquisa de campo – outubro/novembro/dezembro de 2013 – as atividades relacionadas aos Fundos Rotativos estavam “paradas”. A poupança do arranjo social estava servindo somente para o empréstimo de dinheiro no caso de alguma situação emergencial, ou seja, não estava sendo destinado para aquisição de novos bens que permaneceriam na comunidade. Assinalamos que

para o arranjo social funcionar e possa conquistar os bens, é necessário um objetivo comum forte e uma confiança entre os participantes (DIAS, 2010).

Nas conversas informais com os agricultores e agricultoras de Lagoa do Jogo eu pude perceber que o objetivo comum do arranjo havia enfraquecido, e a prática de emprestar o dinheiro da poupança dos Fundos Rotativos para outras finalidades talvez tenha sido o desencadeador e principal problema no funcionamento do mesmo atualmente.

É, todo mundo esqueceu [do pagamento mensal do FRS] e começaram a emprestar dinheiro do fundo rotativo pra outras pessoas de fora e não teve mais retorno, ai eu fui e parei, é porque isso ai era pra emprestar a quem fizesse parte do fundo rotativo nera? Era da comunidade, só que não fazia parte do fundo rotativo (Entrevista Dona N. realizada em outubro de 2013).

Essa prática virou costume e criou-se um vício entre os agricultores da agrovila Lagoa do Jogo, e tanto ate agricultores que não participam do FRS recorrem à poupança dos fundos em algum momento de precisão. Assim, com essa prática corriqueira de empréstimo os assentados veem a poupança como uma saída para alguma situação tida como emergencial. Um possível problema para isso é que a pessoa que está à frente da gestão do FRS não sabe dizer “não” diante de um pedido do assentado (seja participante ou não), por mais que ela reconheça que o objetivo do fundo rotativo na agrovila não seja esse ela não consegue negar aos pedidos de empréstimo do dinheiro.

Só que assim tem esse desvio que é mais na questão de empréstimo. Tá doente ai chamou um carro não tem o dinheiro pega o dinheiro do fundo rotativo, se precisa de uma medicação pega o dinheiro pra comprar aquele remédio, ta sendo muito implantada nessa forma aonde a gente sempre ta reforçando assim quando tem as reuniões que a gente participa ai a gente sempre ta lembrando olhe o objetivo é esse e não ta no empréstimo (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Talvez essas ações emergenciais não tivesse se tornado tão prejudicial se por acaso os agricultores tivessem o compromisso e comprometimento com o arranjo social dentro da agrovila Lagoa do Jogo. É sabido que desde o inicio a escolha da utilização dos recursos não foi esse, o de empréstimo, mas se o tivessem escolhido para essa finalidade não teria problema algum, pois teria sido

consenso de todos os participantes do FRS. A meu ver a principal questão que está emperrando o funcionamento do fundo rotativo atualmente é a falta de comprometimento e cooperação com a devolução do recurso emprestado.

É possível perceber a falta de compromisso e de cooperação dos assentados com o FRS em relação à devolução da contribuição para a poupança, acarretando assim na diminuição do ritmo das atividades do arranjo social, e conseqüentemente emperrando a aquisição de novos bens para aqueles que ainda não participam. Se formos pensar nas causas podemos supor que a inadimplência é estimulada pelo sentimento de que os indivíduos e os grupos sociais não correm qualquer risco diante do não pagamento de suas dívidas (ABRAMOVAY, 2008). O fato de não haver uma cobrança mensal aos devedores, a não recusa a novos empréstimos, o convívio diário sem levar em consideração essas questões, a falta de informação/formação sobre o arranjo social favorecem a inadimplência em relação ao FRS.

A gente nem usa a expressão "pagando" a gente usa a expressão de contribuir porque pagar é quando você tem assim aquela prestação que você tem que pagar digamos se é 50 você tem que pagar 50, se é 100 você não pode chegar lá com 99 tem que ser os 100 tá entendendo, e a gente não, a gente faz o empréstimo, a gente empresta dinheiro depois a pessoa volta contribuindo com 10 com 20 dependendo da condição do mês (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Eles dizem assim, ah esse dinheiro não é pra você pagar entendeu? Ai fica muito a questão ah deixa pra lá isso ai é do governo, só que tem assim mesmo com a gente incentivando, a gente explicando direitinho, olhe gente isso aqui é um banco da comunidade, mas sempre tem esses mais esquecido, que as vezes você tem que tá sempre refrescando a memória, mais fazer o que né?! (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

É claro que não podemos desconsiderar as condições das famílias que estão em débito com o Fundo Rotativo, algumas vezes pode acontecer algo inesperado e emergencial – problema de saúde na família, má ou perda da colheita – que atrase o pagamento da contribuição daquele agricultor em determinado período, sendo que essas situações são compreendidas pelos participantes do FRS.

Depois que a pessoa faz a sua tela, ai depois é que começa a contribuir, 10 reais, não é tão caro, as próprias famílias é quem decide o quanto vai contribuir, se é com 5, se é com 10, se é com 20, sempre ficou numa quantia de 10 reais por mês pra você contribuir, mas se naquele mês você,

por exemplo, na época em que ta batendo feijão você vai e vende e quer dá uma contribuição a mais pra diminuir ta entendendo?! Ai isso ai fica a critério seu, também no mês que você não puder dar aqueles 10 só puder dar 5 ou só 3 o que você puder você também contribui, no mês se você também não puder dar nada não deixe de participar não, participe e diga que esse mês não pude, tive isso, tive aquilo e justifica, mas entendeu...a questão o grande problema é esse (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Nesse sentido, há flexibilidade em relação à contribuição que o agricultor deposita na poupança, tanto flexibilidade no valor quanto da ocasião, podendo ser que um mês dê para contribuir, outro não, outro com uma quantia maior, e assim por diante. Por mais que se tenha essa flexibilidade e "acordo" enquanto as contribuições ainda existem agricultores que há um bom tempo não dão nenhuma satisfação em relação ao empréstimo tomado, entervando as relações e o processo.

A maioria dessas pessoas que eles fazem parte, só que esqueceram, assim de sempre alegar, não tenho dinheiro, não quero ir e tal... É sempre essas coisas, mais que a gente sabe que eles fazem parte, eles receberam, eles assim tiveram aquela contribuição, ou seja, eles receberam a lona, receberam o arame, fizeram as telas implantaram, eles fazem parte, eles sabem de uma certa forma que um dia eles tem que vir e assim prestar conta digamos assim de alguma coisa né?! Dá uma contribuição (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Destarte, diante da realidade social supomos que essa falta de compromisso com o pagamento para a poupança do Fundo Rotativo gera inadimplência e atraso na rotatividade dos recursos, dificultando a ampliação do arranjo social na agrovila.

A meu ver, outro fato que também dificulta o funcionamento é a gestão do Fundo Rotativo. A comissão de gestão⁵⁶ do FRS está há quase cinco anos a frente da organização, sem mudanças. A comissão é formada por três agricultores, que foram escolhidos em reunião pelos agricultores da agrovila Lagoa do Jogo, no entanto quem está à frente resolvendo as questões relacionadas ao arranjo social é somente uma pessoa dessa comissão, as outras duas hoje estão menos ativas na organização do FRS, devido à falta de tempo.

⁵⁶ A comissão de gestão para organizar as reuniões, ter o controle dos carnês, controle das atas, guardar toda a documentação, porque a gestão do FRS no geral deve ser feita por todos os participantes.

Assim quem sabe outra pessoa coordenar tá entendendo pra não ficar só esse tempo todinho só eu coordenando sabe, porque às vezes o povo não diz que o santo de casa não faz muito milagre né, quem sabe se entrasse uma nova pessoa, uma nova cabeça sabe, pra pensar pra ver uma estratégia melhor que a minha não tá dando certo talvez, eu não sei, mas as famílias se repudiam, não querem (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Como mostra a fala acima a própria agricultora que hoje está à frente da gestão pensa que deveria haver mudanças, que outras pessoas podiam e deveriam se engajar na comissão de gestão para aliar novas ideias, confrontar outras opiniões e visões, e com isso tentar dá um novo significado ao arranjo do FRS, é preciso *encontrar uma forma de não apagar*.

Acontecimentos internos também influenciaram no funcionamento do arranjo social na agrovila, no sentido de desestimular os agricultores em relação às atividades do FRS. No ano de 2011 houve também a criação de ovelhas como uma atividade financiada pelo Fundo Rotativo, alguns assentados que estavam preparados para a criação pegaram o animal, na condição de estabelecer a rotatividade dentro da agrovila. O fundo rotativo de ovelhas não funciona com a devolução do dinheiro, mas sim com o repasse para outro agricultor de um filhote da ovelha criada.

As ovelhas a gente recebeu elas, recebeu a ovelha, e na questão de repassar pra pagar era com a cria, tá entendendo? Não foi com a questão de pegar a ovelha e pagar com dinheiro não, pega a ovelha e repassa um filhote. A gente fez a discussão aí foram algumas pessoas que quiseram, não foi todo mundo não sabe? Foi só aquelas pessoas que estavam preparadas pra criação, não foram todos que fazem parte do fundo rotativo não (Entrevista L. realizada em outubro de 2011).

Contudo, nessa recente pesquisa para realização da dissertação, reencontrando os assentados da agrovila perguntei sobre os Fundos Rotativos de ovelhas, como estava o repasse das crias para os outros assentados que ainda não tinham pegado sua ovelha, e os mesmos me informaram que aquele fundo de ovelhas não deu certo na agrovila. Antes mesmo do tempo das ovelhas reproduzirem muitas delas morreram, não conseguiram se adaptar ao clima da região, isso porque o Sindicato de Remígio fez a compra das ovelhas em outra região, alegando está mais barato.

O sindicato também repassou pra gente pelo fundo rotativo umas ovelhas, na época eu quis comprar umas ovelhas boas aqui da região que era de ciço palala lá de cima, ele tinha umas ovelha ali tudo adaptada a região, mas eu queria comprar as ovelhas dele, ai quando foi na época eu procurei o sindicato com a ASPTA com emanoel, ai as ovelhas aqui na época parece que era 120,00, ai eles acharam caro, ai foi oferecem uma pra gente ir olhar eu, seu João baixim ali, pra nós ir olhar umas ovelhas lá em lagoa do mato, ai a gente foi e olhou, eu mesmo num me agradei das ovelhas, mas eles vendiam a 100 reais na época, era mais barato então é melhor comprar aqui, eu disse então tudo bem, resultado compramos, essa ovelhas morreram tudinho, porque era ovelha de fora lá era um comprador que compra da região do sertão ai chega aqui na região não se dá, a gente comprou na época da seca, ai na seca a gente dava de comer elas só emagreciam, quando deu a primeira chuvada morreu tudinho, resultado morreu tudinho, a mais que demorou foi uma que eu trouxe que na época a minha veio mais doente ai eu peguei e troquei ele me deu outra ela passou uns diazinhos mais terminou morrendo, se tivesse comprado as ovelhas da região hoje tava tudo viva e eu sei que tinha uma grande produção, resultado quem saiu perdendo foi nós né (Entrevista Seu P.A realizada em outubro de 2013).

São acontecimentos internos e “práticas cotidianas” que desanimam e desestimulam os participantes a ter compromisso com as atividades. As práticas do cotidiano nos relevam um grupo de agricultores descrentes e desmotivados com as atividades desenvolvidas na agrovila Lagoa do Jogo, que não procuram se engajar nas atividades coletivas, não demonstram interesse nos assuntos do arranjo social, e muito menos em participar das contribuições mensais para ampliar o FRS na agrovila.

Antes a gente se reunia todo primeiro domingo de cada mês a gente tinha reunião, e faz uns meses ai que a gente não se sentou mais, quer dizer que ele ta precisando que reanime na comunidade esse fundo rotativo da gente, uns meses ai ele ta meio esquecido, parado, as únicas pessoas que ainda ta se reunindo que a gente não deixa parado é eu, a Zefinha aqui que também faz parte, Gá e Luzia e Lena, ai todo domingo a gente senta e conversa sabe, mas o outros não (Entrevista Seu P.A realizada em outubro de 2013).

Talvez pese a falta das relações de confiança e reciprocidade entre os agricultores, onde *se fulano não está contribuindo, eu também vou parar de contribuir*, falta à solidariedade de se pagar o valor mensal no intuito de que os outros membros também possam ser atendidos (DIAS, 2010). E aí que os laços

sociais de reciprocidade e cooperação se fazem essenciais para a sustentação da ação coletiva (DUQUE; OLIVEIRA, 2006).

A gente tava pagando certinho. ai depois o pessoal todo mundo deixou de pagar ai à gente parou de pagar também, agora nós vamos deixar resolver de novo pra ver como vai ficar né. porque se for pra todo mundo pagar é claro que a gente também vamos pagar (Entrevista Dona N. realizada em outubro de 2013).

Apesar de todos os problemas e dilemas colocados pelos agricultores diante o funcionamento do arranjo social dentro da agrovila todos os participantes expuseram a satisfação com a melhoria e o impacto que o FRS causou em suas vidas e na família.

Eu quando cheguei aqui num criava nenhum gado que num tinha onde criar, ai conversaram com a gente vieram e fizeram esse fundo rotativo. ai eu fiz uma tela aqui pequenininha, ai eu digo, mas ta bom demais porque eu coloco minhas galinhas dentro, ai quando foi depois o fundo rotativo foi crescendo, ai vieram ajeitar de novo "prumode" da gente aumentar a tela pra ficar maior sabe, ai vieram aumentaram as telas e agora eu fiz outra tela por trás da cisterna que vou fazer pra lá uma tela maior, ai agora da pra eu criar galinha, esse ano num to criando muito não porque eu tive um acidente passei o inverno todinho doente (Entrevista Dona L. realizada em outubro de 2013).

Pra mim o fundo rotativo melhorou muitas coisas na minha casa e na minha família, vou citar exemplo, eu tenho minha terra quase toda telada, meus vizinhos também. a parte onde fica o galinheiro. não vai ter perturbação, isso ai foi uma maravilha Pra minha família porque cada coisa vai ficar no seu cantinho (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Todos os participantes do arranjo do FRS reconhecem a atual situação em que ele se encontra, e a maioria reconhece a necessidade de procurar algum meio, uma solução para viabilizar o funcionamento novamente, mais do que isso, fazer com que ele (o FRS) permaneça sempre aceso na agrovila Lagoa do Jogo, beneficiando e melhorando a vida cotidiana dos agricultores. Eles [uma pequena minoria] têm a consciência que precisam aperfeiçoar o que já conquistaram, para assim conquistar novas atividades.

E quando a gente pensar em ampliar tem que primeiro se conscientizar, fazer primeiro a melhoria no que já tem, aí quando ver o que já tem pensar em ampliar, porque assim vai ter mais sustentação pra pedir/comunicar ao sindicato, o polo alguma coisa, mas se não tiver essa consciência vamos só trazer trazer trazer mas não saber como ampliar, eu queria mais assim, mas eu não sei o que falta, não sei se é mais disposição (risos) eu recorro muito a Gizelda, mas eles são muito atarefados por isso que eles colocam a gente assim pra coordenar (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

Nesse sentido, a meu ver, a atual situação pede uma valorização dos princípios iniciais que norteiam o Fundo Rotativo Solidário, resgatar valores como a reciprocidade, solidariedade e a confiança, pois “os fundos necessitam da cooperação advinda da confiança, da solidariedade e da reciprocidade para funcionarem” (DUQUE; OLIVEIRA, 2006, p 14). A tomada de consciência deve compreender a todos os agricultores da agrovila, e principalmente aqueles que fazem parte do arranjo social, para que não funcione somente por um determinado período (geralmente quando chega uma atividade nova), a consciência dos benefícios feitos e que ainda podem ser feitos eles têm, agora é preciso ter a consciência para perpetuar e tornar algo permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas e as relações sociais na agrovila Lagoa do Jogo foram percebidas no cotidiano e a partir do arranjo social presente na agrovila, o Fundo Rotativo Solidário. A análise das relações sociais é baseada em dois momentos distintos de pesquisa, uma vez que o primeiro momento aconteceu no ano de 2011, e o segundo momento no ano de 2013.

A questão que nos propomos a refletir está relacionada às práticas individuais presentes nas relações que promovem e limitam as ações coletivas em áreas de assentamentos, comunidades etc. Como já mencionado, os processos observados em momentos distintos, mediados pela presença de atores de fora do assentamento a exemplo do banco, do grupo de pesquisadores da UFPB etc., nos incitou a analisar e persistir na busca de compreender o que mobiliza os indivíduos e grupos para iniciativas que exigem confiança e cooperação, ao mesmo tempo pensar também quais elementos concorrem para a desmobilização. O que foi observado e apreendido nos leva a pensar que talvez essa realidade não seja “nova”, apenas que ela se apresentou de outra maneira, devido a outras condições, outros olhares e outras questões.

O possível acúmulo de capital social no cerne das relações sociais não se mostra tão evidente, ainda que hipoteticamente possa existir. As práticas coletivas começaram a surgir de maneira efêmera, muitas vezes só aparecendo quando objetivamente resultava em benefícios imediatos, materiais etc., na maioria das vezes individualizados. É fato que não podemos desconsiderar as atividades coletivas que existem na agrovila, mesmo que seja uma minoria que as pratique. Mas essas em relação ao conjunto da vida social da agrovila pode-se afirmar que são pontuais. Diante de tal realidade podemos supor que as práticas de cooperação e reciprocidade não estão arraigadas nas relações sociais dos assentados da agrovila Lagoa do Jogo.

Os indivíduos não agem automaticamente de forma cooperativa para conseguir bens públicos, mesmo que estes os beneficiem diretamente. Diríamos que os indivíduos também não cooperam de maneira automática mesmo para atingir um bem privado quando a consecução deste bem depende, diretamente, da ação e do comportamento de outros, podendo

despertar incertezas e gerar riscos – como no caso dos FRS onde o retorno do investimento não é garantido juridicamente. Todos sairiam ganhando se cooperassem, mas as incertezas dificultam a ação coletiva. Em situações como estas, a lógica individual sobrepõe-se à lógica coletiva. Na ausência de garantias de que todos cumprirão os acordos, o racional é não cooperar (Olson, 1999 *apud* DUQUE; OLIVEIRA, 2006, p.7-8).

A configuração do funcionamento dos Fundos Rotativos é baseada nos princípios de cooperação e confiança, além do comprometimento para a manutenção do mesmo. Na agrovila Lagoa do Jogo a falta de confiança entre os agricultores influencia diretamente no funcionamento do Fundo Rotativo, uma vez que o assentado não confia mais no outro em relação ao comprometimento com o arranjo social na agrovila.

Por que tem muitos que começou, entrou no fundo rotativo ai num foi mais, nunca pagou um tostão, porque vem esse arame pra gente fazer, mas a gente tem que ir pagando todo mês, dá 20, dá 10, dá 5, no mês que não puder dá também ninguém vai brigar, mas tem gente que nunca dá nada, agora se aparecer um negocio novo dizer que vai sair ai todo mundo quer entrar, entra mas não contribui ai não adianta, e quem ta contribuindo diretinho se prejudica, porque eles vem ganha, mas não dá um tostão nunca, quer dizer ao invés de ta ajudando todo mundo ele só se ajuda a primeira vez e pronto não se importa mais (Entrevista Seu G. realizada em outubro de 2013).

Vale ressaltar que a reputação e a confiança são elementos fundamentais para que as relações sociais de solidariedade e reciprocidade se estabeleçam e cumpram com seu papel de coesão social, mesmo que essas relações sejam verticais (Mauss, 1966; Sahlins, 1972; Ostrom, 1990; Putnam, 1996). A falta de confiança gerada pela falta de compromisso dos agricultores minimiza o ritmo do FRS na agrovila. O rompimento das noções constitutivas do FRS quebra a lógica do *receber e retribuir* encontrada na rotatividade do arranjo social, nesse sentido os participantes estão recebendo, mas não estão retribuindo a contribuição para a poupança dos fundos.

Podemos sinalizar um possível enfraquecimento dos laços sociais entre os agricultores, o que se reflete diretamente no funcionamento do arranjo social do FRS, e nas atividades cotidianas da agrovila, onde apenas um pequeno grupo de agricultores exercem algumas atividades coletivas.

Muitas não participam porque preferem trabalhar individual em suas áreas, mas esse ano acho que vai aumentar, quando eles veem que tá dando certo uma coisa aí já querem fazer, o ano que vem já escutei outras pessoas dizendo que vai trabalhar no coletivo, esse ano que vem promete aumentar (Entrevista L. realizada em outubro de 2013).

É necessário também que os próprios agentes externos, mediadores sociais também reflitam sobre suas práticas no sentido de conhecer e criar mecanismos que fortaleçam as relações sociais já existentes entre os agricultores e agricultoras, tendo em vista que em virtude das frustrações e desapontamentos não há estímulos para uma organização por parte dos agricultores e agricultoras. Portanto, vale um esforço maior das instituições mediadoras (como o STR) que estão acompanhando mais de perto o cotidiano dos assentados, através da promoção de reuniões e formações com o intuito de refletir sobre os princípios de solidariedade e ajuda mútua como uma das estratégias para a superação das dificuldades cotidianas.

Agora o que nos falta aqui e aí um pouco o que vai ser nosso papel de ajudar um pouco nesse processo de organicidade, porque você tem uma cooperativa que ela não cumpre sua função de cooperativa, você tem um assentamento que tem dificuldades organizativas né tanto de unidade e tal, não é nenhuma pessoa que vai resolver isso, mas se as pessoas elevarem o nível de consciência há uma possibilidade de mudar... Eu sempre digo que tem que ter um elemento externo pra unificar os camponeses, porque só no interno eles não consegue sabe, aí eu acho que é o nosso desafio de tá mais junto (Entrevista Pesquisadora D., realizada em dezembro de 2013).

O trabalho de conscientização e de unidade com os agricultores e agricultoras pode ser o fator primordial para resolver/minimizar a falta de compromisso com o arranjo do FRS e também a prática das atividades coletivas, ampliando essas práticas para um grupo bem maior, não se limitando apenas em um pequeno grupo de agricultores que ocupam posições privilegiadas e de reconhecimento na agrovila.

A gente tem que construir uma alternativa, tem que resolver esse problema, o que a gente chama no MST organicidade, eu acho que não é eu que vou responder isso, eu acho que a gente construindo junto com eles é eles que vão nos dá a resposta. Eles que tem que nos dizer quais os problemas que tem aqui? Porque se não, daqui dois anos eu saio daqui e continua os problemas né, aí eu saio e acaba tudo? Não pode né?! (Entrevista Pesquisadora D., realizada em dezembro de 2013).

Percebemos, portanto, que um momento da pesquisa para o outro foi possível perceber que as relações de cooperação e confiança ficaram bastante fragilizadas, refletindo diretamente na diminuição das atividades coletivas e no entrave do funcionamento do Fundo Rotativo. A perda da confiança produziu uma descrença na efetividade do Fundo Rotativo e desmobilizou o pagamento da devolução para a poupança que movimenta o FRS, gerando o descompromisso dos agricultores para com o arranjo social, enfraquecendo assim suas atividades.

Alocamos que para “reacender” as práticas sociais entre os agricultores é preciso realizar um trabalho de formação com os mesmos, a fim de (re) construir e unificar as ideias em cima do arranjo social do FRS e projetos futuros dentro da agrovila Lagoa do Jogo, podendo o arranjo dos Fundos Rotativos se constituir um importante mobilizador de elementos constitutivos do capital social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social, in: Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências/ editores técnicos: Eric Sabourin; Olívio Alberto Teixeira – Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.
- ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do agroamigo. Textos para Discussão FIPE nº 10, Abril 2008.
- ARAUJO, S. Ação Coletiva: Equívocos Interpretativos. Revista Internacional Interdisciplinar INTERTHESIS, v. 3, n.1. 2006.
- AS-PTA/PATAC. Cordel do Fundo Solidário: gerando riquezas e saberes. AS-PTA/PATAC/BNB: Campina Grande-PB, 2008.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. In: Actes de La Recherche en Sciences Sociales, n.31, p. 2-3, 1980.
- CARDOSO, D. e TAVARES, F. B. Reciprocidade e uso comum dos recursos naturais em comunidades rurais. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006.
- CASTILHOS, D. S. B. de. Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. UFRGS/IEPE/PGDR, Porto Alegre, 2002 (dissertação mestrado)
- COSTA, I. O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto "Novo Cariri" dentro do programa SEBRAE-PB/Rede DLIS [Mestrado] Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- D'ARAUJO, M C. Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DIAS, J.V. O capital social na agenda do desenvolvimento: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, PB. (dissertação de mestrado), 2010.
- DUQUE, G. Fundos rotativos solidários e capital social. Notas preliminares. 5p. Disponível: < <http://www.ufcg.edu.br> >, 2009. Acesso em 2013.
- DUQUE, G. e OLIVEIRA, M. S. L. A experiência da ASA/PB com os Fundos Rotativos Solidários. In 4º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva. Petrolina - PE, 2003.
- _____. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos fundos rotativos solidários In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito – Equador.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999

FULGÊNCIO, F. O capital social e os fundos rotativos solidários: uma experiência etnográfica. / Fabricia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio. - João Pessoa. Trabalho de Conclusão de Curso, 2011.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, M. A construção da organicidade no MST: A experiência do Assentamento 26 de março/Pará. Campina Grande, 2009.

GUSSI, A; FILHO, C; ALMEIDA, G. A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no nordeste: o caso da rede bodega, 2011.

HECK, S. Fundos solidário-rotativos. Apoio a projetos produtivos solidários. Brasília, 2006. 2p. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em 2013.

HONÓRIO, R. Do acampamento ao assentamento: avanços e recuos da participação feminina na luta pela terra. In XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva. Revista Socio. Polít., Curitiba, jun. 2000.

LOERA, N. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. 2006

MAGALHÃES, R. S. E ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. RBCS. Vol. 22, n.63, fevereiro/2007.

MAGNANI, J G C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Tempos Social (USP), p. 81-95, 2003.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Abril, 1978.

MARTINS, M; PASSADOR, C. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEDEIROS, L. A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. A luta pela terra no Brasil, março de 2009.

MELO, A. Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo do mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, Município do Acará / PA / Acácio Tarciso Moreira de Melo; orientador, Heribert Schmitz. - 2010.

MELO NETO, F de P.; FROES, C. Empreendedorismo Social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas, (Bahia – Brasil), 2003.

MIRANDA, R. S. Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semiárido paraibano/Roberto de Sousa Miranda. – Campina Grande-PB, 2007.

MOTA, D J R. O BNB e a Economia Solidária. *Paper* apresentado no Painel “Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento no Nordeste: A perspectiva da avaliação”, FSM, Belém, 2009. 13p.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. In: Revista Economia, 2008.

NORDER, L. Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho / Luiz Antonio Cabello Norder. Campinas, SP: [s.n.], 1997.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

QUINTANEIRO, T. Emile Durkheim. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. Um Toque de Clássicos. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, nº 20, Pág.41-49 Novembro/1999.

_____. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23 nº.66, p.131-138, 2008.

_____. Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semiárido. In 37º Congresso da SOBER, Foz do Iguaçu, PR. 1999.

_____. Políticas Públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade. *Raízes*, v.31, n.2, jul-dez/2011.

SANTOS FILHO, C. Fundos Rotativos Solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. In 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Belém – PA, 2010.

SCHIOCHET, D. et al. RELATÓRIO DO TEMPO CUMINIDADE DA 1ª ETAPA (Assentamento Oziel Pereira – Remígio-PB), novembro, 2013.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/Ou De Ação Política? In. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006.

SIGAUD, L. A Forma Acampamento: Notas A Partir Da Versão Pernambucana, 2000.

SILVA, E. et al. Assentamentos Rurais e Acampamentos: Dinâmicas recentes do Espaço Agrário. In. 14º Encuentro de Geógrafos da America Latina, Peru, 2013.

SILVA, A. V Da. Economia solidária: uma estratégia política de desenvolvimento. 208f. (Tese Doutorado). UFPB, 2010.

SOUZA, V. Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema / Vanilde Ferreira de Souza.--Campinas, SP: [s.n.], 2006.

TABOSA, F. et al. Análise de capital social e qualidade de vida da população rural: Um estudo de caso no município de Itarema, estado do Ceará. Revista de Economia, v. 36, n. 1 (ano 34), p. 49-66, jan./abr. 2010. Editora UFPR.

TERTO, F. "Recuperação" De Assentamentos Rurais Em Questão: a experiência do Assentamento Rendeira – Alagoas. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, UFCG, 2009.

VIEIRA, A. Faces do desenvolvimento social: uma etnografia sobre as representações sociais na política dos fundos rotativos solidários. Trabalho de Conclusão de Curso, dezembro 2011.

WEBER, F. Trabalho fora do trabalho: Uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro. Garamond. 2009.

ZANONI, H. Uma discussão sobre sociabilidades: individualidade e coletividade no mundo moderno. In Revista eletrônica de Ciências Sociais, v. II, n.1, 2011.

Parte II (assentamento)

1. A família mora há quanto tempo no assentamento? _____
2. Atualmente faz parte do MST? É, ou já foi, militante?
3. Participou do processo de luta pela terra? Se sim, como foi, e como ficou sabendo da ocupação da terra?
4. Qual é o tamanho da propriedade? _____ Há área coletiva na comunidade?
5. Como são as relações entre as famílias no assentamento?
6. Como é a relação do sindicato com o assentamento?

Parte III (Fundo Rotativo)

1. Como tomou conhecimento do FRS?
2. O que significa (representa) o FRS na sua vida? Quais as vantagens (benefícios) para sua família e comunidade em geral?
3. Como está o funcionamento do FRS hoje? Há reuniões? As famílias estão contribuindo com a poupança da comunidade?
4. Além do FRS vocês desenvolvem outras atividades coletivas no assentamento? (envolvendo relações de cooperação, ajuda mútua, reciprocidade?) Se sim, a comunidade em geral estão participando dessas atividades?
5. vc acha que o FRS mudou alguma coisa na vida cotidiana (dia a dia) da comunidade? Houve mudança na sua vida, teve alguma melhoria?
6. Como vc vê as relações dentro do assentamento? Nas atividades que são coletivas e no frs

INCRA/SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA PARAIBA

Na Portaria/INCRA/SR-18/Nº 30, de 23 de novembro de 1999, publicada no D.O.U. N.º 251, de 31.12.99, Seção I, pag. 58 que criou o P.A. OZIEL PEREIRA, onde se lê: "...com área de 3.049,5000 ha ... leia-se, "...com área medida de 995,5356 ha", e onde de lê, "...150 (cento e cinquenta) unidades agrícolas familiares," ... leia-se, "...50 (cinquenta) unidades agrícolas familiares".


JULIO CESAR RAMALHO RAMOS
Superintendente

FOTO 20: Documento de retificação da criação do PA Oziel Pereira. Créditos: Fabricia Fulgêncio, 2013.